

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL FLORIANÓPOLIS
GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ELIANE BAADER DE LIMA

VILAS OPERÁRIAS E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NO ENTORNO FABRIL EM BLUMENAU

Florianópolis, novembro 2021.

ELIANE BAADER DE LIMA

**VILAS OPERÁRIAS E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NO ENTORNO FABRIL EM BLUMENAU**

Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina
como requisito para obtenção do título de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Me. Marcelo Eichstadt Nogueira

Florianópolis, novembro 2021.

ELIANE BAADER DE LIMA

**VILAS OPERÁRIAS E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NO ENTORNO FABRIL EM BLUMENAU**

Este trabalho foi julgado e aprovado em sua forma final, sendo assinado pelos professores da banca examinadora.

Florianópolis, 30 de novembro de 2021.

Prof. Marcelo Eichstadt Nogueira, Me (orientador)

Prof. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira, Dr. (UFSC)

Prof. Mariana Silva Villela, Me (UNISUL)

Dedico este trabalho ao meu marido
Alexandre, por sua presença, pelo apoio durante toda
a pesquisa e ao longo do processo desta graduação e,
sobretudo, pelo amor conjugado.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Marcelo Eichstadt Nogueira, pela confiança durante a realização deste trabalho, por ter aceito orientar esta pesquisa e, principalmente, por ter possibilitado a realização de um estudo de base teórica em arquitetura e urbanismo.

Aos professores membros da banca final, Luiz Eduardo Fontoura Teixeira e Mariana Silva Villela, pelas importantes contribuições em relação à pesquisa realizada, que muito colaboraram para o entendimento da discussão proposta.

Ao professor Guido Kaestner Neto, pelas orientações iniciais em relação ao tema e pelas sugestões de caminhos de acervo, que muito contribuíram no desenvolvimento desta investigação.

À professora Claudia Siebert, pela imensa colaboração prestada durante o processo de pesquisa, partilhando, gentilmente, seu acervo pessoal e sua experiência com o tema abordado, que muito auxiliou no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Centro de Memória Klabin, ao Arquivo Histórico de Blumenau, especialmente à Katia Curti, e à Fundação Hermann Hering – Centro de Memória Ingo Hering, especialmente à Amélia Malheiros e sua equipe, pela gentileza em colaborar com esta pesquisa em tempos de pandemia.

À arquiteta Silvana Moretti, pela disponibilidade em auxiliar na identificação dos levantamentos aerofotogramétricos, realizados em Blumenau nas décadas de 1970 e 1980, e à Sueli da Silva, responsável pelo Setor de Imagem da Prefeitura Municipal de Blumenau, por disponibilizar tais imagens, que foram fundamentais para o desenvolvimento da análise desta pesquisa.

Ao senhor Adalberto Day, pesquisador interessado na história de Blumenau, sobretudo do bairro Garcia, que foi morador da vila operária e muito colaborou para a realização deste trabalho compartilhando, além de seus relatos e vivências, seu acervo pessoal, que guarda inúmeros registros fotográficos sobre a evolução urbana do bairro.

À minha mãe e minha irmã pelas palavras de incentivo durante todo o processo.

Aos colegas e às relações tecidas durante esta graduação, especialmente ao grupo de pesquisa de Nilton Paim, Shylton Mattos e Ricardo Bandeira, pela parceria e amizade.

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise sobre a materialidade das vilas operárias, que surgiram a partir da instalação dos núcleos fabris na cidade de Blumenau, e sua relação com o desenho do espaço urbano nas localidades onde foram implantadas. Tal análise será alimentada pelas concepções teóricas que envolveram as ações do movimento conhecido como *paternalismo industrial*, que se instaurou na Europa em meados do século XIX. As vilas operárias e os núcleos fabris que serão analisados pertenceram a duas indústrias que ocuparam um papel importante na história da cidade e nos bairros onde foram instaladas: a Empresa Industrial Garcia e a indústria dos irmãos Hering.

Palavras-chave: vila operária; moradia; fábrica; urbanismo; paternalismo industrial.

ABSTRACT

This study presents an analysis of the materiality of workers' villages, which arose from the installation of industrial centers in the city of Blumenau, and their relationship with the design of urban space in the locations where they were implemented. Such analysis will be fed by the theoretical conceptions that involved the actions of the movement known as industrial paternalism, which established itself in Europe in the mid-nineteenth century. The workers' villages and manufacturing centers that will be analyzed belonged to two industries that occupied an important role in the history of the city and in the neighborhoods where they were installed: the Empresa Industrial Garcia and the industry of the Hering brothers.

Keywords: workers' village; housing; factory; urbanism; industrial paternalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista casa com jardim de Mulhouse	31
Figura 2 - Vista geral edificações de Mulhouse	31
Figura 3 - Desenho da Vila <i>Port sunlight</i> em 1914.....	33
Figura 4 - Vista geral de <i>Port sunlight</i>	34
Figura 5 - Exemplo de arruamento em <i>Port sunlight</i>	34
Figura 6 - Primeira casa construída em <i>Port sunlight</i>	34
Figura 7 - Outros exemplos de edificações em <i>Port sunlight</i>	34
Figura 8 - Plano geral de <i>Bournville</i> , com primeiras casas construídas.....	35
Figura 9 - Edificações e espaços de lazer em <i>Bournville</i>	35
Figura 10 - Edificações e espaços de lazer em <i>Bournville</i>	35
Figura 11 - Plano de desenvolvimento <i>Margarethenhöhe</i> em 1912.....	36
Figura 12 - Vista geral da primeira fase de construção <i>Margarethenhöhe</i>	37
Figura 13 - Vista da estação de bonde	37
Figura 14 - Vista do pórtico de entrada da vila Krupp.....	38
Figura 15 - Edifícios do <i>Klein Market</i> e algumas moradias da 1º fase.....	38
Figura 16 - Edifícios do <i>Klein Market</i> e algumas moradias da 1º fase.....	38
Figura 17 - Vista das edificações mais recentes <i>Margarethenhöhe</i>	38
Figura 18 - Vista das edificações mais recentes <i>Margarethenhöhe</i>	38
Figura 19 - Anúncio da Empresa Industrial Garcia	39
Figura 20 - Marcenaria da Empresa Industrial Garcia.....	39
Figura 21 - Vista das casas da vila na Rua da Glória.....	40
Figura 22 - Vista de um grupo de casas da vila.....	41
Figura 23 - Pavilhão de Santa Catarina na Exposição Nacional de 1908.....	42
Figura 24 - Pavilhão de Santa Catarina na Exposição Nacional de 1908.....	42
Figura 25 - Vista geral da Empresa Industrial Garcia.....	43
Figura 26 - Cooperativa de consumo da EIG e bicicletário dos operários	43
Figura 27 - Telhado <i>gambrel</i> , telhado mansarda e estrutura interna de ambos.....	45
Figura 28 - Tesoura de telhado ou “Asna à Mansarda”.....	45
Figura 29 - Tipos de telhados	46
Figura 30 - Parte do conjunto edificado da vila operária.....	46
Figura 31 - Vila operária e igreja Nossa Senhora da Glória.....	47
Figura 32 - Algumas casas fotografadas nos anos 2000.....	48
Figura 33 - Outro exemplo de tipo de telhado utilizada na vila operária.....	50
Figura 34 - Vila Maria Zélia.....	54
Figura 35 - Portão de acesso Vila Maria Zélia.....	55
Figura 36 - Desenho das seis tipos de moradia da Vila Maria Zélia.....	55
Figura 37 - Fábrica Matarazzo e Vila Cerealina.....	56
Figura 38 - Esquema de implantação das casas.....	57
Figura 39 - Planta geral da Vila operária Harmonia.....	60
Figura 40 - Planta esquemática de Harmonia.....	61
Figura 41 - Exemplo de um modelo de moradia da Vila Operária Harmonia.....	61
Figura 42 - Mapa da Colônia Blumenau de 1864.....	72
Figura 43 - Local onde se iniciou a pequena indústria têxtil dos irmãos Hering.....	76
Figura 44 - Núcleo inicial – pequena unidade fabril e casa da família.....	78
Figura 45 - Casa Enxaimel	79

Figura 46 - Casas da vila operária do Bom Retiro.....	81
Figura 47 - Vista do núcleo fabril e moradia da família Hering.....	82
Figura 48 - Edificação fabril, residências da família e vila operária.....	83
Figura 49 - Edifício da Instituição Hermann Hering onde funcionava a creche.....	85
Figura 50 - Núcleo fabril inicial, residências da família e moradias operárias.....	86
Figura 51 - Vista geral do núcleo fabril e moradias.....	87
Figura 52 - Prédio da fiação, 1917.....	88
Figura 53 - Vista geral do núcleo fabril inicial até a fiação.....	90
Figura 54 - Vista do conjunto fabril da Empresa Industrial Garcia.....	96
Figura 55 - Detalhe da rua Amazonas.....	96
Figura 56 - Vista do conjunto fabril da Empresa Industrial Garcia.....	97
Figura 57 - Levantamento aerofotogramétrico feito em 1972, bairro Garcia.....	100
Figura 58 - Levantamento aerofotogramétrico feito em 1981, bairro Garcia.....	101
Figura 59 - Vista parcial do projeto de Hans Broos, Cia. Hering do Bom Retiro.....	102
Figura 60 - Jardim suspenso com paisagismo de Burle Marx.....	103
Figura 61 - Antigo prédio da costura e a nova edificação do projeto.....	103
Figura 62 - Levantamento aerofotogramétrico feito em 1972, bairro Bom Retiro.....	104
Figura 63 - Levantamento aerofotogramétrico feito em 1981, bairro Bom Retiro	104
Figura 64 - Igreja Nossa Senhora da Glória.....	107
Figura 65 - Colégio Governador Celso Ramos.....	107
Figura 66 - Edifício Cine Garcia.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. CAPÍTULO - A Cidade Industrial e a Ordenação Fabril	16
1.1 O Paternalismo Industrial e as Moradias Operárias	16
1.2 As Moradias Operárias: vida cotidiana e disciplina fabril	25
1.3 A Tipologia da Vila Operária da Empresa Industrial Garcia e seus Modos de Viver	38
2. CAPÍTULO – Colonização, Industrialização e Habitação Operária	52
2.1 As Moradias Operárias no Brasil	52
2.2 A Formação da Colônia Blumenau e a Industrialização	66
2.3. Cia Hering: Fábrica e Moradias Operárias no Bom Retiro	74
3. CAPÍTULO – A Formação do Espaço Urbano e os Núcleos Fabris	93
3.1 Paisagem Urbana e Instrumentos Urbanísticos	93
3.2 As Alterações Urbanas nos Núcleos Fabris	100
3.3 A Urbanidade nos Bairros Fabris	105
CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

Todo aglomeramento urbano é o resultado das condicionantes naturais que envolvem a formação física do sítio, aliado às ações humanas de ordenação, disposição e construção do espaço habitado. Pode-se dizer que assim formam-se as cidades. Considerando suas características marcantes de relevo, como as encostas dos morros e os cursos d'água, a urbanização de Blumenau desenvolveu-se a partir das relações espaciais que se formaram entre o rio, que corta a cidade, seus afluentes e os fundos de vale. Neste território desenhado por circunstâncias naturais significativas, uma das principais ações humanas que parece ter contribuído para os primeiros aglomerados urbanos que se estabeleceram a partir do núcleo formador da cidade, seria a implantação das atividades industriais. Incentivada, sobretudo, pela particularidade de boa parte dos imigrantes que aqui chegaram, que já haviam vivenciado o trabalho industrial em seu país de origem ou eram artífices com alguma formação técnica específica, a atividade industrial e o trabalho voltado para a indústria caracterizaram a formação urbana da cidade. Não somente Blumenau, mas outras cidades do Vale do Itajaí também seriam o resultado dessa colonização urbana, voltada para o desenvolvimento do trabalho industrial. Num primeiro momento, a atividade industrial resultava do trabalho de pequenos estabelecimentos, muitas vezes de base doméstica e familiar, e que envolvia desde serviços ligados ao beneficiamento de matérias-primas, como atafonas, serrarias, olarias e ferrarias, até indústrias mais especializadas como a tipografia e a tecelagem. Num segundo momento, muitos destes pequenos estabelecimentos se desenvolveram e se consolidaram, dando origem a indústrias que ainda permanecem ativas na cidade. E muitas dessas primeiras indústrias instaladas no município, dentre elas a Empresa Industrial Garcia e a Cia. Hering, parecem ter ajudado, em certa medida, na formação e no desenho urbano dos bairros onde instalaram seus núcleos fabris. As ações paternalistas de tais empresas, no sentido de oferecer moradias operárias indispensáveis para reter a mão de obra necessária ao funcionamento do trabalho industrial, criaram uma materialidade edificada que pode ter influenciado diretamente na ordenação e na disposição do desenho urbano nos bairros onde se instalaram.

Considerando a materialidade dos núcleos fabris, das vilas operárias e o tecido urbano que se formou no entorno dessas implantações, o presente estudo tem como objetivo principal investigar alguns exemplos de vilas operárias que se formaram em algumas cidades do Vale do Itajaí, especialmente na cidade de Blumenau, e as possíveis influências da materialidade destas vilas e do espaço fabril na formação do desenho urbano da cidade, averiguando, também, suas possíveis vinculações com o pensamento urbanístico das cidades industriais do século XIX. O

recorte temporal proposto para este estudo envolverá o início do século XX, sobretudo os anos entre 1920 e 1960, período no qual ocorreu o apogeu das edificações dessas vilas nas duas empresas estudadas. Tal análise será alimentada pelas concepções que envolvem as ações do movimento conhecido como paternalismo industrial, instaurado na Europa em meados do século XIX e que compreende a atuação de grandes industriais no sentido de oferecer acomodações individuais ou coletivas para os seus operários, além de cooperativas e armazéns. As ações promovidas pelo paternalismo industrial funcionaram como uma das primeiras tentativas de solução do problema da habitação operária e da reordenação do espaço urbano das cidades industriais. Os núcleos fabris, promovidos pelas ações benevolentes dos patronos industriais, surgiram como uma forma de solução para o problema urbanístico, no sentido de estruturar um espaço urbano em função do trabalho fabril, oferecendo moradias salubres e higiênicas, armazéns e escolas instalados próximos ao entorno da fábrica.

O recorte temporal justifica-se em função das informações colhidas sobre as vilas operárias em Blumenau. Vários autores, que estudaram o desenvolvimento industrial no Estado de Santa Catarina dividem o processo de industrialização em algumas fases. Tomando como base a divisão proposta por Hering (1987), que estudou a colonização e a indústria têxtil no Vale do Itajaí como um “modelo catarinense de progresso”, o desenvolvimento industrial em Blumenau seria composto por três fases: a fase inicial, de 1820-1880, que refere-se à formação das Colônias e à indústria doméstica; a fase secundária, de 1880-1914, que refere-se à efetiva instalação da produção industrial; e a fase terciária, de 1914-1945, que corresponde à expansão e a consolidação da indústria têxtil. Neste contexto, as vilas operárias da Empresa Industrial Garcia e da Cia. Hering alcançaram maior expressão em sua materialidade, considerando o número de habitações edificadas, entre as décadas de 1940 e 1960. Após este período, as moradias, que até então eram de propriedade das empresas, passaram a ser vendidas aos *operários-moradores*, por preços de valor reduzido, ou sofreram algum processo de desmanche. O declínio do paternalismo industrial coincide, também, com uma maior presença do Estado brasileiro na administração das questões sociais, principalmente com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, e que passou a regular as relações de trabalho.

Dentre os objetivos específicos, considerando o recorte geográfico e temporal proposto, o primeiro deles será identificar as possíveis relações entre o conjunto edificado das vilas operárias e dos edifícios fabris da Empresa Industrial Garcia e da Cia. Hering, e a formação do desenho urbano da cidade de Blumenau. O segundo objetivo específico será examinar as possíveis aproximações entre o desenho deste pequeno aglomerado urbano, formado pelas vilas operárias e pelos edifícios fabris, e as concepções que envolveram a constituição formal das

cidades industriais concebidas, principalmente, na Europa em meados do século XIX. E, o terceiro e último objetivo específico será analisar a presença da cultura de origem alemã, manifestada em sua arquitetura e em seus modos de vida e de trabalho, nas edificações e na vida cotidiana expressadas nas vilas operárias e no entorno fabril.

Dentre as concepções teóricas que serão utilizadas para fundamentar a análise proposta, podemos destacar a obra de José Sierra Alvarez, *El Obrero Soñado: ensayo sobre el paternalismo industrial* (Asturias, 1860-1917), publicada em 1990, que será de fundamental importância para embasar a teoria do paternalismo industrial. Entre os clássicos da teoria urbanista do século XIX, destacam-se as ideias promovidas por Robert Owen, Jean-Baptiste Godin e Georges Benoit-Lévy que, declaradamente, vincularam seu pensamento e seu desejo de reordenação espacial das cidades a partir de núcleos fabris e de moradias operárias que se formaram em função do trabalho fabril. Da mesma forma, alguns modelos de cidades ou vilas edificadas por industriais como, por exemplo, as cidades inglesas de *Port Sunlight*, da fábrica Lever, de *Bournville*, das indústrias *Cadbury*, e a cidade-jardim *Margarethenhöhen*, da fábrica Krupp, na Alemanha, serão de fundamental importância para esta pesquisa. Como exemplos concretos de iniciativas promovidas pelo paternalismo industrial, tais cidades ou vilas operárias poderão colaborar para o entendimento do tema. Acrescenta-se, também, as publicações sobre a formação do espaço urbano e social, que ajudarão a fazer a análise da formação urbana da cidade de Blumenau a partir das sociabilidades instauradas nas vilas operárias estudadas. Nesse sentido, destacam-se as obras de Milton Santos, *Pensando o Espaço do Homem* (2012), *A Urbanização Brasileira* (1993) e *Espaço e Sociedade* (1979).

Dentre as publicações que tratam especificamente sobre a formação das vilas operárias no Brasil, serão utilizados alguns trabalhos publicados por Telma de Barros Correia, entre eles, *Forma Urbana e Arquitetura de Vila Operárias e Núcleos Residenciais de Empresas no Brasil* (2011); *A Cidade-jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil 1918 – 1953)*, (2014); *Moradia e Trabalho: o desmonte da cidade industrial* (1997). Juntam-se a estas as publicações de Eva Alterman Blay, *Eu não Tenho Onde Morar: vilas operárias na cidade de São Paulo* (1985); a publicação *Habitação em Questão* (1980), organizada por Lícia do Prado Valadares e o primeiro volume da obra de Nabil Bonduki, *Os Pioneiros da Habitação Social* (2016).

Em relação ao tema proposto, existem vários trabalhos publicados que estudam as moradias operárias em Santa Catarina, tanto no campo da história social – que investigam o cotidiano e a sociabilidade nas vilas assim como as estruturas de poder a elas vinculadas –, quanto no campo da geografia e da arquitetura e do urbanismo – que analisam a formação do desenho urbano e a permanência dos parques fabris como patrimônio edificado. Dentre eles,

destacam-se as dissertações de Silvana Moretti (2006), de Ellen Annuseck (2005), de Bernardo Bielschowsky (2009) e a densa pesquisa de Claudia Siebert sobre a evolução urbana de Blumenau (1999;2006). Além disso, existem, também, importantes estudos que analisam o desenho das vilas operárias no Brasil e suas aproximações com as primeiras teorias urbanísticas, sobretudo das cidades-jardins. Dentre eles, destaca-se o denso trabalho de pesquisa realizado por Telma de Barros Correia, já citado acima, e a dissertação de Marcelo Willer (1997) que reconstitui a história da formação da cidade operária de Harmonia, da empresa Klabin, no Paraná. Apesar de ser um tema já bastante discutido, acredita-se que a investigação das vilas operárias, sua materialidade e suas relações com a constituição do desenho urbano da cidade de Blumenau, a partir das concepções que envolveram a formação das cidades industriais em meados do século XIX pode, de alguma maneira, colaborar para uma melhor compreensão do tema. A importância dessa pesquisa justifica-se, portanto, pela possibilidade de lançar novos olhares sobre este conjunto urbano edificado, o que talvez possa trazer alguma contribuição tanto para o entendimento da constituição da forma urbana quanto para a análise da materialidade de sua arquitetura e os modos de vida e de sociabilidade que se desenvolveram a partir da relação *moradia-trabalho*.

Como metodologia de pesquisa propõe-se uma investigação qualitativa de caráter exploratório por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e iconográfica de fontes primárias e pesquisa de campo, que possam nos ajudar tanto na análise e na compreensão do tema quanto na costura de novos alinhavos. Para a análise documental e iconográfica serão utilizados os acervos do Arquivo Histórico de Blumenau, e da Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering. Os jornais pesquisados serão do acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, que guarda um conjunto numeroso de títulos de jornais. Neles a pesquisa será feita tomando-se como base a expressão '*vila operária*'. As pesquisas nos jornais serão pela busca de informações sobre as vilas operárias, seja na voz do industrial, seja na voz do operário. Optou-se pela pesquisa somente na hemeroteca digital, em função das condições extremamente restritas de contato, relativas ao momento de pandemia epidemiológica que estamos vivenciando.

Será utilizado, também, o acervo pessoal de Adalberto Day, um pesquisador autodidata que guarda um numeroso conjunto imagético sobre a formação do bairro Garcia e, principalmente, sobre a Empresa Industrial Garcia. Adalberto Day nasceu e morou durante muitos anos na vila operária da Empresa Industrial Garcia, assim como trabalhou nesta empresa. Além do acervo imagético, Adalberto Day colaborará respondendo a uma entrevista de pesquisa, que será realizada por telefone, relatando a sua experiência de vida na vila operária.

Dessa forma, o relato de Adalberto será utilizado para construirmos, também, o discurso a partir do *operário-morador*.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, sendo que as análises ocorrerão ao longo de cada capítulo, alimentadas por dados históricos e pelas concepções teóricas. A proposta discursiva para este estudo baseia-se numa concepção na qual a análise da materialidade das vilas operárias apresenta-se em todas as partes do texto, de forma a conduzir o leitor às particularidades do tema, às questões intrínsecas ao problema de pesquisa e, principalmente, às aproximações e aos questionamentos sugeridos e alinhavados ao longo da narrativa que está sendo construída. Dessa forma, o referencial teórico, o processo metodológico e as análises em si não ficarão separadas em capítulos distintos, mas farão parte de um todo que vai tomando corpo à medida que a narrativa está sendo alinhavada. Ressalta-se que a intenção de se iniciar a partir de um contexto menor para um contexto maior, num movimento contrário ao que normalmente acontece num processo de pesquisa, se dá por uma razão metodológica: entender a materialidade de cada vila e núcleo fabril para compreender o seu papel na constituição do desenho da cidade.

No primeiro capítulo serão apresentadas as concepções que envolvem o paternalismo industrial, como uma solução apresentada no século XIX para as questões relacionadas à habitação operária na sociedade industrial. As ideias do paternalismo industrial serão analisadas juntamente com as primeiras teorias urbanísticas do século XIX, sobretudo aquelas apresentadas pelos industriais Robert Owen e Jean-Baptiste Godin, e pelo francês Georges Benoit-Lévy, que compartilham a ideia do progresso social promovido pela Revolução Industrial. E a vila operária da Empresa Industrial Garcia será apresentada neste capítulo como um exemplo de ações beneficentes patronais, ressaltada, principalmente, nas publicações de alguns jornais da época.

O segundo capítulo fará um breve percurso sobre as vilas operárias no território nacional, ressaltando alguns exemplos como a Vila Maria Zélia, de Jorge Street e a Vila Cerealina, do grupo Matarazzo, ambas localizadas na cidade de São Paulo. Soma-se a elas um exemplo de cidade industrial promovida pela parceria entre a indústria privada e o Estado: Harmonia, localizada em Monte Alegre, criada pelas indústrias Klabin do Paraná. As ações do Estado na criação de habitações operárias também serão investigadas neste capítulo, juntamente com o processo de industrialização no Estado de Santa Catarina, sobretudo na formação da cidade de Blumenau. E a vila operária da Cia Hering será apresentada como um exemplo importante de cooperação entre a indústria e a formação da colonização de Blumenau.

No terceiro capítulo será feita a análise da formação do espaço urbano de Blumenau a partir das duas vilas operárias apresentadas e das unidades fabris a elas vinculadas. Será investigado em que medida a materialidade dessas vilas operárias e dos edifícios fabris colaboraram para o desenho inicial do espaço urbano da cidade e como essa mesma materialidade se manteve ou foi anulada diante das transformações urbanas ocorridas posteriormente.

CAPÍTULO I

A Cidade Industrial e a Ordenação Fabril

1.1 O Paternalismo Industrial e as Moradias Operárias

No jornal *A Notícia*, da cidade de Joinville, uma reportagem publicada na década de 1930, que trazia como título: “*A Empresa Industrial Garcia e as suas Humanitárias Realizações*”, informava que a empresa oferecia aos seus trabalhadores uma “*esplêndida Vila Operária, com modernas vivendas em lugar admiravelmente aprazível*”. O texto dizia que a empresa dispunha, também, de um “*importante dormitório para moços solteiros, com 33 quartos, providos de todo o bem estar: mobília completa, luz, água corrente, chuveiro, etc., com o aluguel irrisório de Cr\$10,00*” (A NOTÍCIA, 1930, p. 4)¹. Além das habitações na Vila Operária e dos dormitórios para solteiros, a empresa oferecia um “*amplo e arejadíssimo*” refeitório, “*com todo conforto e higiene*”, uma “*biblioteca operária*”, um “*formoso e amplo campo de esportes*” – que abrigava o Amazonas Esporte Clube, time de futebol vinculado à empresa –, e uma cooperativa de consumo, que fornecia, aos empregados, gêneros alimentícios de primeira necessidade por preços mais baixos. A empresa havia distribuído naquele ano “*entre todos os operários, cadernetas com valor de uma média de um mez de salário, afim de que os mesmos adquirissem no seu armazém os gêneros que necessitassem*” (A NOTÍCIA, 1930, p. 4). Em outro artigo, publicado em 1946, no jornal *Atualidades*, da cidade de Florianópolis, uma reportagem, assinada por Hela Kather, trazia um texto sobre a Empresa Industrial Garcia que, mesmo em meio às angústias e incertezas econômicas do pós-guerra, havia conseguido manter sua condição econômica, assim como outras indústrias de Blumenau, este “*próspero centro catarinense*”. Nesta reportagem, na *seção social trabalhista*, evidenciava-se a *Comissão Administrativa da Vila Operária*, que era “*encarregada das construções destinadas ao empregados da Empresa. O Plano abran[gia] 500 casas*”. Na ocasião, havia “*cerca de 120 residências*” que, “*embora modestas*”, tinham “*bastante conforto*” (ATUALIDADES, 1946). Já em meados da década de 1950, um texto publicado no jornal *O Estado*, assim anunciava as diversas ações beneficentes da Empresa Industrial Garcia, em relação aos serviços promovidos de assistência aos seus trabalhadores, dentre eles, a

¹ A pesquisa nos jornais foi realizada no acervo online da Biblioteca Nacional, dos jornais catarinenses disponíveis. Os termos de busca utilizados foram: *vila, operária, e vila operária*; empresa industrial Garcia e E.I.G. Buscou-se maior atenção em relação ao recorte temporal proposto nesta pesquisa, entre os anos de 1920 e 1960. Cabe ressaltar, entretanto, que, a amostragem de jornais resultante da pesquisa por termos, embora pequena e não sequencial, foi bastante significativa na construção do discurso desta dissertação.

manutenção de sua vila operária: “*Possui a Empresa uma Vila Operária, com duzentas e tantas casas que são alugadas aos trabalhadores de sua fábrica, mediante um aluguel módico*”. Mais adiante o texto assinalava que “*no tocante à habitação*”, a empresa fornecia “*casa de moradia, na Vila Operária, a Cr\$ 45,00 mensal de aluguel*”, uma “*habitação relativamente confortável, composta de 8 compartimentos, pintada a cal*” (O ESTADO, 1955, p.3).

O complexo de ações promovidas pela Empresa Industrial Garcia – E.I.G., que envolvia a melhoria das condições de vida de seus trabalhadores, constituía iniciativas que fazem parte do movimento denominado paternalismo industrial. Reconhecido como uma das primeiras tentativas de solução dos problemas da habitação operária e da reordenação do espaço urbano nas grandes cidades fabris, o paternalismo industrial buscou desenvolver o espaço urbano a partir da ordenação do espaço fabril estabelecendo, além do edifício da fábrica, os demais edifícios de apoio, como as moradias operárias, as cooperativas de consumo ou armazéns, escolas e espaços de lazer.

Com a Revolução Industrial, instaurada na Europa já no final do século XVIII, um grande contingente de trabalhadores, sobretudo camponeses e artífices, dirigiram-se às cidades em busca de um trabalho na produção fabril. Segundo Benevolo (2007), a Revolução Industrial alterou o “curso dos acontecimentos” e, não somente a quantidade de trabalhadores fabris teria colaborado para o aumento do número de habitantes nos centros urbanos mas, também, a diminuição do índice de mortalidade e o desenvolvimento dos meios de transportes. A Revolução Industrial promoveu alterações fundamentais nos modos de produção e nos modos de vida. A maquinaria moderna estabeleceu novas formas de fabricação seriada e facilitou a produção de objetos que anteriormente eram manufaturados nas oficinas de artífices, modificando os modos de fazer até então estabelecidos. As corporações de ofícios, que antigamente regulavam a produção e as relações de trabalho, foram extintas e abriram lugar para o liberalismo nas relações econômicas. Entrava em cena a fábrica – um estabelecimento industrial que, diferentemente das antigas oficinas de artesãos, empregava uma grande quantidade de operários e produzia uma grande quantidade de produtos mecanicamente. A produção seriada e fabril impôs um novo ritmo à cidade e à vida das pessoas. Segundo Benevolo (2012), a Revolução Industrial trouxe o aumento da população e o aumento da produção industrial, uma vez que os dois se influenciam mutuamente, já que o processo de industrialização contribuiu significativamente para o aumento da população urbana nas cidades. Ainda segundo o autor, “se na primeira metade do século XVIII, a Inglaterra [era] um país ainda predominantemente rural”, por volta de 1830, “a população urbana [era] quase igual à rural” (BENEVOLO, 2012, p.70). Vale ressaltar, igualmente, que a rapidez do novo processo

produtivo aliado à nova cultura do *laissez-faire*, introduzido pelo liberalismo econômico, trouxe uma série de transformações num curto espaço de tempo, o que colaborou para uma sensação de transitoriedade das ações e, em certo sentido, para a transitoriedade das cidades e do espaço urbano. Dessa forma, ainda segundo Benevolo, um edifício não era “mais considerado uma modificação estável, incorporado no terreno, mas um manufaturado provisório, que pode[ria] ser substituído mais tarde por outro manufaturado” (BENEVOLO, 2007, p. 552).

Sobretudo na Inglaterra e na França, onde a industrialização manifestou-se inicialmente com mais força e, posteriormente, na Alemanha, os locais onde se concentravam as indústrias rapidamente tornaram-se novos centros de aglomerados urbanos, que se desenvolveram ou coexistiram ao lado de cidades já existentes. Para Benevolo (2007), o rápido crescimento das cidades na época industrial transformou o núcleo antigo da cidade e introduziu uma nova faixa; a “periferia”. As classes mais abastadas abandonaram os centros antigos e se estabeleceram nessa nova faixa e as antigas construções tornaram-se “casebres onde se amontoa[vam] os pobres e os recém-imigrados (BENEVOLO, 2007, p. 565). Os recém-chegados eram, sobretudo, operários da indústria, que vinham em busca de uma nova vida. As condições de trabalho, a remuneração e a moradia eram entregues e reguladas pela livre iniciativa. Havia ainda os chamados *jerry builders*, grupos de especuladores incumbidos de construir alojamentos para os trabalhadores, normalmente miseráveis, insalubres e pouco acolhedores (BENEVOLO, 2012, p.71).

Na “cidade liberal”, como definiu o autor, sobretudo na periferia industrial, acumulavam-se um grande número de iniciativas independentes que não foram previstas ou ajustadas por ninguém, se comparado ao desenho formal, estável e homogêneo da cidade antiga, sobretudo de sua arquitetura. A residência individual e com jardim tornou-se acessível à nova classe burguesa e o que diferenciava o nível social das edificações era a sua implantação: os mais abastados tinham casas isoladas e com áreas verdes enquanto que os mais pobres tinham casas enfileiradas ou moradias sobrepostas em edifícios com mais andares (BENEVOLO, 2007). Embora a Revolução Industrial tenha facilitado a vida do homem moderno, não somente pela produção de novos produtos, mas pelo progresso técnico e mecânico que promoveu, a aparência da nova cidade que se desenvolveu pela industrialização era desoladora. “A cidade industrial [era] refutada em bloco por conservadores e progressistas, por aristocratas e democratas” e ninguém sabia como restituir, novamente, a sua “ordem e beleza” (BENEVOLO, 2012, p.156).

As primeiras reflexões que surgiram em contraposição à desordem estabelecida na cidade industrial propõem a organização de uma nova ordenação social e espacial que, baseada

na razão, sugeria uma cidade ideal em oposição à cidade real. E, por este motivo, tais reflexões situavam-se numa dimensão utópica². Segundo Meneguello (2008), diferentemente das utopias até então imaginadas, as narrativas utópicas do século XIX evidenciaram um forte caráter de experimentação e teriam o objetivo de ser “dentro de uma sociedade, um germe de mudança que pode[ria] ou não afetar toda a sociedade” (MENEGUELLO, 2008, p. 190). Dessa maneira, as utopias urbanas que surgiram na sociedade industrial, sejam as cidades projetadas pelos próprios industriais a partir do espaço fabril, sejam as “cidades-comunitárias”, onde seria possível realizar o “sonho do socialismo e do viver comunitário”, ambas se constituíram como dependentes da produção industrial e se desenvolveram nos arredores dos centros urbanos. Ainda segundo a autora, por esta razão, tais utopias, embora sejam opostas à desordem causada pela sociedade industrial, constituiriam parte desta mesma sociedade, uma vez que seu “plano de realização” incluía a “transformação da sociedade dentro das próprias condições dessa sociedade” (MENEGUELLO, 2008, p. 192).

Este é um ponto fundamental para entendermos a lógica que define os diversos experimentos do final do século XIX e início do século XX, dentre eles, o paternalismo industrial. Embora se opusessem à desordenação instaurada na sociedade industrial, as “cidades de industriais” ou “bairros operários” construídos a partir de uma indústria, eram completamente dependentes de uma sociedade industrial. Embora tenham sido projetadas em locais rurais e, de certo modo, afastados dos centros urbanos, tanto as cidades de industriais quanto os bairros operários ligados a uma fábrica foram uma solução criada a partir da sociedade industrial, uma vez que funcionavam segundo a lógica capitalista da produção fabril. Para Meneguello (2008), as cidades dos industriais conjugariam tanto a fuga do espaço desordenado da cidade estabelecida em direção ao “mundo rural idílico” quanto estreitariam as relações entre patrões e trabalhadores – personagens anônimos no “trabalho insano das fábricas” (MENEGUELLO, 2008, p. 194).

Um dos primeiros problemas enfrentados pelos patronos industriais, de acordo com Alvarez (1990)³, teria sido desenraizar, mobilizar e atrair um grande número de trabalhadores

² A palavra utopia deve aqui ser entendida como a definição imaginativa de uma sociedade ideal, e não como algo irrealizável ou algo impossível de ser praticado numa realidade concreta. Meneguello, ao discursar sobre as narrativas utópicas do século XIX, ressalta como “utópicas” todas as ideias que “não correspondem imediatamente à ordem concreta dos fatos” e, nesse sentido, citando Manheim, a utopia seria irrealizável “apenas do ponto de vista de uma dada ordem social vigente, o que não significa que seja inviável em qualquer ordem” (MENEGUELLO, 2008, p. 218).

³ José Sierra Alvarez é professor de geografia na Universidad de Cantabria. Seus estudos concentram-se nas áreas de Geografia, Urbanismo e Ordenação de Território, História Social, Sociologia do Trabalho, Arqueologia Industrial e Memória do Trabalho, além de investigações sobre a recuperação do Patrimônio Industrial de Cantabria. Dentre suas publicações, a obra *El Obrero Soñado: ensayo sobre el paternalismo industrial*, Asturias (180-1917) será utilizada neste estudo como referencial teórico sobre o paternalismo industrial.

para os locais onde seriam instaladas as suas indústrias. Para o autor, nas primeiras fases da industrialização, o possível contingente de mão de obra operária se dividia entre camponeses e trabalhadores de ofício. Os primeiros precisariam ser desenraizados do campo, de sua terra e mobilizados a submeter-se ao trabalho fabril. Já os trabalhadores de ofício, que constituíam uma mão de obra extremamente necessária à manufatura, sobretudo por seus conhecimentos técnicos, precisavam ser direcionados e sujeitados à produção seriada e fabril, numa condição de trabalho completamente diversa das corporações de ofícios, onde guardavam uma certa autonomia no desenvolvimento do processo produtivo. Caberia, então, ao patrono industrial, “desarraigar para enraizar”, os camponeses e, “mobilizar para fixar”, os artífices. Além disso, de acordo com o autor, havia um segundo problema a ser enfrentado pelos patronos industriais: “a adaptação produtiva do trabalhador”, uma vez que não bastava atrair um grande número de trabalhadores, era preciso, igualmente, tornar esta mão de obra produtiva, dentro dos novos parâmetros da produção industrial (ALVAREZ, 1990. p. 10). Tais parâmetros envolviam uma nova noção de tempo, uma nova noção de vida e uma nova noção de espaço, regulados, principalmente, em função da presença da fábrica e do trabalho fabril.

A primeira questão apontada por Alvarez foi resolvida pelo conjunto edificado das moradias operárias e demais edifícios que, juntamente com a fábrica, davam corpo a uma nova formação urbana, agora ordenada a partir da produção fabril. A necessidade de captar e reter a mão de obra operária foi solucionada, em grande parte, pelas ações benevolentes dos patronos industriais, ao promoverem melhorias nos modos de vida de seus trabalhadores, oferecendo moradias salubres e condições de vida adequadas. Segundo Meneguello, “o reordenamento do espaço foi, para seus idealizadores, a solução para o modo de vida e o contato com o industrial benfeitor”, uma vez que a demonstração de interesse por seus operários e pelos seus modos de vida “traria, em si só, as melhorias almejadas” pelos industriais (MENEGUELLO, 2008 p. 194). Tais melhorias referiam-se, sobretudo, à adaptação produtiva do operário, regulada pelo sistema da fábrica e do capital; e a subordinação, a obediência e o controle de seus modos de vida, regulados, agora, pelo ritmo da produção fabril. A segunda questão apontada por Alvarez foi solucionada pela ordem e disciplina impostas pelo novo ordenamento espacial gerado pela presença da fábrica.

Dentre as tentativas patronais de reforma da sociedade industrial, os experimentos do inglês Robert Owen⁴ (1771-1858), na Inglaterra, são os primeiros a serem considerados. Filho

⁴ De acordo com Choay (2013), as iniciativas de reforma da sociedade industrial podem ser divididas em duas correntes: uma *pré-urbanista*, formada principalmente por historiadores, economistas e políticos, e a *urbanista*, formadas por especialistas, geralmente engenheiros/arquitetos. Já a crítica dos reformadores da sociedade industrial poderia ser dividida em dois grandes modelos: os *progressistas* e os *culturalistas*. O primeiros

de um artesão, Owen vivenciou desde muito cedo os problemas sociais manifestados na sociedade industrial. Segundo Rykwert, aos dezenove anos, Owen já dirigia uma grande tecelagem nos arredores de Manchester, onde tanto aperfeiçoou o processo de fiação do algodão quanto buscou melhorar as condições de trabalho dos seus operários. Após casar-se com a filha de um banqueiro, Owen adquiriu, de seu pai, um moinho que havia sido fundado em 1784, localizado em Nova Lanark. No moinho de Nova Lanark, ele “tentou aplicar suas ideias sobre organização”, que estruturavam seu pensamento como industrial. Além disso, depositou um grande esforço na melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores, limitando “as horas de trabalho”, melhorando “as moradias dos trabalhadores”, inaugurando “um armazém sem fins lucrativos nas dependências da companhia”, e criando “uma cooperativa com os empregados, o que contribuiu muito para o seu sucesso comercial” (RYKWERT, 2004, p. 77).

Nova Lanark tornou-se um terreno de experimentações e nele Owen pode desenvolver suas concepções de reformador social utópico na sociedade industrial. De acordo com Benevolo, a experiência na fábrica, além de sua “confiança nas máquinas e no mundo industrial”, sugeriam, para Owen, uma “ordem de ideias”, já que uma indústria funcionaria a partir de “controles de organização”. Tais controles deveriam buscar o equilíbrio entre os fatores internos e as ações externas, uma harmonia entre o “modo e a medida de sua utilização” (BENEVOLO, 2012, p. 173).

Embora Owen, por um lado, tenha estabelecido uma crítica em relação ao excessivo liberalismo econômico e tenha sido um dos primeiros a discutir a legislação do trabalho, o movimento cooperativo e as organizações sindicais, por outro lado, ele acreditava no desenvolvimento industrial como forma de melhorar as condições humana: “as grandes invenções modernas, os melhoramentos progressivos (...) estão destinados (...) a destruir a pobreza, a imoralidade e a miséria. As máquinas e as ciências são chamadas a fazer todos os trabalhos penosos” (OWEN, 1848, *Apud*: CHOAY, 2013, p. 63). Além disso, a educação deveria ser a base da formação humana pois ela possibilitaria ao homem a capacidade de dominar a máquina e de explorar as possibilidades instauradas pela Revolução Industrial, além de permitir um melhor “rendimento industrial” de seus trabalhadores (CHOAY, 2013).

pensaram a cidade racionalmente, como um “modelo futuro”, um “objeto reprodutível” e, em certa medida, utópico, ou seja de “lugar nenhum”. Favoráveis ao desenvolvimento do bem estar humano proporcionado pela Revolução Industrial, os progressistas entendem a cidade a partir do “homem-tipo” e de “edificações-tipo”, que formariam um conjunto urbano definido e ordenado. Os segundos pensaram a cidade a partir de um “agrupamento humano”, diversificado, sem protótipos ou padrões. Ainda segundo Choay, tais modelos não deveriam ser usados de forma contrastante e rigorosa, uma vez que o pensamento de seus propositores, por vezes, permeavam parte dos dois modelos (CHOAY, 2013). Considerando a divisão proposta por Choay, os exemplos de iniciativas patronais que utilizaremos nesta pesquisa fazem parte do modelo progressista.

Owen elaborou seu próprio “modelo de convivência ideal”, baseado na harmonia e na cooperação de seus habitantes e, principalmente, no equilíbrio e na colaboração entre indústria e agricultura: “uma cidadezinha para uma comunidade restrita, que trabalhe coletivamente no campo e na oficina, e que seja auto-suficiente, possuindo dentro da cidade todos os serviços necessários” (BENEVOLO, 2012, p. 174). Seu plano foi apresentado em 1817, em um relatório para uma Comissão de Inquérito sobre a Lei dos Pobres e, em 1820, num relatório para o Condado de Lanark. Nele, Owen especificava que o número ideal de indivíduos desse núcleo urbano seria entre 800 e 1200 habitantes, e a extensão de terra cultivada deveria ser de um acre por pessoa (BENEVOLO, 2012). A organização espacial estava baseada num paralelogramo. O edifício central abrigaria a cozinha e o refeitório coletivo, escola para crianças menores, escola para crianças mais velhas, biblioteca e os locais para culto. Os três lados do grande paralelogramo edificado abrigariam os alojamentos para casados, com quatro cômodos, para o casal e dois filhos. No quarto lado do paralelogramo ficariam as crianças com mais de três anos, excedentes ao número permitido por família, além de uma enfermaria e de um edifício para visitantes. As funções se dividiam entre o trabalho na fábrica, o cultivo na horta, além dos serviços pertinentes a cada um dos edifícios coletivos (MENEGUELLO, 2008).

As ideias de uma comunidade ideal expressadas por Owen, ganharam forças e alcançaram o Novo Mundo e, em 1825, Owen fundou sua colônia chamada New Harmony, no Estado de Indiana. Entretanto, a forma da cidade real não correspondeu ao paralelogramo teórico da cidade ideal, segundo Benevolo (2012) e, a concordância, a ordenação e a autossuficiência da cidade imaginada por Owen não se realizou, fracassando em 1828. Apesar disso, suas ideias de uma comunidade baseada na cooperação entre indústria e agricultura e na cooperação entre seus habitantes, sua crença na Revolução Industrial e na educação do homem, além de suas ações a respeito da legislação industrial do trabalho, do movimento cooperativo e da organização sindical, foram determinantes para o início das reflexões sobre as reformas sociais na sociedade industrial. O aparente paradoxo presente nas propostas de Owen, que conjugava, em sua cidade ideal, o espírito socialista e utópico da vida comunitária com a ordenação capitalista da produção fabril, de certa maneira, tornou evidente as discordâncias presentes na própria sociedade industrial, ao tentar aliar o bem estar social e o capital, humanizando a realidade fabril e a vida operária.

Outro exemplo de iniciativa patronal que vinculava o espaço da fábrica ao espaço da moradia dos operários foi a do industrial francês Jean-Baptiste Godin (1819-1888), proprietário

de uma metalúrgica em Guisé. Inspirado nas ideias de Charles Fourier⁵, Godin criou o *Familistère*, um conjunto edificado próximo à sua metalúrgica, destinado a abrigar as famílias de seus trabalhadores. Mas, diferentemente das ideias de Fourier, no *Familistère* de Godin, cada família teria a sua moradia particular e, o espaço, como um todo, seria regido pelo trabalho industrial. Segundo Rykwert, o edifício era composto por três blocos, e cada apartamento tinha a sua própria cozinha, “mas banheiras, duchas e latrinas ainda eram de uso comunitário” (RYKWERT, 2004, p. 89). O *familistère* de Guisé poderia abrigar até mil e quinhentas pessoas. Seus habitantes poderiam “reunir-se em locais públicos, fazer suas compras”, sem “nunca ter que andar mais de 600 metros”. Em seu “Palácio Social”, como ele denominava, seus habitantes seriam chamados para uma “vida útil”, porque suas atividades seriam “diretamente produtoras”. A facilidade de relações proporcionada pelo *familistère*, com todas as suas necessidades atendidas nas proximidades, era um modelo de habitação própria para “elevar o nível moral e intelectual da população”, além de “tirar do operário os motivos que o levariam a afastar-se de sua moradia”. Já no que diz respeito à educação, a aprendizagem do trabalho se daria na própria indústria do *familistère*, onde a criança iniciaria a sua “vida produtiva” (GODIN, 1874, Apud CHOAY, 2013, p. 106). Após sua morte, Godin doou o edifício do *familistère* e as fábricas metalúrgicas para os seus operários. Segundo Rykwert, a doação foi feita como uma forma de cooperativa, que ainda hoje mantém suas atividades e, “embora tenha sido bastante ampliada, ainda conserva os seus antigos edifícios” (RYKWERT, 2004, p. 89).

O terceiro exemplo que utilizaremos para ilustrar as iniciativas desenvolvidas na criação de bairros ou cidades operárias foram as ações desenvolvidas pelo francês Georges Benoit-Lévy (1880-1971) que, diferentemente de Owen e Godin, não era um industrial mas acreditava na indústria como força geradora e ordenadora do trabalho e do espaço da cidade. Segundo Choay, a cidade-jardim⁶ imaginada por Benoit-Lévy, apesar de inspirada na ideias

⁵ Contemporâneo de Owen, Charles Fourier (1772 – 1837), foi um dos socialistas utópicos mais críticos em relação à supremacia econômica da sociedade industrial. Segundo Fourier, as ações humanas derivariam não do interesse econômico, mas da atração das paixões. Ele categorizou a história humana por meio de fases sucessivas de paixões, entre elas, a *selvageria*, a *barbárie*, o *patriarcado*, a *civilização*, o *garantismo*, o *sociantismo* e o *harmonismo*. Se na fase da *civilização*, que era paixão que definia a sociedade quando Fourier construiu suas ideias, a sociedade era caracterizada pela propriedade individual, no *garantismo*, a sociedade seria constituída por um conjunto de instituições, entre elas, bancos, feitorias comunais, asilos rurais, falanstérios e cidades operárias. O *garantismo* instauraria a solidariedade na sociedade e encaminharia para as próximas fases: do *sociantismo*, como uma associação simples e do *harmonismo*, como uma associação composta. Para Fourier, no último estágio da sociedade, a vida e a propriedade seriam inteiramente coletivizadas e a humanidade viveria em edifícios coletivos chamados *falanstérios*. Segundo Rykwert, Fourier “considerava o urbanismo e o projeto cuidadoso dos edifícios como parte integral de suas reformas, uma vez que a futura organização da sociedade dependia do provimento de um sistema habitacional” (RYKWERT, 2004, p.86). Esta compreensão também é compartilhada por BENEVOLO, 2012 e CHOAY, 2013).

⁶ O Movimento das Cidades-Jardim inglesas, idealizado, sobretudo, por Howard, é extremamente denso e contribuiu para as bases do Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo. É importante ressaltar,

principais do inglês Ebenezer Howard e nas primeiras “cidades experimentais inglesas”, não compartilhava dos ideais que sustentavam o movimento das cidades-jardins criado por Howard. De acordo com a autora, a cidade-jardim proposta por Benoit-Lévy, teria até contribuído para desvirtuar as concepções que fundamentavam o movimento inglês na França, em virtude do caráter paternalista da proposta de Benoit-Lévy, ligada a “uma concepção estreitamente capitalista da produção industrial”. Ainda, segundo Choay, a cidade-jardim de Benoit-Lévy, seria “uma espécie de cidade de criação, verde e higiênica, destinada a obter dos operários que ali mora[vam] o melhor rendimento possível” (CHOAY, 2013, p. 171).

Na “cidade-jardim à francesa” proposta por Benoit-Lévy, ainda de acordo com Choay, a “cidade nova” deveria ser uma cidade industrial, já que a indústria se desenvolvia progressivamente. “Lá onde a indústria é poderosamente organizada, onde a situação econômica é próspera, o estado social e o estado moral também são melhores” (BENOIT-LÉVY, 1904, *Apud* CHOAY, 2013, p. 172). Para Benoit-Lévy, os centros de vida social dos operários deveriam ser criados nos arredores da fábrica e caberia aos industriais criar estas novas cidades e torná-las um espaço ao mesmo tempo belo e sadio. Segundo Choay, Benoit-Lévy teria sido um dos promotores da Associação Francesa das Cidades-Jardins. Tal Associação, baseada na “organização do trabalho” e na “higiene social”, auxiliava os industriais no que diz respeito à instalação de suas fábricas e à higiene de suas aglomerações operárias”, agrupando indústrias visando à formação de “cidadezinhas industriais modelos”, vinculadas de acordo com os diversos tipos de força motriz, e favorecendo o desenvolvimento de sua “vitalidade econômica”. Ainda de acordo com o pensamento de Benoit-Lévy, seria preciso auxiliar os industriais a atravessarem a atual crise industrial, ajudando-os a “organizar o trabalho industrial e agrícola de tal modo que ele de[sse] aos diretores de empresas lucros equitativos e certos, que forne[cesse] aos operários meios de viver em condições normais – e que garanti[sse] a todos os habitantes o bem-estar, a segurança e a saúde” (BENOIT-LÉVY, 1904, *Apud* CHOAY, 2013, p. 173).

As soluções de ordenação do espaço urbano, apresentadas nos bairros operários ou nas cidades criadas por industriais, como Owen e Godin, e as reflexões de Benoit-Lévy que, embora não fosse um industrial, acreditava que a Revolução Industrial propunha uma nova organização

entretanto, que as cidades-jardim que Benoit-Lévy visitou, foram iniciativas feitas pelos industriais ingleses como Cadbury e Lever (Choay, 2013, p. 171). No capítulo denominado *A Habitação medievalizada: cidades de industriais, fazendas cartistas e cidades-jardins*, Meneguello considera as cidades-jardim britânicas “como as últimas herdeiras, em termos de urbanismo, das cidades ‘ideais’ ao longo do século XIX”. E elas seriam “igualmente herdeiras de padrões ambicionados pelas cidades de industriais”. Neste aspecto, a autora sugere um “prisma de continuidade” entre as cidades de industriais e as primeiras experiências de cidade-jardim britânica, lançadas por industriais como Cadbury e Lever (MENEGUELLO, 2008, p. 213).

de cidade estruturada no trabalho fabril, surgiram como uma resposta à desordenação espacial e humana instauradas na sociedade industrial. Tanto as iniciativas de natureza de vida comunitária, como em Owen, quanto as propostas mais pragmáticas de Godin e Benoit-Lévy, tinham em comum o pensamento de que o ambiente era capaz de constituir e educar o homem – social, ética e moralmente. Além disso, o bem estar do trabalhador, promovido pelas diversas ações do paternalismo industrial, com a criação de moradias salubres e de um espaço urbano saudável, tornava o trabalhador mais produtivo. Embora manifestasse o interesse genuíno em solucionar os problemas de moradia e proporcionar o bem-estar aos seus operários, o paternalismo industrial também introduziu um controle na vida do trabalhador, na cidade e no espaço urbano, a partir das necessidades impostas pelo capital e pelo sistema produtivo industrial. A fábrica passou, de certa maneira, a ser o agente formador e regulador da vida social e política, assim como do conjunto edificado que se desenhava ao seu redor.

1. 2 As Moradias Operárias: vida cotidiana e disciplina fabril

A história da formação da Empresa Industrial Garcia⁷ é muito complexa, uma vez que, ao longo de sua existência, diferentemente do que ocorreu com a maioria das indústrias familiares em Blumenau, a empresa mudou de proprietário várias vezes. O bairro Garcia, onde estava instalada, tinha como principal objetivo a agricultura, no início de sua colonização. A atividade da indústria no bairro se iniciou em 1860, com a chegada do imigrante Johann Heinrich Grewsmuehl, que lá instalou sua lavoura, uma serraria e uma atafona. Algum tempo depois, August Sandner e Johann Gauche propuseram a formação de uma sociedade com Johann Grewsmuehl, para a exploração da indústria da tecelagem. Com a assistência de um tecelão chamado Lipmann, instalaram alguns teares de madeira na casa de Grewsmuehl. A sociedade funcionou até o ano de 1876, quando a fábrica, então, suspendeu suas atividades. Em 1883, Gustav Roeder, outro imigrante alemão, “que trazia da Alemanha quatro teares mecânicos e uma caldeira a vapor, comprou a antiga casa de Johann Grewsmuehl e montou sua pequena tecelagem e tinturaria” (CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950, p. 185).⁸ Três anos depois comprou mais dez teares e ampliou a instalação da fábrica. Com o falecimento de sua

⁷ Segundo a publicação Centenário de Blumenau, o nome da empresa não se refere à algum fundador, sócio ou acionista. A empresa adotou o nome do bairro onde se instalou: Garcia (CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950, p.185).

⁸ O Centenário de Blumenau é uma importante publicação em comemoração aos cem anos da cidade. Os textos que compõem a publicação abordam vários temas, desde a fundação da Colônia até o desenvolvimento da indústria, do comércio, da comunicação, dos transportes e da vida cultural.

esposa, em 1896, considerada a “alma do negócio”, a empresa entrou em decadência e foi vendida, por Roeder, em 1900. Entre os vários processos de compra e venda que se decorreram⁹, em 1918, a empresa, já transformada em sociedade anônima desde 1913, adotou a denominação que perdurou durante toda a sua existência: “*Empresa Industrial Garcia*” . A partir daí a fábrica desenvolveu-se ainda mais, melhorando as instalações e iniciando a construção de casas para seus operários: “havia 13 casas em 1922 e 20 casas em 1928”. Em 1934 “havia 35 casas para operários “, e em 1950, eram “quase 200 casas” (CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950, p. 186).

Se no início da colonização o bairro Garcia tinha características predominantemente rurais, sendo a agricultura o seu principal objetivo, com o maior desenvolvimento da Empresa Industrial Garcia, no final da década de 1910, o bairro começava a assumir, aos poucos, as características de um bairro operário. Segundo a narrativa de Rudolf Hollenwerger¹⁰, num texto publicado em 1916, no qual descrevia o Vale do Garcia, ele mencionava a formação de um povoado. “A partir do km 4 fica a margem da rua, casa junto a casa, um pequeno povoado. Os telhados são vermelhos um sinal que quase todas as casas são novas”. Em seguida questionava: “Por que um povoado tão perto da cidade?”. E mais adiante ele mesmo respondia: “Repentinamente se ouve uma sirene” que soa pelo Vale. “Chegando na curva da estrada vemos a magnífica localização da Empresa Garcia. (...) Vale mais acima como também na ‘Muhlbahtiefe’ encontram-se casas de operários” (BLUMENAU EM CADERNOS, 1985, p. 36-37)

A instalação de fábricas em localidades rurais necessitava, como vimos nos exemplos de cidades de industriais e nos bairros operários, da criação de espaços para abrigar seus

⁹ Depois do falecimento de sua esposa, Roeder vendeu a empresa para Nicolau Malburg, que ficou poucos meses com a fábrica e, então, vendeu-a para uma sociedade formada por Heinrich Probst, Frederico Busch e Hermann Sachtleben. Sob nova direção, a empresa totalizava 32 teares, o que rendeu um novo impulso à fábrica. Com a morte de Heinrich Probst, em 1906, seu filho, Júlio Probst, assumiu a direção. Ainda em 1906, Frederico Busch abandonou a sociedade e a empresa passou a chamar-se “*Probst & Sachtleben*”. A nova sociedade adquiriu da viúva de Grewsmuehl um terreno, onde instalaram uma serraria, uma olaria, uma oficina mecânica e uma fundição. Alguns anos depois, em 1913, Hermann Sachtleben também retirou-se da sociedade. Sob o comando de Júlio Probst, a empresa tornou-se uma sociedade anônima, com a denominação de “*Empresa industrial Garcia-Probst*”. Durante a administração de Probst, a empresa passou por diversos melhoramentos e aumento da fábrica – com a instalação da fiação e 102 teares. Entretanto, devido à forte concorrência estrangeira, Probst retirou-se como maior acionista da empresa, em 1918, abrindo capital para investidores de Curitiba e de Blumenau (CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950, p. 186).

¹⁰ Nascido na Suíça, Rudolf Hollenwerger veio para o Brasil em 1908 e se instalou no “Garcia Alto”, onde começou a exercer as funções do magistério. Sua participação na Comunidade do Garcia foi muito grande. Quando era comissionado pelo governo municipal de Blumenau, Hollenwerger escreveu um manual para escolas primárias de Blumenau, “com noções de português, alemão, história do Brasil e do município”. Cf. HOLLENWEGGER, Rudolf. Como Era Visto o Vale do Garcia pelo prof. Rudolf Hollenwerger. In: Revista Blumenau em Cadernos, tomo XXVI, nº2, p. 36-38, 1985.

trabalhadores e oferecer-lhes mínimas condições de vida, garantindo a mobilização de mão de obra necessária ao funcionamento do processo produtivo. Entretanto, diferentemente do que normalmente aconteceu nos exemplos de cidades de industriais do século XIX, que implantaram suas indústrias em áreas não urbanas, propondo um retorno ao mundo rural em detrimento à desordem urbana instalada nas grandes cidades, o conjunto edificado da fábrica, da vila operária e dos demais edifícios da Empresa Industrial Garcia foi instalado no bairro Garcia, próximo ao ribeirão que leva o seu nome, por uma necessidade inicial de força motriz, já que a própria cidade, como um todo, ainda era predominantemente rural naquela época.

A presença da fábrica e do industrial no novo aglomerado urbano que se formava a partir das indústrias, passou a exercer uma forte influência sobre a vida do operário e sobre o espaço urbano que se desenhava, impulsionado pela ordenação do trabalho fabril. Nesse processo, a vila operária, embora possa ter proporcionado ao trabalhador o bem-estar necessário ao sistema produtivo, tornou-se, igualmente, a manifestação concreta de uma certa articulação de poder, exercida pelo dono do capital em relação aos seus operários, já que as moradias operárias eram propriedades da empresa, que alugava para seus trabalhadores. O aluguel de moradias também acontecia na vila operária da Empresa Industrial Garcia, que oferecia a habitação aos seus operários por uma quantia mensal de valor reduzido, já que boa parte de sua mão de obra eram colonos migrantes de regiões próximas à Blumenau, que vinham para trabalhar na fábrica e, principalmente, “para morar numa das casas da vila operária” (SCHÖRNER; OLIVEIRA, 2007, p. 46).

Segundo Alvarez (1990), no jogo entre atração, fixação e disciplina da mão de obra fabril, necessária nos arredores da fábrica, a habitação do trabalhador funcionou como uma das mais formidáveis operações de modelagem social conhecida nos tempos modernos. As ações patronais surgiram como uma das primeiras respostas estratégicas da burguesia do século XIX para as tensões inerentes ao regime do liberalismo econômico e carregaria em si um paradoxo: na medida em que promoveu melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus operários, ao mesmo tempo, também, estabeleceu uma continuidade entre o espaço da fábrica e o espaço privado da casa, exercendo um forte controle sobre a vida do operário, a partir da concessão da moradia e do pagamento da mão de obra. Para Meneguello, as moradias operárias, assim como os edifícios de apoio, eram “núcleos que pertenciam a uma única empresa (ou família) que organizava o espaço e estabelecia a rotina do local”, assim como, “garantia a disponibilidade dos trabalhadores” por meio de uma “rotina regrada de trabalho e lazer”, exercendo um domínio sobre a vida do operário “semelhante ao que o processo fabril exercia sobre as relações de trabalho” (MENEGUELLO, 2008, p. 202).

O controle e a disciplina do trabalho fabril, necessários ao sistema capitalista de produção, seriam, para Alvarez (1990) frutos de uma arbitrária relação de poder que se estendia para a habitação do trabalhador, como resultado dessa coerção. A moradia e o trabalho vinculados à empresa estabeleceriam, também, uma dupla coerção sobre o trabalhador: em primeiro lugar, o tornaria vulnerável à subordinação de poder em troca de moradia e de trabalho; em segundo lugar, o tornaria vulnerável à disciplina do comportamento esperado para a manutenção da moradia e do trabalho. Havia, entretanto, segundo Alvarez, uma outra força de poder que exercia sua autoridade, mesmo que de forma velada, naquilo que o autor denomina de “não trabalho”. O tempo do trabalhador fora da fábrica poderia ser um desestabilizador da ordem, da disciplina e do controle que estavam, em parte, garantidos dentro do espaço fabril. Se na fábrica o controle do processo de trabalho acontecia pela “propriedade privada dos meios de produção, fora da fábrica, o controle do processo de reprodução da força de trabalho deve[ria] nascer da moral” (ALVAREZ, 1990, p. 39). Nesse sentido, cabe ressaltar que a vila operária, proporcionada pelo empregador, funcionaria como um agente educador e formador do operário, na medida em que teria sido utilizada, pela burguesia industrial, como “veículo de transmissão dos novos valores”, necessários à reprodução da força do trabalho (BLAY, 1979, p. 148)¹¹. Ainda segundo Alvarez, tal ação moralizadora estaria calcada no espírito geracional da família: do industrial que se apresentava, ao mesmo tempo, como patrão e como pai, na medida em que propunha ações assistencialistas aos seus trabalhadores; e da família do próprio trabalhador, no sentido de que a constituição de uma família traria estabilidade e responsabilidade ao operário. As duas situações teriam a missão de converter a fábrica, e por extensão, as moradias operárias e demais edifícios de apoio, assim como seus agentes – o industrial e seus trabalhadores – numa grande família. A vida em família seria, em tese, uma garantia da ordem social. Deve-se salientar que nesse processo de moralização e de controle do espaço do “não trabalho”, a moradia manifestava-se como um “capital fixo, exterior à fábrica” e, como uma obra social patronal, deveria ser entendida, também, como “salário indireto” – um privilégio alcançado pelo trabalhador por bom comportamento (ALVAREZ, 1990, p. 94). Cabe ressaltar, igualmente, que o controle na administração da vida privada do trabalhador visava, igualmente, tornar o cotidiano da vida operária extremamente solidário à produção fabril.

¹¹ Eva Altermann Blay desenvolveu um importante estudo sociológico sobre a formação das vilas operárias, criadas por industriais, na cidade de São Paulo. Em sua narrativa, além da pesquisa em documentos primários, como Atas da Câmara Municipal, jornais operários e anarquistas, literatura sociológica e romances, foram incluídas as vozes dos industriais e as dos próprios operários, em relação à constituição e à vida vila operária, principalmente, ao trabalho-moradia em núcleos fabris.

Embora considere o núcleo fabril e as vilas operárias como um espaço de interesses diversos, Correia, em seu amplo estudo sobre as vilas operárias no Brasil, ressalta que a configuração destes lugares não poderia ser entendida somente como o resultado determinado pelas intenções patronais. Da mesma forma, tais espaços não refletiriam, com total fidelidade, nem as intenções dos arquitetos e urbanistas, quando envolvidos em sua projeção, nem as necessidades dos moradores-operários. Estes espaços, segundo a autora, deveriam ser tratados como fruto de um embate de forças diversas (CORREIA, 2011). Neste contexto, e considerando os questionamentos de Correia, Meneguello (2008) ressalta que as cidades de industriais não representariam apenas os desejos dos patronos que as conceberam e, nesse sentido, o paternalismo presente em tais espaços ultrapassaria a relação de concessão de moradia de um lado e a obediência de outro, já que os trabalhadores também teriam criado e estabelecido, na medida do possível, suas próprias sociabilidades e modos de viver (MENEGUELLO, 2008, p. 206).

O espírito de união familiar, salientado por Alvarez, presente na estrutura social e física do conjunto moradia-trabalho, parece, também, estar presente na relação construída entre patrão e empregados da Empresa Industrial Garcia. Numa reportagem publicada em 1946, no jornal O Estado, que tratava das comemorações cívicas da E.I.G. em relação ao dia da independência do Brasil, assim relatava a festa realizada pelo *Centro Beneficente dos Empregados da Empresa*:

[um] ambiente de sadia camaradagem e o elevado espírito de compreensão por parte de seus dirigentes e associados. De fato, a harmonia de pontos de vista entre empregadores e empregados, quer nos momentos de trabalho, como, também, nas horas de diversões, é o reflexo da magnífica organização social, fruto de um trabalho intensivo e compensador (O ESTADO, 1946, p. 9).

Em outra publicação do mesmo jornal, divulgada em 21 de junho de 1955, igualmente ressaltava a integração entre empregados e empregadores: “reina um perfeito entendimento entre empregados e empregador, oferecendo aquela fábrica um ambiente salutar de trabalho com grande produtividade e profunda compreensão entre as forças que constroem o progresso da indústria”. Mais adiante afirmava que os operários da Indústria Garcia tinham “orgulho de sua organização e defen[diam] o seu trabalho, seu modo de vida e seus chefes com verdadeiro entusiasmo e afeição” (O ESTADO, 1955, p. 3)¹². A ordem social estimulada pelo espírito de

¹² No jornal O Estado, durante os meses de maio e junho do ano de 1955, desenvolveu-se uma calorosa discussão entre o deputado Mario Orestes Brusa, vice-líder da UND (União Democrática Nacional) e o então diretor da Empresa Industrial Garcia, Ernesto Stodieck Jr. Juntamente com outros industriais, Ernesto se posicionava contra um pretendido aumento de imposto sobre vendas e consignações na indústria e no comércio. O deputado, nas palavras de Ernesto, o acusava de “reacionário”, “capitalista sem entranhas”. As reportagens da Empresa Industrial Garcia assinalavam as benfeitorias assistenciais promovidas pela empresa aos seus operários em resposta às acusações do deputado. A última reportagem mencionava um abaixo-assinado com 1.302

vida em família – fábrica e moradia, patrão e empregados – gerava, também, de acordo com Alvarez (1990), um sentimento de lealdade, uma atitude de respeito e de consideração para com os patronos industriais, que se convertia em obstáculo contra possíveis resistências ou revoltas dos trabalhadores. A convivência entre empregado e empregador, na qual a relação de produção era mediada pela moradia, também é ressaltada por Blay, ao estudar a formação das vilas operárias na cidade de São Paulo. Segundo a autora, a materialidade das vilas operárias assumiriam um papel repressor em relação às reivindicações dos operários. Ao lhe ser concedida a moradia por aluguel na vila operária, o trabalhador tinha resolvido o seu problema de habitação. Mas, em contrapartida, e justamente por causa disso, a habitação concedida poderia ser utilizada para conter possíveis rebeliões ou movimentos grevistas (BLAY, 1979).

O indissolúvel vínculo entre a família e a casa e, sobretudo, entre o ambiente da moradia e o ambiente da fábrica, assim como as relações entre a vida social e a vida laboral, exerciam um certo comando sobre a vida de seus moradores-operários. Uma casa limpa e saudável e um espaço urbano ordenado para o trabalho, poderia desempenhar, igualmente, uma influência tanto física quanto moral sobre seus habitantes, tornando-os mais pacíficos e coerentes em suas ações. E, principalmente por essa razão, as habitações operárias, depois da segunda metade do século XIX, passaram a ser majoritariamente unifamiliares (ALVAREZ, 1990)¹³. Tomando como exemplo a cidade operária de Mulhouse, constituída pela *Société Mulhousienne des Cités Ouvrières* e desenhada pelo arquiteto Emile Müller em 1853, Alvarez destaca que as habitações operárias unifamiliares para trabalhadores eram associadas em grupo de quatro edificações e rodeadas por um pequeno espaço: a horta ou jardim do trabalhador. A horta ou o jardim funcionavam como uma espécie de resguardo da privacidade da família, um espaço privado ao ar livre, um intervalo, um “elemento de desaglomeração”. Nesse sentido, a horta ou o jardim funcionariam, também, como um instrumento de “antinomadismo e pacificação” do trabalhador-lavrador, além de reafirmar o espírito familiar nas atividades cotidianas de cultivo (ALVAREZ, 1990, p.130). Ainda de acordo com Alvarez, a moradia operária unifamiliar, com

trabalhadores da E.I.G., que se diziam “profundamente magoados pelo tratamento dispensado” contra o diretor da empresa, “e outros insultos injustamente feitos ao humanitário e bondoso Chefe que tão sabiamente diri[gia] o destino de quase dez mil habitantes do bairro operário do Garcia” (O ESTADO, 22/06/1955, p. 1).

¹³ Segundo Alvarez, as primeiras soluções tipológicas adotadas para moradias de trabalhadores eram edifícios coletivos, normalmente num conjunto assentado de forma ortogonal e que favorecia a vigilância. Entretanto, havia espaços partilhados, que serviam de locais de convívios, como pátios, escadas, corredores. Tais espaços, que não eram nem públicos, nem privados, passaram a ser entendidos como espaços de aglomeração que, pelo convívio, poderiam gerar a formação de possíveis revoltas. Sobretudo após as revoltas de 1848, os “ideológicos paternalistas” começaram a perceber os “graves inconvenientes” que a habitação coletiva poderia proporcionar, e o modelo de moradia do trabalhador passou a ser unifamiliar (ALVAREZ, 1990). Entretanto, sobretudo no pós guerra, a habitação social, embora unifamiliar, constitui-se em edifícios de alta densidade, principalmente em função do valor do território.

horta ou jardim, construídas em Mulhouse, rapidamente tornou-se um modelo de habitação operária e teria estabelecido, definitivamente, a delimitação de dois espaços: um transparente, o da rua; e um opaco, o do interior da casa; um público e outro privado, tendo o jardim como moldura. Vale ressaltar, ainda, que no espaço da horta ou do jardim, em Mulhouse, era expressamente proibido qualquer construção, devendo ficar resguardado esta área de intervalo.



Figura 1 - vista casa com jardim de Mulhouse

Fonte: Academia de Strasbourg. Disponível em: www.crdp-strasbourg.fr



Figura 2 – vista geral edificações de Mulhouse

Retomando a vila operária da Empresa Industrial Garcia, as casas também formavam moradias unifamiliares, com horta ou jardim. Aliás a manutenção de uma horta familiar nas moradias operárias era incentivada pela empresa, como podemos observar numa publicação do jornal *Atualidades*: “Acha-se instalada ampla estação de sementes e mudas, cuja distribuição gratuita aos empregados, exige a manutenção de horta particular. Prêmios são distribuídos para os que apresentarem as melhores hortaliças” (ATUALIDADES, 1946, s/p). Em outra publicação a horta era descrita como uma vantagem ao morador da vila operária: “podem cultivar sua horta, cultivar porcos, galinhas e fazer outras plantações” (O ESTADO, 21/06/1955, p. 3).

Sabe-se que o cultivo familiar da horta e do jardim era um hábito praticado pelo imigrante alemão que aqui se tornou colono, justificado, em parte, pelas necessidades inerentes à produção alimentar de sua própria família, caracterizada pelas comunidades rurais do início do processo de colonização em Santa Catarina. Segundo os Roteiros Nacionais de Imigração, ao analisar a ocupação de território nos sítios rurais de imigração alemã no Estado catarinense, o jardim apresentava-se como um elemento importante na configuração da casa, uma “área de introdução ao espaço doméstico, incorporando-se aos cuidados da arquitetura – como os detalhes construtivos e aos ornamentos – na apresentação geral da casa”. (IPHAN, 2007, p. 220).

Ao analisar a contribuição de diferentes tipos de imigrantes à cultura brasileira, dentre eles o imigrante alemão, Seyferth declarava que o que dava uma “aparência específica à casa

do colono”, qualquer que fosse a sua origem, seria a “presença de um jardim, por mais modesto que se apresen[tasse]. O jardim na parte da frente da casa e a horta nos fundos (ou quintal) costuma[vam] ser recorrentes nas propriedades rurais” (SEYFERTH, 1990, p. 47). Segundo a autora, o padrão do cultivo do jardim e da horta poderia ser repetido na cidade. Já nos centros urbanos maiores, a horta tendia a desaparecer, mas “o estereótipo do jardim” permanecia. “Na verdade, a presença de uma pequena área destinada ao cultivo de flores, na frente da casa, é um costume mantido nas regiões de imigração, costume particularmente cultivado por teuto-brasileiros” (SEYFERTH, 1990, p.47). Ainda segundo Seyferth, existiria na língua alemã um termo utilizado para definir uma casa bem cuidada – *Wohnkultur* – que seria a “arte de morar bem ou de viver bem”. Na concepção de *Wohnkultur* estariam implícitos “o jardim, uma casa de boa aparência e confortável”, além de outros ornamentos que contribuiriam para a formação da cultura da moradia. As concepções que envolvem o *Wohnkultur*, manifestado especialmente no cultivo do jardim, parecem constituir, também, todo o trabalho relacionado em tornar a casa, enquanto corpo edificado, bem cuidada e de boa aparência, tanto para aqueles que usufruem intimamente dessa materialidade quanto para os vizinhos, para a rua, o bairro e a cidade, que também seriam formados pela presença da moradia.

Em seu denso estudo sobre a formação de vilas operárias e núcleos fabris no Brasil, Correia afirma que a “estética do pitoresco” também teria encontrado seu campo de manifestação nas cidades ou vilas operárias em território nacional. Segundo a autora, a “estética do pitoresco” estaria vinculada aos preceitos urbanísticos associados ao movimento Cidade-Jardim, dentre eles, as tipologias habitacionais unifamiliares inspiradas em “modelos campestres de habitação”, com espaços verdes e casas com amplos jardins; e o traçado urbano solidário à topografia do terreno. Dentre os vários núcleos fabris ingleses inspirados nestes preceitos, destacam-se a *Port Sunlight*, criada em 1888 pela fábrica de sabonetes Lever e a *Bournville*, criada em 1894 pela fábrica de chocolates Cadbury (CORREIA, 2013; 2014). A *Port Sunlight* é um vilarejo idealizado por William Lever para abrigar seus trabalhadores, na Península de Wirral, entre North Wales e Merseyside. A ideia do industrial e filantropo William Lever foi criar um assentamento o mais aprazível possível, com habitações inspiradas nas casas de campo, no qual o jardim tomava parte fundamental do projeto urbano (HASLETT)¹⁴. O nome da vila-jardim foi derivado do produto produzido pela fábrica que deu origem à criação do assentamento para seus trabalhadores: o *Sunlight Soap*. Em seus 130 acres de extensão, a

¹⁴ Martin Haslett é um planejador urbano britânico que criou um percurso de caminhada pela vila de *Port Sunlight*, para a *Discovering Britain*. A *Discovering Britain* foi desenvolvida pela *Royal Geographical Society* com o objetivo de auxiliar as pessoas a entenderem melhor as histórias geográficas das ricas paisagens da Grã-Bretanha. Disponível em <https://www.discoveringbritain.org>, acessado em 24/04/2021.

Port Sunlight abriga hoje mais de 900 edificações, que são declaradas como área de preservação desde 1978¹⁵. Seguindo as concepções de um núcleo fabril e de moradia, a vila-jardim de *Port Sunlight* abrigava, além da fábrica e das habitações operárias, todos os demais edifícios e funções necessárias à vida urbana e social. De acordo com Davison, numa publicação feita em 1916, a característica principal do plano geral de *Port Sunlight* seria a adoção de espaços abertos e de jardins comunais, ou seja, jardins que pertenceriam a mais de uma edificação. Segundo autor, a ausência de linhas divisórias das cercas individuais produziria um efeito de amplitude ao longo das ruas, o que do ponto de vista urbanístico, “que busca o resultado coletivo”, seria muito mais favorável. As margens verdes dos jardins em frente às casas, que desenham formas orgânicas ao longo das ruas, por vezes, igualmente sinuosas, também caracterizavam o desenho urbano de *Port Sunlight*. Ainda segundo o autor, o agrupamento das edificações sugeriam uma forma livre e variada, com fileiras de casas em formato “L” ou “U”, circulares ou semicirculares, como pode ser visto no plano geral da cidade, de 1914 (DAVISON, 1916).

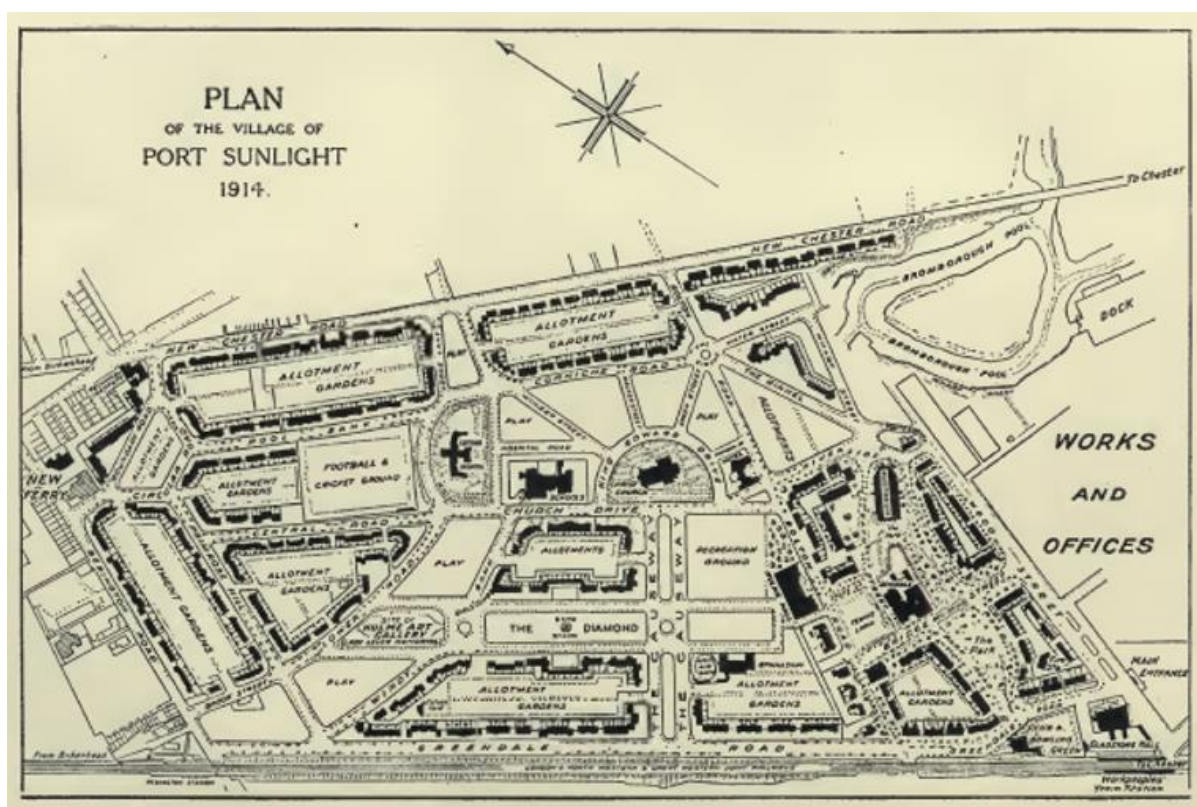


Figura 3 - Desenho da Vila *Port sunlight* em 1914. Fonte: Davison, 1916

¹⁵ A Port Sunlight Village Trust, criada em 1999, é a instituição responsável por preservar a vila e trabalha com seus residentes e visitantes para a conservação tanto de sua materialidade quanto de sua paisagem. Disponível em <https://www.portsunlightvillage.com/about-psvt/>, acessado em 24/04/2021.

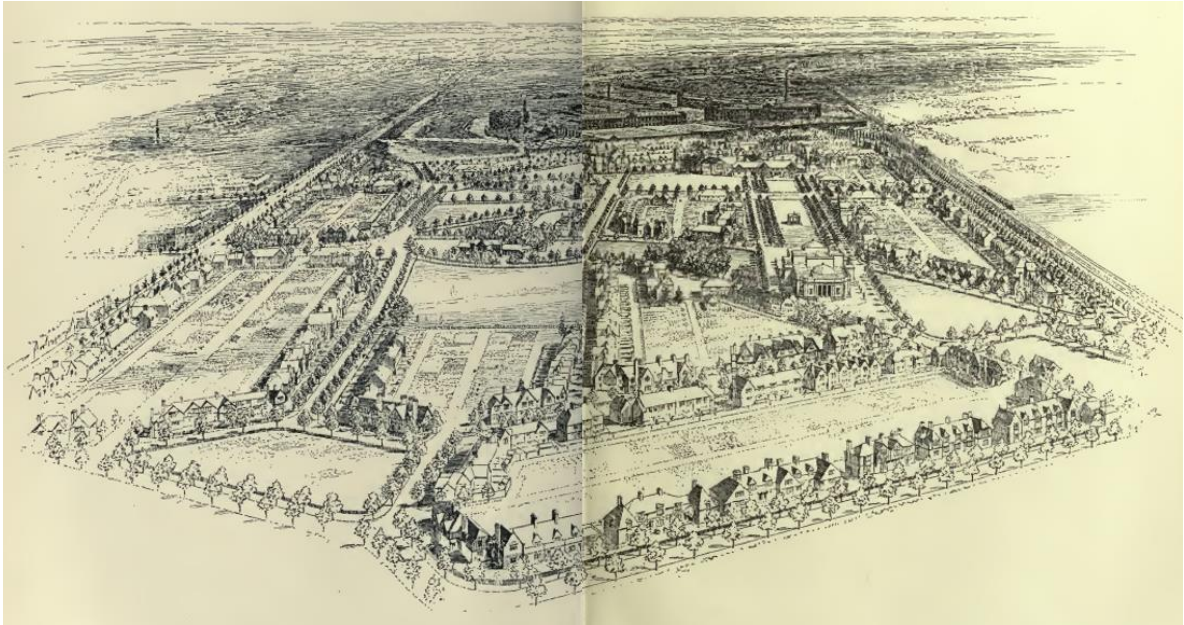


Figura 4 – vista geral de *Port sunlight* – Fonte: Davison, 1916



Figura 5 – exemplo de arruamento. Fonte: Disponível em: facebook125, página criada em comemoração aos 125 anos de *Port Sunlight*. Figura 6 – primeira casa construída. Fonte: Davison, 1916



Figura 7 – outros exemplos de edificações. Fonte: Davison, 1916

A combinação entre habitação industrial e alguns preceitos do movimento Cidade-Jardim também foram aplicados na vila operária de *Bournville*, construída pelos irmãos Cadbury. Segundo Meneguello, em *Bournville*, os terrenos ao redor da fábrica foram

transformados em ruas arborizadas, que evitavam a uniformidade; e as “moradias eram dispostas em grupos de cinco ou seis, em ruas levemente sinuosas” (MENEGUELLO, 2008, p. 204). Segundo a autora, W. A. Harvey, o arquiteto de *Bournville*, dava preferência aos contornos naturais do terreno e concebeu as moradias operárias de *Bournville* ressaltando a simplicidade, que dava às edificações um “aspecto de lar”. Os irmãos Cadbury construíram, ao todo, 143 moradias que teriam sido repassadas aos seus operários, segundo Meneguello, num sistema de *leasing* por 999 anos, como forma de garantir a preservação das moradias e dos jardins. Ainda de acordo com Meneguello, o princípio da baixa densidade manifestado nas vilas operárias das cidades de industriais, que depois foi utilizado nas cidades-jardins, “garantia as vistas pitorescas”: 5 a 8 casas por acre em *Port Sunlight* e 7 a 8 casas por acre em *Bournville* (MENEGUELLO, 2008, p. 204).

Da mesma forma que em *Port Sunlight*, no plano geral de *Bournville*, percebe-se que os edifícios da fábrica ficam agrupados e guardam uma certa distância das moradias, exceto pelas primeiras casas, que foram construídas no entorno imediato do espaço fabril. Os lotes são estreitos e alongados e as casas enfileiradas na testada das ruas com quintal nos fundos.

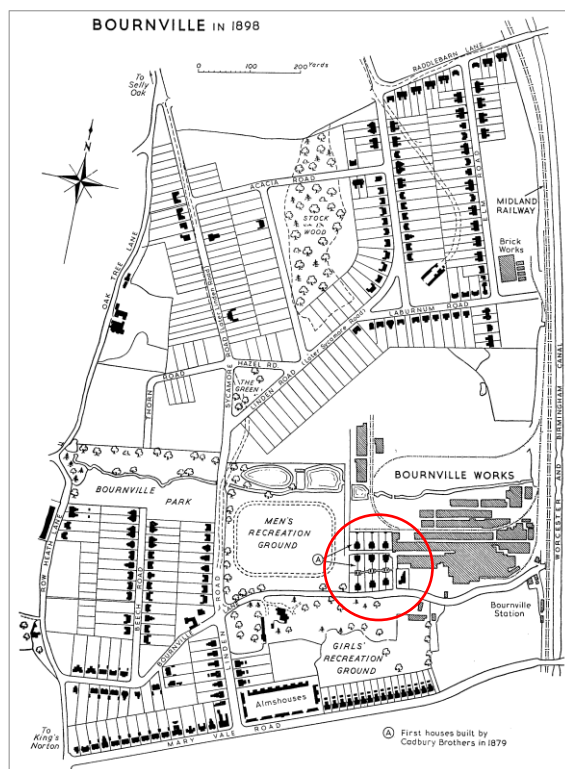


Figura 8 – Plano geral de *Bournville*, com primeiras casas construídas assinaladas
Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/vch/warks/vol7/pp43-57> Acesso em 11/06/2021
Figura 9 e 10 – Imagens de edificações e espaços de lazer. Fonte: Bournville Trust

A vila-jardim *Margarethenhöhe*, construída para abrigar os operários da indústria alemã Krupp, também é um exemplo de um conjunto de moradias operárias conjugado com espaços de jardim. Desde 1860, Alfred Krupp, filho do fundador da empresa, era conhecido por suas

obras assistenciais e pela criação de assentamentos para seus funcionários. Segundo Rykwert, teria sido na década de 1860, quando a produção de aço se tornou importante na indústria alemã, que a companhia Krupp “começou a construir, em pequena escala, assentamentos-modelo de moradias vinculadas para os seus trabalhadores” e, já na década seguinte, os Krupp “havam se tornado os principais empreendedores de casas operárias na Alemanha” (RYKWERT, 2004, p. 124). De acordo com o autor, os traçados das vilas dos Krupp eram, inicialmente retilíneos e, posteriormente, teriam se adequado à topografia e ao traçado “biológico”, presentes nos urbanistas do final do século XIX. A vila-jardim *Margarethenhöhe* foi a maior das vilas operárias dos Krupp. Projetada por Georg Metzendorf, em 1906, e construída entre 1909 e 1938, a vila está localizada em Essen, na região de Uhr. Ainda segundo Rykwert, nessa vila teria sido alcançado “o total desenvolvimento formal do *Siedlung*, o subúrbio de baixa renda que se tornou uma característica do período entre as duas grandes guerras na Alemanha” (RYKWERT, 2004, p. 124). Pelo plano geral, é possível perceber, da mesma forma que *Bournville*, que a maior parte das moradias se acomodam nos lotes alinhando-se à testada da rua e resguardando o espaço de quintal nos fundos.

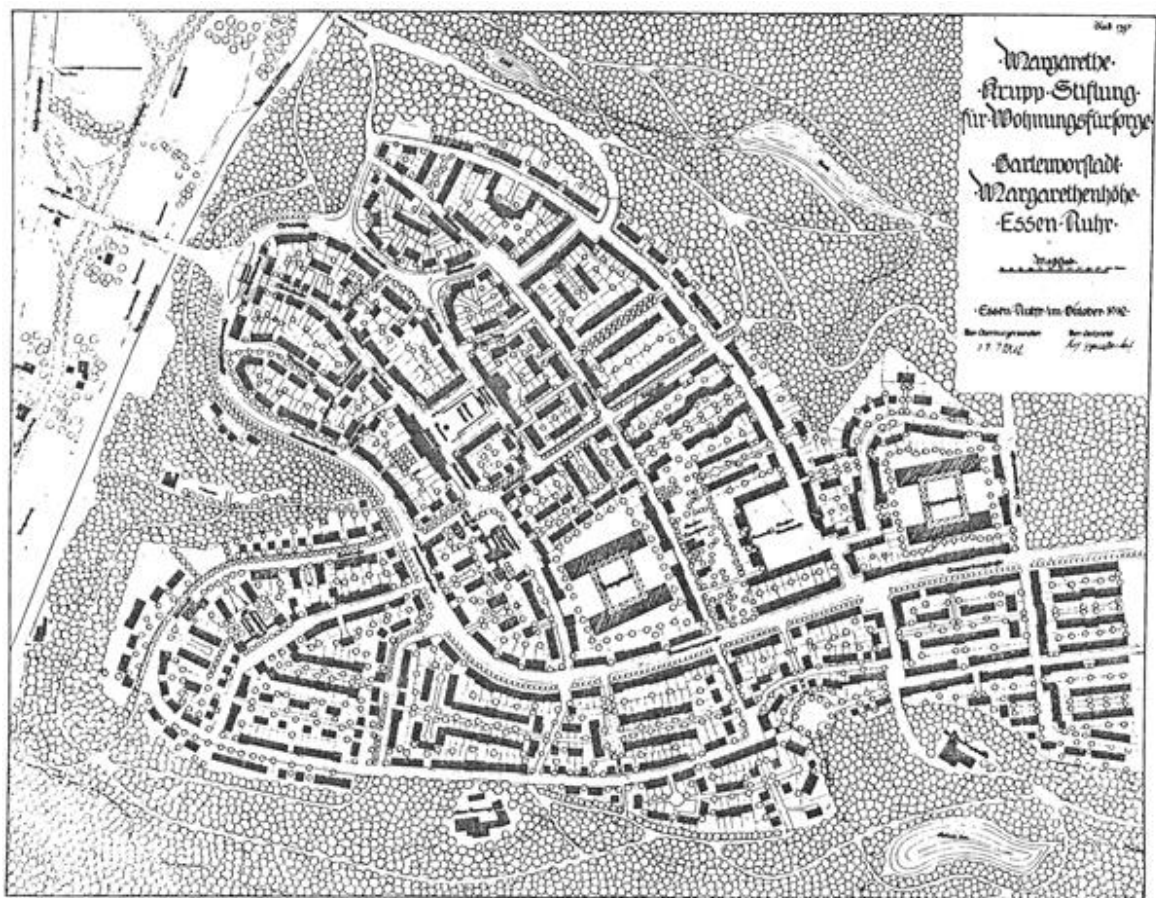


Figura 11 – Plano de desenvolvimento em 1912. Fonte: <http://www.rheinische-industriekultur.de/objekte/Essen/siedlMargarethen/margarethenhoehe.html> Acesso em 11/06/2021

Considerada a primeira cidade-jardim da Alemanha, a vila-jardim *Margarethenhöhe*¹⁶ tinha no conjunto da casa unifamiliar com jardim, a forma ideal do bem viver. Seu projeto, com casas aconchegantes, lindamente situadas com vista para o sol e com jardim doméstico, tinha o objetivo de oferecer moradias atraentes não somente para os trabalhadores das indústrias Krupp, e abrigaria, além das habitações, pequenos comércios e serviços que constituíam o *Kleine Markt*, além de escola, igreja, e armazém. Vale ressaltar que, na ocasião da construção da vila, a linha de bonde foi estendida até o pórtico de entrada para atender aos moradores. Durante a segunda guerra mundial, a vila-jardim *Margarethenhöhe* foi destruída parcialmente: das 1.681 moradias, 474 foram totalmente destruídas, 230 ficaram seriamente danificadas e somente 62 duas ficaram totalmente intactas¹⁷.



Figura 12 – Vista geral da primeira fase de construção. Figura 13 – vista da estação de bonde.
Figura 14 – Vista do pórtico de entrada da vila Krupp. Disponível em: www.margarethe-krupp-stiftung.de

¹⁶ O nome da vila deriva de sua fundadora, Margareth Krupp, esposa de Friedrich Krupp, filho de Alfred Krupp.

¹⁷ Informações constantes no site da *Margarethenhöhe*. Atualmente, a Fundação *Margarethenhöhe* administra as 3.100 unidades residenciais (dispostas em 935 moradias, das quais 420 são casas unifamiliares) e 60 unidades comerciais que formam o seu conjunto edificado.



Figura 15 e 16 – edifícios do Klein Market e algumas moradias da 1ª fase.

Disponível em: www.margarethe-krupp-stiftung.de



Figura 17 e 18 - vista de edificações mais recentes. Disponível em: www.margarethe-krupp-stiftung.de

A estética do pitoresco, as habitações com aparência de casas de campo ou chalés, a moradia unifamiliar com aspecto de lar e a sinuosidade da paisagem, característica das regiões de vale, como é o caso da cidade de Blumenau, também parecem estar presentes no conjunto edificado da vila operária da Empresa Industrial Garcia. As casas com jardim e horta, distribuídas ordenadamente nos terrenos ao longo das ruas próximas da fábrica, por um lado, podem ser entendidas, em parte, como um projeto social e patronal harmonioso, refletindo uma visão idealista da formação do núcleo fabril e das moradias. Por outro lado, tais habitações também parecem refletir os modos de viver e os modos de saber-fazer, característico das manifestações culturais presentes nos descendentes de imigrantes alemães, e que se revela na tipologia de sua arquitetura.

1.3 A Tipologia da Vila Operária da Empresa Industrial Garcia e seus Modos de Viver

A maior parte das casas da vila operária da Empresa Industrial Garcia, considerando as imagens de acervo e os poucos exemplares que ainda existem, tinha uma tipologia típica das

antigas casas existentes na cidade de Blumenau e guardava influências da arquitetura praticada nas regiões de imigração alemã. Segundo o pesquisador Adalberto Day¹⁸, que nasceu e morou numa das casas da vila operária e trabalhou durante muitos anos na Empresa Industrial Garcia, a casa tinha aproximadamente 120m² e dois pavimentos. No piso térreo ficavam duas salas, o quarto de casal, um quarto menor – que poderia ser utilizado para outra função, a cozinha, o banheiro e a varanda; e no piso superior, ficavam outros quatro quartos. Havia poços artesianos que abasteciam as casas por meio de canalização; e o banheiro¹⁹ ficava dentro da casa e não na parte de fora, como era comum em muitas moradias rurais. Isso tornava as moradias da vila operária da Empresa Industrial Garcia um privilégio do “viver e morar bem”, de acordo com Day, já que a rede de abastecimento de água e esgoto ainda era muito precária na cidade naquela época. Ainda de acordo com Day, as casas ficavam instaladas próximas da fábrica, numa distância que poderia ser percorrida caminhando ou andando de bicicleta, que era o veículo mais utilizado pelos operários.



Figura 19 – Anúncio da Empresa Industrial Garcia publicado no Jornal República, de 1932. Fonte: Acervo digital Biblioteca Nacional. Figura 20 – Marcenaria da Empresa Industrial Garcia. Fonte: Acervo pessoal Adalberto Day, década de 1930

A Empresa Industrial Garcia, embora seja conhecida por sua indústria têxtil, tinha outros segmentos de trabalho industrial. Além da fiação e tecelagem, a empresa tinha serraria, marcenaria, fundição e oficina mecânica. Segundo Day, as casas da vila operária, todas feitas

¹⁸ Adalberto Day é formado em Ciências Sociais (bacharel e licenciatura) pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Trabalhou durante vinte e cinco anos em RH na Empresa Industrial Garcia e, posteriormente, na Empresa Artex, após a incorporação das duas empresas. É também um pesquisador da história de Blumenau, sobretudo do bairro Garcia, e guarda um importante acervo pessoal, com inúmeros registros da evolução urbana do bairro, além de peças de época. As imagens da vila operária da Empresa Industrial Garcia foram gentilmente cedidas pelo pesquisador para a realização desta pesquisa, assim como os relatos de sua vivência na vila. As entrevistas com o senhor Adalberto foram feitas por telefone, em função da pandemia que estamos vivenciando, e foram realizadas nos dias 24/02/2021 e 17/05/2021, além de diversos e-mails trocados. Convém ressaltar, que o relato oral, que muito contribuiu para a construção do discurso desta pesquisa, também deve ser entendido a partir das especificidades que caracterizam uma narrativa de natureza empírica e afetiva.

¹⁹ Segundo Adalberto, havia poucas casas em que o banheiro ficava do lado de fora. Na maioria delas, o banheiro era integrado à casa.

em madeira, eram fabricadas previamente pela própria E.I.G., já que ela tinha sua própria serraria, para cortar e beneficiar a madeira e, sua própria marcenaria, para montar as casas. A utilização da madeira como material construtivo foi muito comum no início da colonização, principalmente em peças falquejadas que compunham a estrutura das casas enxaimel e a estrutura dos telhados. Com a proliferação das pequenas indústrias de serrarias, que possibilitavam o corte e o beneficiamento, além da facilidade de obtenção e do baixo custo do material, a construção com paredes formadas exclusivamente por tábuas de madeira, que começou a ser utilizada no início do século XX, estendeu-se até meados do mesmo século (IPHAN, 2011).



Figura 21 - Vista das casas da vila na Rua da Glória. A casa assinalada foi onde nasceu o senhor Adalberto.
Fonte: acervo pessoal Adalberto Day, meados da década de 1940

Segundo Weimer (2012), as construções com tábuas de madeira desenvolveram-se, sobretudo, em regiões onde havia a abundância deste material. As construções com tábuas seguiam a tradição²⁰ de apoiar a estrutura sobre uma fundação, que poderia ser de pedra natural ou artificial, contínua ou interrompida. Para o autor, havia duas técnicas possíveis para a construção de casas com tábuas de madeira: as que utilizavam tábuas verticais e as que utilizavam tábuas horizontais. A construção com tábuas verticais, denominada de “saia e camisa”, era a técnica mais comum, segundo Weimer, e conhecida desde o período colonial. Esta se caracterizava pela “superposição das extremidades das tábuas”. Depois “as tábuas passaram a ser pregadas lado a lado, e as inevitáveis frestas entre elas foram fechadas com

²⁰ Segundo Weimer, apesar das muitas semelhanças, existiria uma diferença fundamental entre as construções com tábuas e as construções enxaimel. Enquanto a estrutura enxaimel alcançava estabilidade com o uso ou da triangulação, seguindo a tradição centro-europeia, ou com o uso de “nabos” diretamente fixados no solo, seguindo a tradição portuguesa, nas construções em tábuas era diferente. Primeiro montava-se a estrutura, que definia a geometria do edifício. Depois fazia-se uma triangulação provisória de todas as peças verticais, e a estabilidade era “garantida pela fixação das tábuas nas peças estruturais”. Cf. WEIMER, 2012, p. 242.

mata-juntas”. Já a técnica de aplicação das tábuas na posição horizontal era vista como de maior qualidade, uma vez que exigia acabamentos mais sofisticados nas bordas, com rasgos para encaixes feitos com máquinas especiais (WEIMER, 2012, p. 245, 246).



Figura 22 - Vista de um grupo de casas da vila. Detalhe para a existência de três tipos de telhados: duas águas, quatro águas e duas águas com dois panos de inclinação diferentes. Fonte: Acervo pessoal Adalberto Day, sem data

As casas de madeira construídas nas diversas regiões de imigração em Santa Catarina seguiram padrões distintos. De acordo com o Iphan, no Sul do Estado, as casas tinham aparência mais rústica, a madeira não era pintada e a volumetria assemelhava-se às casas de alvenaria de imigrantes italianos. Já na região do Vale do Itajaí, as construções em tábuas de madeira guardavam “a volumetria, a planta e os detalhes construtivos das casas enxaimel e de alvenaria autoportante, inclusive nas varandas, ornamentos e anexos” (IPHAN, 2011, p. 80). Durante o período de abundância da madeira, nas regiões de colonização, desenvolveu-se, segundo Weimer, uma tipologia de casas denominadas de “chalés”, que se espalharam por várias cidades. “Essas construções eram tão frequentes que, em seu auge, mais da metade das construções licenciadas pelas municipalidades eram de casas de madeira” (WEIMER, 2012, p. 243). Ainda segundo o autor, neste período de profusão do uso da madeira, desenvolveu-se uma certa racionalidade no processo de construção de chalés, o que permitia a edificação dessas tipologias num curto espaço de tempo, já que a preparação dos materiais era organizada industrialmente. “As madeireiras forneciam um ‘kit completo’, bastando aos proprietários especificar se queriam uma construção de um, dois ou três quartos” (WEIMAR, 2012, p. 244). A construção em madeira, feita de maneira serial e antecipadamente, também é salientada por Benevolo, ao considerar a arquitetura colonial americana. Segundo o autor, no início da colonização americana, a madeira tornou-se o melhor sistema construtivo pois permitia que grande parte do processo fosse feito nas oficinas, restando pouca coisa a ser executada nos canteiros (BENEVOLO, 2012).

Como já afirmado anteriormente, no início da colonização e nas primeiras décadas do século XX, a madeira era uma das matérias-primas mais beneficiadas nas pequenas indústrias e, por este motivo, representava um importante papel na economia catarinense. Na Exposição

Nacional de 1908, em comemoração à abertura dos portos, realizada na cidade do Rio de Janeiro, o Estado de Santa Catarina figurou entre aqueles que construiu um pavilhão isoladamente. Ao lado de grandes palacetes ecléticos, como o pavilhão de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia, estava o singelo pavilhão de Santa Catarina: um pequeno chalé de dois pavimentos totalmente feito em madeira. A materialidade do pavilhão manifestava um atributo à madeira, representando tanto um exemplo de moradia do imigrante alemão quanto a diversidade das espécies nativas desse material construtivo.



Figura 23 e 24 – Pavilhão de Santa Catarina na Exposição Nacional de 1908
Fonte: Museu da República de São Paulo e Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Ao analisar a casa de madeira enquanto saber popular, especialmente a casa de araucária, que durante o final do século XIX até meados do século XX marcou a paisagem da cidade de Curitiba, Batista também ressalta a arquitetura seriada das casas construídas por tábuas de madeira. A partir de um mesmo módulo construtivo, com igual dimensão e volumetria, as moradias eram produzidas em série, vendidas pré-cortadas e montadas no local. Além da facilidade das peças seriadas e pré-fabricadas, o sistema construtivo das casas de araucária, apresentava uma modulação de 30cm, que resultava da padronização da largura das tábuas. (BATISTA, 2011).

De acordo com o relato de Adalberto Day, havia mais de um tipo de casa dentre as edificações da vila operária identificadas, principalmente, pelo desenho dos telhados: duas águas e quatro águas, nas primeiras casas construídas, e duas águas com dois planos de inclinação, nas casas construídas a partir de 1940, e que formaram o maior número delas. Entretanto, todas eram feitas em madeira e guardavam a aparência de chalés. Embora as moradias da vila operária da Empresa Industrial Garcia apresentassem mais de um modelo, a regularidade do conjunto edificado ficava evidente pela repetição do desenho do tipo que passou a vigorar na década de 1940. Segundo Adalberto, no início dos anos de 1940, as casas antigas foram demolidas, pois percebeu-se que no mesmo terreno que abrigava uma casa do

modelo antigo, poderiam ser edificadas duas casas do novo desenho. A casa, anteriormente descrita por Day e que pertence ao novo tipo escolhido pela empresa, era construída com tábuas de madeira vertical, colocadas lado a lado, e com mata-juntas. Pelo acervo imagético do pesquisador é possível perceber o ritmo das mata-juntas que se desenhavam ao longo do corpo edificado e conferiam às casas uma textura especial. Tal textura mostrava-se, sobretudo, pela sombra formada na regularidade da composição das mata-juntas. O oitão, muito presente nas construções em madeira, guardava o tradicional acabamento rendilhado. Entretanto, a característica principal dessa edificação é evidenciada pelo telhado de duas águas, com quatro panos de inclinação diferentes e mais um beiral que formava uma espécie de bainha, emoldurando e delimitando o volume da casa.

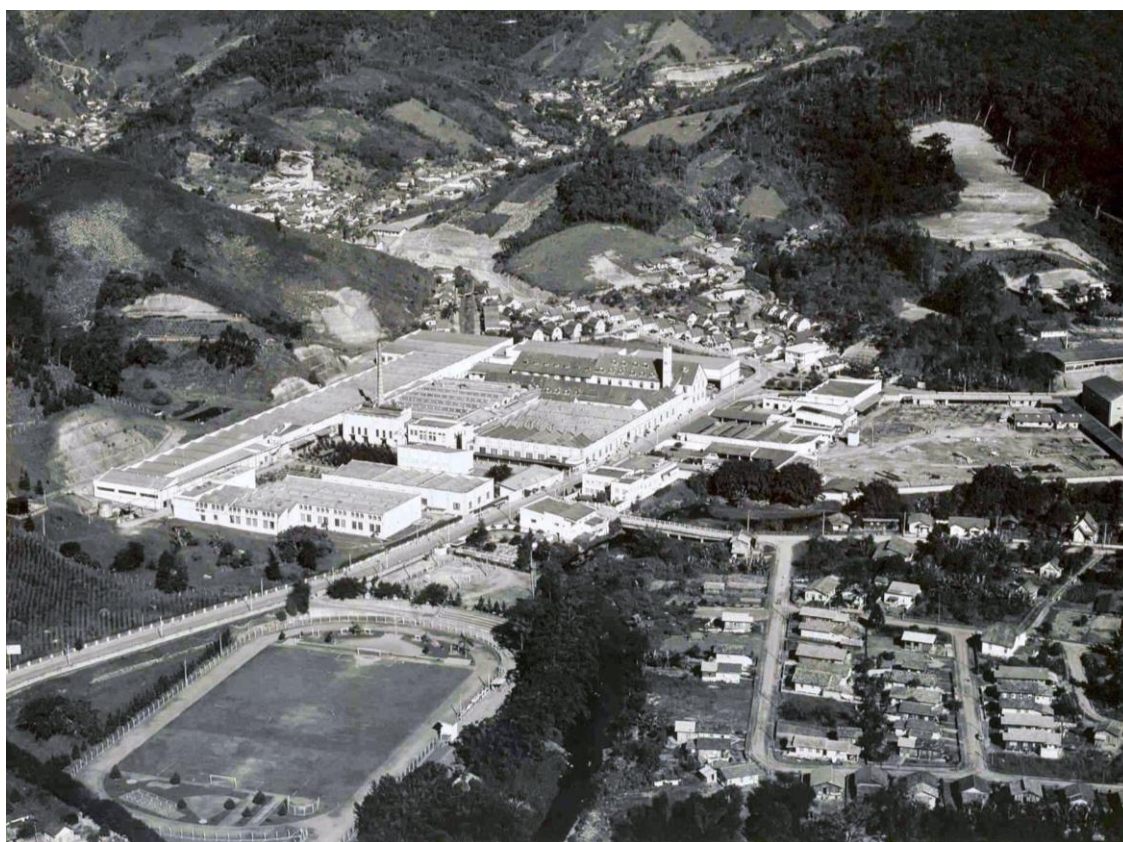


Figura 25 – Vista geral da Empresa Industrial Garcia, campo de esportes do Amazonas no primeiro plano e moradia operárias ao fundo. Figura 26 – Cooperativa de consumo da Empresa Industrial Garcia e bicicletário dos operários

Fonte: Acervo pessoal de Adalberto Day, sem data.

Não foi possível identificar, com certo grau de certeza, a denominação específica desta volumetria de telhado. Dentre as bibliografias pesquisadas chegou-se a duas denominações possíveis: *telhado de Mansarda* e *telhado Gambrel*. De acordo com o Dicionário Houaiss de língua portuguesa, o tipo de telhado em que cada água possui dois caimentos com ângulos diferentes, provido de janelas e permitindo a habitação do último andar de uma edificação seria chamado de *mansarda*²¹. O termo seria derivado do arquiteto francês François Mansart (1598-1666) e também estaria associado a uma “moradia miserável” (HOUAISS, 2009). A mesma associação é feita por Corona & Lemos que, além disso, atribui ao arquiteto francês o aproveitamento do desvão do telhado, com iluminação natural, para “fins utilitários” (CORONA & LEMOS, 1972). A vinculação do termo *mansarda* a uma “moradia miserável” justifica-se pelo fato deste tipo de volumetria possibilitar a ocupação do desvão do telhado como um espaço habitável e tal espaço teria sido utilizado para acomodações de famílias de trabalhadores nas cidades industriais. Ao retratar a desigualdade e a miséria social na Paris do século XIX, em seu conhecido romance *Les Misérables*, Victor Hugo²² fez várias referências às acomodações precárias nos desvão dos telhados de mansarda: “Os mais miseráveis entre os que habitavam o casebre eram uma família de quatro pessoas, composta de pai, mãe e duas filhas, já bastante crescidas, os quais moravam juntos na mesma mansarda” (HUGO, 2014, p. 581). Em outra parte descrevia que não haveria palavras que pudessem “dar ideia da vivaz e sombria fisionomia daquelas massas laboriosas”. E que exis[tia] naquele bairro indigências pungentes, abrigadas pelos tetos das mansardas, mas também nele [havia] inteligências dotadas de raro ardor” (HUGO, 2014, p. 829). Nas reflexões de Eloísa Pinheiro sobre adaptações de modelos urbanos, ao discorrer sobre as reformas propostas por Hausmann em Paris, a autora destaca que os edifícios residenciais, a partir da metade do século XIX, teriam incorporado a seguinte distribuição: “térreo e sobreloja para comércio e atividades terciárias, quatro a seis pavimentos de moradias para alugar, e a mansarda para a habitação de serviçais ou outros” (PINHEIRO, 2011, p. 81). Já no Manual de Conservação de Telhados, disponibilizado pelo Iphan, aparece a referência “asna à mansarda”, que diz respeito à tesoura que estrutura um telhado. Este tipo de armação, segundo o Iphan, teria surgido na França, no final do século XVII, e fora trazido ao Brasil pelos imigrantes europeus e “pela corrente estilística do

²¹ O termo mansarda também é utilizado para referir-se ao espaço sob a tesoura do telhado de mansarda. As aberturas no telhado de mansarda são chamadas de trapeiras. Cf. ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. São Paulo: ProEditores, vol. I e II, 1998. Popularmente o termo mansarda também é utilizado para referir-se à janela em projeção de um sótão.

²² A inclusão da obra de Vitor Hugo para ilustrar as moradias miseráveis nos desvão de telhados na capital parisiense do século XIX é tributária da obra de Maria Stella Martins Bresciani, *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Ecletismo”, no final do século XIX (IPHAN, 1999). Em relação ao telhado *Gambrel*, esta denominação não aparece nos dicionários pesquisados. Mas esta forma de telhado parece ser uma variação do telhado de *Mansarda*. O que o diferencia do telhado deste seria a presença da empena ou do oitão e a consequente formação de apenas duas águas com inclinações diferentes - a inclinação superior mais rasa e a inclinação inferior mais íngreme – o que possibilitava o aumento do pé direito na parte interna da edificação e a plena utilização do piso superior. Já o telhado *Mansarda* seria formado por quatro águas, com duas inclinações diferentes em cada pano e, por esta razão, sem a presença da empena ou do oitão.

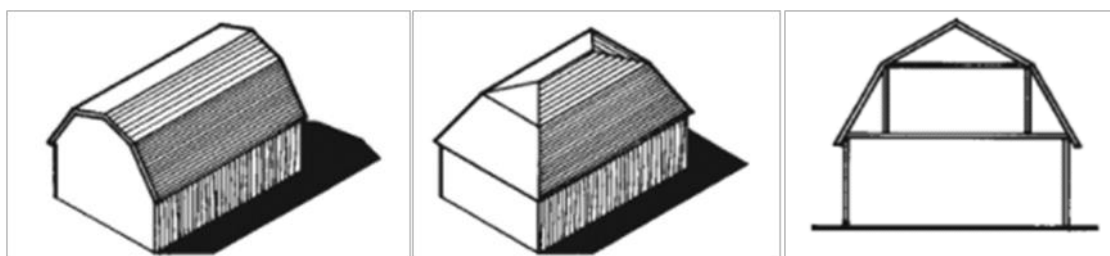


Figura 27 – telhado gambrel, telhado mansarda e estrutura interna de ambos.

Fonte: Edward Allen e Joseph Iano. Fundamentos da Engenharia de Edificações: materiais e métodos, 2013.

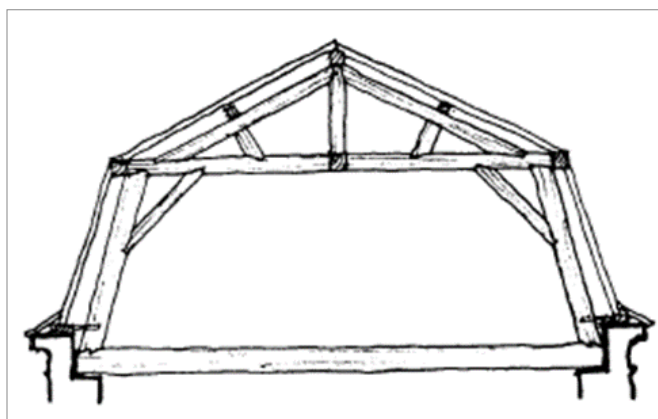


Figura 28 – tesoura de telhado ou “Asna à Mansarda”. Fonte: IPHAN, 1999.

Ao estudar as formas construtivas da cultura alemã, sobretudo a arquitetura popular praticada pelo imigrante no sul do Brasil, Weimer identificou sete formas usuais de telhados utilizados na Alemanha: *Satteldach*, telhado de duas águas, *Walmdach* ou *Vollwalmdach*, telhado de quatro águas, *Halbwalmdach* e *Krüppelwalmdach*, que constituíam duas variações entre o telhado de duas águas e o telhado de quatro águas, o *Pulldach*, telhado de meia água, o *Scheppdach*, telhado de anexo e o *Zeltdach*, telhado de quatro águas iguais (WEIMER, 2005). Considerando as formas apresentadas por Weimer, o telhado utilizado num dos desenhos das casas da vila operária da Empresa Industrial Garcia, parece ser uma variação entre o *Halbwalmdach* e *Krüppelwalmdach* e o telhado de duas águas, embora não apresentasse a tacaniça. E, durante muito tempo, este tipo de telhado – formado por duas águas com duas

angulações diferentes – foi muito utilizado em Blumenau, seja em construções mais sofisticadas, seja em construções mais modestas.

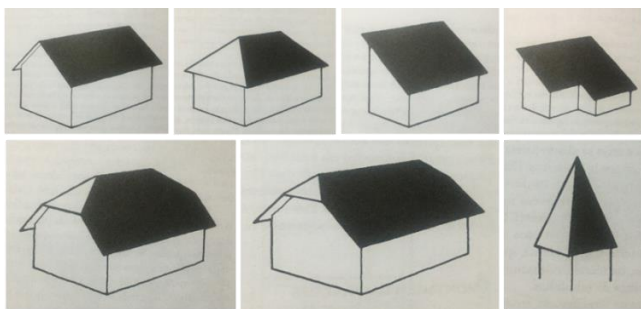


Figura 29 - Tipos de telhados. Da esquerda para direita, primeira linha: *Satteldach*, *Walmdach*, *Pultdach* e *Scheppdach*. Da esquerda para direita, segunda linha: *Halbwalmdach*, *Krüppelwalmdach*, e *Zeltdach*. Fonte: Weimer, 2005.

A repetição de um modelo de habitação era muito comum na constituição de vilas operárias, sobretudo porque facilitava a industrialização de sua produção. Embora o conjunto das casas da vila operária da Empresa Industrial Garcia se apresentasse pela repetição de um mesmo modelo de moradia, para Adalberto Day, o fato das casas serem todas iguais não era motivo de desprestígio. Entretanto, quando adolescente, ele muitas vezes se questionava o porquê das casas serem todas iguais, numa mesma cor e com o mesmo tipo de cerca. Por outro lado, a regularidade na aparência das casas trazia uma certa regularidade nos modos de vida de seus moradores. Segundo Day, o conjunto da vila era uma espécie de “aldeia familiar”, já que todos trabalhavam na mesma empresa, tinham as mesmas casas e tinham, praticamente, os mesmos salários. Além disso, quando, no final da década de 1960, as casas da vila foram vendidas aos moradores e estes poderiam pintar ou modificar a aparência de suas habitações como desejassem, o conjunto estético das casas permaneceu. Pelas imagens do acervo de Day, é possível perceber que as casas foram pintadas de várias cores. Entretanto, como as cores se repetiam ao longo do conjunto edificado, salvaguardava-se uma certa unidade estética.



Figura 30 – Imagem de parte do conjunto edificado da vila operária publicada num cartão postal da cidade
Fonte: acervo pessoal de Adalberto Day, final da década de 1960 e início da década de 1970.

Ao analisarmos a implantação das casas da vila operária da Empresa Industrial Garcia, percebe-se, pelas imagens do acervo, que manteve-se os afastamentos necessários para uma boa insolação e ventilação. Na fachada principal havia quatro janelas, duas no primeiro piso e duas no piso superior e a porta de acesso pela varanda. Na fachada oposta, nos fundos, havia três janelas e uma porta. Nas faces laterais, havia casas com duas janelas em cada face e casas com uma janela em cada face. De acordo com o Código de Construções de Blumenau²³, de 1939, em relação às moradias populares ou operárias, tanto as casas isoladas quanto os agrupamentos de casas não deveriam ficar numa distância menor do que 1,60m das divisas dos lotes vizinhos. O Código também ressaltava, como condição imprescindível, que a superfície da casa operária não poderia exceder a 1/3 da área do respectivo lote. Pelas imagens, fica evidente a área de entorno que margeia a casa e que, normalmente, era utilizada para o cultivo do jardim e da horta. Nota-se que as casas estão elevadas do chão, por pequenas bases, ao longo de todo o perímetro da edificação. Essas bases, inicialmente feitas em pedras brutas e, posteriormente feitas em tijolo ou concreto, eram necessárias para proteger a madeira do contato com o solo.

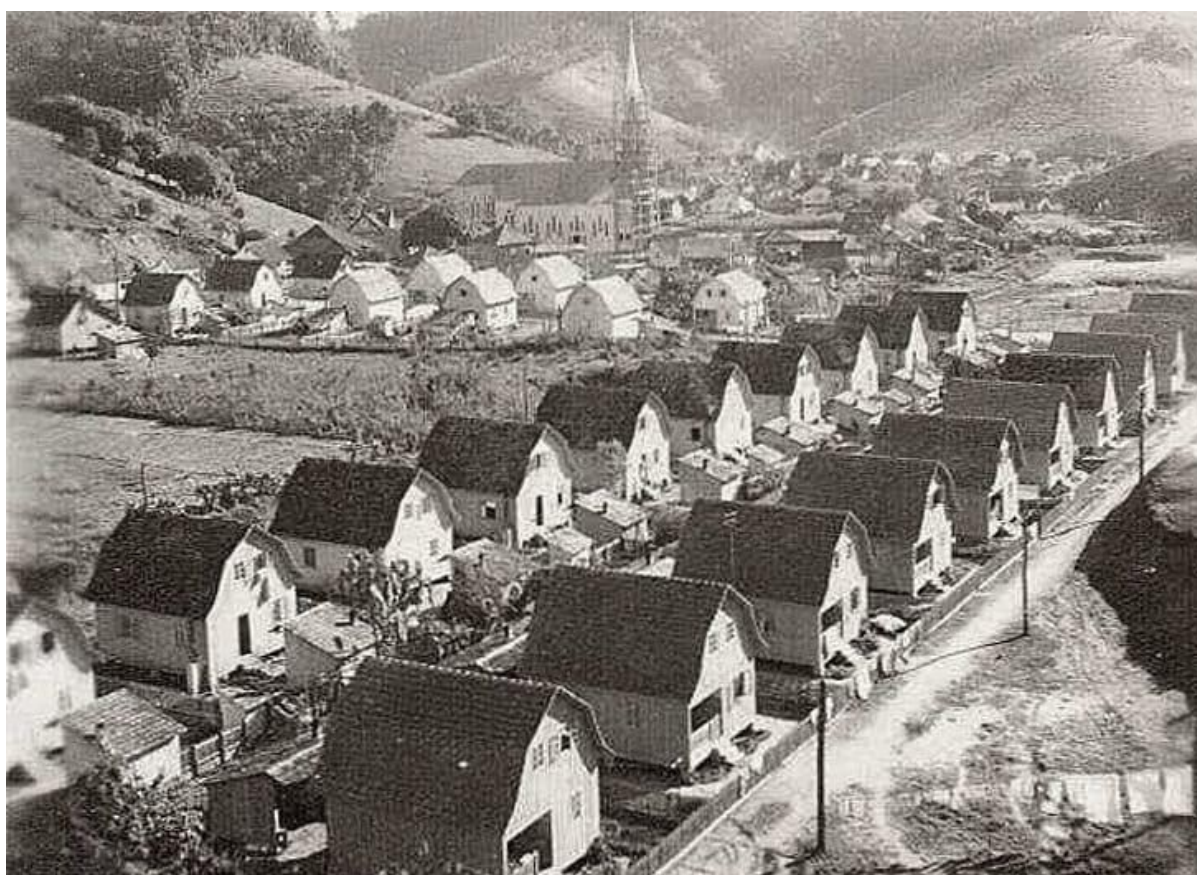


Figura 31 – casas operárias da vila operária e igreja Nossa Senhora da Glória, ao fundo, ainda sendo construída.
Fonte: acervo pessoal Adalberto Day, década de 1940

²³ Agradeço à professora Claudia Siebert, da Universidade Regional de Blumenau, que gentilmente partilhou seu acervo com o Código de Construções de 1939, os Códigos de Posturas de 1948 e de 1974 e a Lei Estadual nº 247.

Em relação à materialidade das casas, Adalberto conta que o fato da casa ser feita em tábuas de madeira não era considerada um material inferior pelos seus moradores. Apesar de serem casas populares, os moradores da vila gostavam de fazer parte e de pertencer àquele espaço. Minha mãe, que durante muito tempo trabalhou na Empresa Industrial Garcia, também relata o apreço pelas casas. Embora nunca tenha morado numa das casas da vila, ela conta que as casas tinham prestígio e eram muito bonitas, principalmente pelo desenho dos telhados. Entretanto, a madeira como material construtivo, segundo Berriel (2011), não teria sido muito bem vista depois da metade do século XX. Em sua pesquisa sobre a tectônica e a poética das casas de tábuas construídas, sobretudo, na cidade de Curitiba, a autora ressalta um certo desprestígio da madeira como material construtivo, seja por sua associação inicial como um material barato, seja por sua sucessiva proibição em áreas mais urbanas, revelada nos instrumentos urbanísticos da cidade. A autora destaca, também, uma frase que aos meus olhos soou muito particular: “eu não quero uma casa de madeira, eu quero uma casa de material”. Essa frase era muito comum aos filhos de moradores de casas de madeira em Blumenau no final dos anos de 1980 que, como eu, nasceram e viveram numa casa com essa materialidade. Se hoje tal materialidade é vista como um importante registro da arquitetura popular, principalmente pelas qualidades estéticas de sua volumetria e pelas qualidades arquitetônicas de seu sistema construtivo, naquela época não era tão bem vista pelos filhos dos moradores, pela nova geração. Entretanto, há que se evidenciar uma significativa distância temporal: as casas da vila operária da Empresa Industrial Garcia, descritas por Adalberto, foram feitas no final da década de 1940 e atendiam a uma necessidade específica de fixar a moradia perto do trabalho. Já as casas, como as que eu morei, foram feitas em meados da década de 1970, em outro momento construtivo da cidade, no qual o uso da madeira passou a ser mais restrito.



Figura 32 – Algumas casas fotografadas nos anos 2000. Fonte: Acervo pessoal Adalberto Day

A percepção da madeira como um material característico de casas populares e a consequente restrição de seu uso nas áreas centrais e nos perímetros urbanos da cidade talvez tenha colaborado para o desprestígio deste material construtivo. Em seu estudo geográfico sobre as indústrias de Blumenau, ao analisar os bairros fabris do Garcia, Bom Retiro-Velha e Itoupava Seca-Norte, Mamigonian ressaltava que estes eram organizados no formato de espinha de peixe e que os serviços e as residências mais abastadas estavam localizadas na parte dorsal, enquanto que “os chalés de madeira, residência operária típica, se localizam de maneira geral nas espinhas” (MAMIGONIAN, 1965, p. 472).

Considerando os Códigos de Posturas de 1883, de 1905 e de 1923 que, até então, regulavam as edificações em Blumenau, percebe-se que não havia nenhuma restrição em relação à madeira como material construtivo. Com a publicação do primeiro Código de Construções, em 1939, ressaltava-se somente que as habitações deveriam ser “construídas com materiais que lhes garanti[ssem] a necessária segurança e condições de higiene”. E, mais adiante, a madeira era descrita como uma possibilidade de material construtivo, ao lado do tijolo, do concreto, do ferro e do aço. Exigia-se apenas, para a sua utilização, que ela fosse “seca, sem buracos, fendas ou quaisquer defeitos que lhe [pudessem] diminuir a respectiva resistência” (CÓDIGO DE CONSTRUÇÕES, 1939, p. 179; 192). Entretanto, na seção *Das Casas Populares ou Operárias*, o Código determinava que “as casas operárias agrupadas, constituindo ‘villas’ só pode[riam] ser construídas além da 1ª zona da cidade” e estariam “sujeitas sempre a recuo obrigatório de 4 metros”. Aqui, percebe-se que, embora não houvesse restrição em relação ao uso da madeira, havia uma restrição em relação à localização das vilas operárias, caracterizando uma forma de segregação espacial. Já o Código de Posturas de 1948, ressaltava que as edificações em madeira não seriam permitidas “dentro da zona central da cidade e, fora desta, nas ruas principais que se[riam] fixadas por lei especial”. E mais adiante, novamente ressaltava que as casas populares agrupadas que constituíssem vilas, quando feitas em madeira, só poderiam ser construídas fora da zona central (CÓDIGO DE POSTURAS, 1948, p. 49). As ruas “principais”, nas quais não poderiam ser feitas construções em madeira, mencionadas pelo Código, foram reguladas pelo Projeto de Lei 94/1955, que definiu, dentre diversas outras ruas, que ao longo da rua Amazonas, ficavam proibidas as edificações em madeira, numa faixa de 25 metros em ambos os lados. Posteriormente, segundo a Lei ordinária 718/1956, esta faixa foi diminuída para 15 metros, por tratar-se o bairro Garcia de um bairro quase que exclusivamente de operários da indústria e empregados do comércio, e pela rua Amazonas, principal via do bairro, ser cortada por pequenas ruas e os lotes de terra pertencerem a pessoas de poucas posses.



Figura 33 – Outro exemplo de tipo de telhado utilizado na vila operária
 Fonte: Acervo pessoal Adalberto Day, década de 2000

Segundo Batista, considerando a casa de araucária e a sua grande presença na paisagem de Curitiba até meados do século XX, as edificações em madeira sofreram muito preconceito ao longo do tempo, justificado, em parte, pela “aparente efemeridade” e, em parte, pela “falta de modernidade” do material, uma vez que “construir em madeira usando-se tábuas e mata-juntas não consisti[ria] em uma postura moderna”. Além disso, a casa de alvenaria representava uma certa ascensão social do morador (BATISTA, 2011, p. 78). É dentro desse contexto que o autor estudou o caso do revestimento *Erkulit*, uma chapa de fibras de madeira mineralizada, inicialmente empregada como revestimento térmico, e que, posteriormente, foi utilizada para revestir as casas de tábuas e mata-juntas, a fim de conferir-lhes o aspecto de uma casa de alvenaria. De acordo com o autor, o *Erkulit* possibilitava ao morador a realização de morar numa casa com aparência de ‘alvenaria’ – embora numa realidade totalmente falseada. Além disso, a aplicação do *Erkulit* numa casa de madeira existente era muito mais acessível do que construir uma casa nova de alvenaria (BATISTA, 2011).

Atualmente existem poucas casas da vila operária da Empresa Industrial Garcia. Segundo Adalberto, restam somente três exemplares. Se na época do conjunto edificado da vila operária, as casas marcavam uma unidade na paisagem ao mesmo tempo em que desenhavam os arruamentos feitos para recebê-las, hoje elas persistem numa paisagem totalmente diversa. A maior parte das edificações que estão nas proximidades das casas não apresentam mais do que dois pavimentos, já que nesta região do bairro Garcia, praticamente não existem edificações altas. Isso, de certa forma, colabora para a visibilidade das casas e para a sua permanência na paisagem urbana, como uma materialidade de um tempo distinto. Entretanto, as edificações remanescentes estão, hoje, completamente sozinhas no espaço urbano que ajudaram a dar forma. E, dessa maneira, perdeu-se a importância paisagista que o conjunto edificado da vila mantinha com a paisagem urbana. Em relação à conservação das edificações, não foi possível constatar se existe algum grau de tombamento e preservação destas casas. Acredita-se que não,

pois nos dois livros Tombo, disponibilizados pela prefeitura de Blumenau, essas moradias não estão registradas, embora apareçam algumas edificações que estão protegidas, feitas em alvenaria e que guardam a mesma volumetria e o desenho das casas da vila. O fato das casas ainda manterem o mesmo uso, ou seja, ainda servirem de moradia, talvez colabore, também, de alguma forma, para a preservação espontânea de sua materialidade. Tal materialidade, ao mesmo tempo que constitui a história mesma do bairro e de seus moradores, ainda nos ensina sobre os modos de um saber fazer manifestado em sua arquitetura.

CAPÍTULO II

Colonização, Industrialização e Habitação Operária

2.1 As Moradias Operárias no Brasil

Considerando o contexto das experiências vivenciadas no velho mundo, entre o final do século XIX e início do século XX, o projeto paternalista, calcado na disciplina e no controle dos trabalhadores dentro e fora do espaço da fábrica, de acordo com Alvarez (1999), não sobreviveria à Primeira Guerra mundial. Uma série de circunstâncias, segundo o autor, teriam colaborado para o seu declínio, dentre elas, a crescente urbanização, a consolidação dos mercados urbanos de massa, e o conjunto de transformações técnicas, geralmente denominado de “segunda revolução industrial”. Tais circunstâncias teriam estimulado novos ramos industriais, que passaram a se localizar, preferencialmente, em centros metropolitanos. Isso, por um lado, teria reduzido as “condições de isolamento” sobre as quais repousavam as práticas paternalistas. Por outro lado, a vida impulsionada pelo consumo de massa teria provocado grandes modificações nas condições de reprodução da força de trabalho, com a consolidação do “sindicalismo de massa”. Ainda de acordo com o autor, com o declínio do programa paternalista, ocorreu uma profunda reordenação dos domínios do poder na sociedade capitalista. O direito de disciplinar o trabalhador teria se repartido em duas partes: “a fábrica, o trabalho e o operário”, ficariam à cargo do empregador enquanto que a “não-fábrica, a vida e o homem” pertenceriam ao Estado (ALVAREZ, 1999, p. 163).

Já no contexto brasileiro, a construção de vilas operárias e núcleos fabris, segundo Correia (2011), continuou a ocorrer durante boa parte do século XX. Em sua densa pesquisa sobre a formação de moradias operárias e conjuntos fabris no Brasil, Correia afirma que a edificação de moradias feitas por patrões para seus empregados seria anterior à emergência da industrialização no país – a exemplo da colonização portuguesa com a construção de casas para escravos e empregados – e continuaria a ocorrer ao longo do século XX. Entretanto, com o fortalecimento da indústria moderna, tal prática ganhou novas configurações: aumentou em termos de quantidade, modificou sua disposição espacial, alterou seu ‘modelo’ de habitação e, aumentou a ação patronal – quando o industrial incorporou, além do edifício da fábrica e da vila, a construção de outros edifícios de apoio e equipamentos de uso coletivo. Segundo a autora, as ações dos industriais intensificaram-se a partir de 1880 e perduraram até o final do século XX. As vilas e os núcleos fabris surgiram em número bem significativo entre os anos de 1930 e 1950, em várias regiões do Brasil. A partir de 1950, o assentamento de vilas operárias

continuou a ser criado e ampliado pelas indústrias e, após 1985, se iniciou o movimento de declínio, com “diferentes trajetórias de desmonte” desses conjuntos edificados, considerado o “fim do sistema de provisão de moradias” por parte dos patronais (CORREIA, 2011, p. 280).

Na perspectiva da história do urbanismo, a formação de vilas operárias e de núcleos fabris, segundo Correia (2011), pode ser considerada um período importante para a construção de um “habitat proletário moderno”, no qual a moradia surgia articulada a equipamentos de uso coletivo e a redes de infraestrutura. A configuração e o assentamento desses aglomerados urbanos receberam, ao longo dos anos, várias designações, entre elas, vila operária, bairro proletário, núcleo urbano, núcleo industrial, núcleo fabril, cidade operária, entre outros. No início do processo de industrialização no Brasil, os conjuntos de casas instaladas no campo e vinculados a uma indústria eram chamados de ‘povoados’ ou ‘vilas’. No final do século XIX, a expressão ‘vila operária’, foi a mais usualmente empregada no Brasil para designar o conjunto de habitações construídas por empresas para alojar a família de seus operários, instaladas tanto nos centros urbanos quanto no campo. Tal expressão teria sido utilizada, segundo a autora, até a década de 1960. No início do século XX, as ‘vilas operárias’ eram compreendidas como “um modelo privilegiado de reforma da habitação do pobre urbano”, como um “padrão de moradia popular oposto à favela, ao mocambo e ao cortiço”. A expressão também sugeria casas salubres e higiênicas, e “casas de famílias de trabalhadores estáveis” (CORREIA, 2011, p. 276). Ainda segundo Correia, a partir da década de 1930, houve um acalorado debate político quando algumas das aglomerações criadas por indústrias foram emancipadas, convertidas em municípios e chamadas de “cidades”. Os questionamentos envolviam a constituição de “cidades”, nas quais o controle da fábrica sobre a vida econômica e política local, além do “monopólio sobre a propriedade imobiliária”, ainda continuavam sob o comando da indústria que a criou. Para Correia, um núcleo fabril, construído por uma empresa e submetido ao seu controle, não poderia surgir como uma cidade. Somente quando perdesse a condição de núcleo pertencente e controlado pela empresa que o criou, poderia transformar-se numa cidade. Segundo a autora, “pelo tamanho e características espaciais, pode[riam] surgir como aglomerações urbanas e como formas de urbanização, mas nunca como cidades. São urbanos, mas não são cidades; estão no campo, mas não são rurais”. E isso caracterizaria “a especificidade destes lugares na urbanização capitalista” (CORREIA, 2011, p. 277).

No processo de instalação das indústrias no Brasil são vários os exemplos de vilas operárias, criadas por patronos industriais, para a mobilização e fixação de trabalhadores necessários à operação do sistema produtivo industrial. Considerando a implantação de vilas operárias na cidade de São Paulo, Blay destaca, como referência obrigatória, a Vila Maria Zélia,

um exemplo documental de ocupação do espaço urbano. Situada no bairro operário do Belenzinho, a Vila Maria Zélia foi idealizada pelo industrial Jorge Street, para abrigar os operários da sua fábrica de algodão, iniciada em 1912. O projeto da vila e da fábrica foi encomendado ao arquiteto francês *Pedarrieux* e contemplava, além do edifício fabril, moradias para casados, dormitórios para solteiros, armazéns, jardim, creche, campo de futebol, teatro, clube recreativo, igreja e um amplo jardim – com um pequeno lago e arborização. As casas eram alugadas por 20 ou 25 mil-réis, de acordo com o tamanho e, os dormitórios para solteiros, que depois foram transformados em casas, eram alugados por 10 mil-réis²⁴ (BLAY, 1985).



Figura 34 – Vila Maria Zélia: moradias, edifícios de apoio e edifícios fabris. Fonte: Condephaat

Construída em 1917, a Vila Maria Zélia está localizada na Rua dos Prazeres e era formada por 198 moradias com tamanhos que variavam entre 75m² a 110m² (TEIXEIRA, 2009). De acordo com o Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo –, a vila apresentava seis diferentes tipos de casas, que variavam conforme o seu tamanho (CONDEPHAAT, 2015). Tombado desde 1992, o conjunto edificado da Vila Maria Zélia constitui, segundo Teixeira, um importante acervo concreto de uma forma de ocupação do espaço urbano e traduziria o modelo

²⁴ Valores referentes ao ano de 1917, ano de formação da Vila Maria Zélia. Envolto numa grande dívida, em função do empréstimo adquirido para a instalação da fábrica de algodão, Street perde a Vila Maria Zélia para Nicolau Scarpa, que passa a ser o proprietário entre 1923 e 1928. Depois a vila passa a pertencer ao grupo Guinle, como pagamento de hipotecas vencidas. Logo em seguida, a propriedade do conjunto edificado foi transferida ao IAPI e depois ao INPS, devido a dívidas fiscais. Cf. BLAY, 1985, p. 226-227 e 241-242.

de vida operária de um determinado período, com “casas edificadas no interior de um terreno” e “separadas da via pública por um portão”. Além disso, sua preservação como “espaço urbano diferenciado” torna-se importante porque sua materialidade teria adquirido “identidade própria”, na medida em que novas formas de socialização foram criadas, com a inserção de novos moradores não ligados ao trabalho de uma determinada indústria (TEIXEIRA, 2009, p. 3;7).



Figura 35 – Portão de acesso, na Rua dos Prazeres, com área ajardinada, igreja e alguns edifícios da Vila Maria Zélia. Fonte: Condephaat.

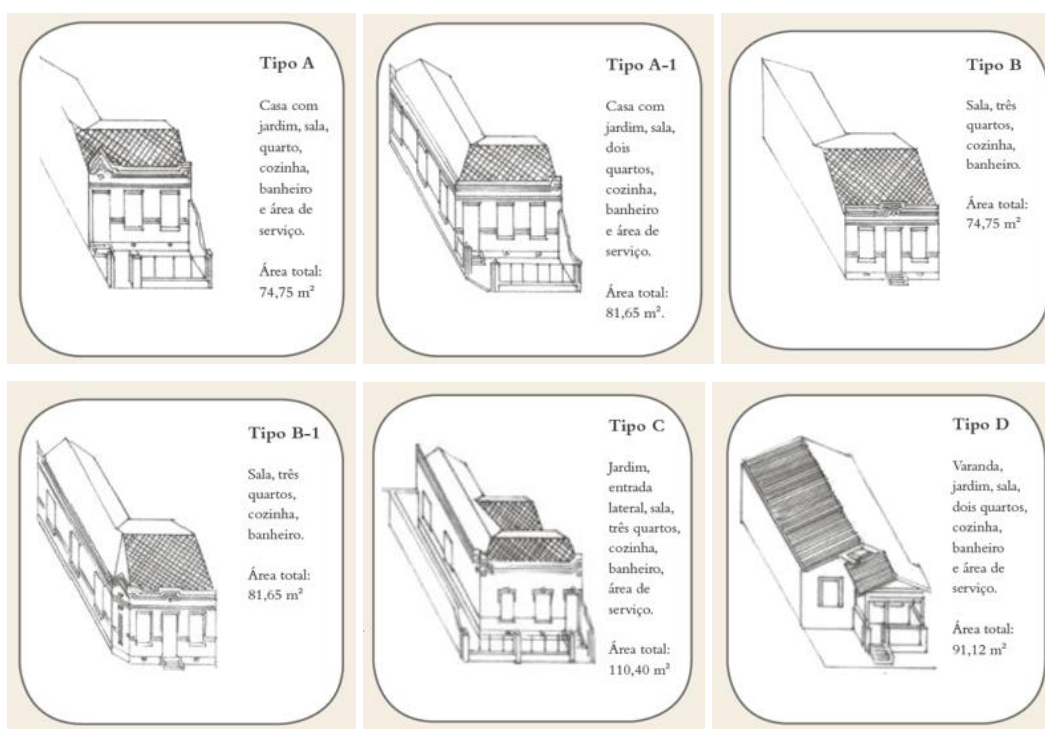


Figura 36 – Desenho dos seis tipos que compunham as moradias da Vila Maria Zélia. Fonte: Condephaat.

Outro exemplo de vila operária criada em território nacional por iniciativa patronal é a Vila Cerealina, do grupo Matarazzo. Segundo Blay, as indústrias Matarazzo se espalharam pela cidade de São Paulo ocupando, principalmente, os bairros do Belém, Brás, Mooca, Água Branca e Lapa, e teriam construído várias habitações para seus operários. A Vila Cerealina, localizada no Bairro do Belém, edificada entre 1923 e 1925, é formada por um conjunto de casas que ocupava todo um quarteirão, englobando as ruas Júlio de Castilhos, Herval, e Fernandes Vieira, e a Avenida Álvaro Ramos. A Vila era formada por 79 casas, sendo que 30 eram edificações térreas, com a fachada principal voltada para a parte interna da vila e, 49 casas eram sobrados, com a fachada principal voltada para uma das quatro ruas que formavam o quarteirão. Os sobrados tinham área construída de 77,50m² na parte térrea e 68,50m² no pavimento superior. Eram formados por 7 cômodos, incluindo banheiro. Já as casas térreas tinham, ao todo, 40m² e eram formadas por um dormitório, sala, cozinha, banheiro e quintal (BLAY, 1985).



Figura 37 – Fábrica Matarazzo (à esquerda) e Vila Cerealina (à direita). Fonte: BLAY, 1985.



Figura 38 – Esquema de implantação das casas e fachada sobrado. Fonte: Habitação Social em São Paulo: 1915 - 1930²⁵

Diferentemente de outros exemplos de vilas operárias, na Vila Cerealina, além das moradias para os trabalhadores, havia somente postos de abastecimentos de gêneros alimentícios e demais produtos domésticos, que eram fabricados pelas indústrias Matarazzo. Os demais edifícios de apoio, que normalmente faziam parte de um núcleo fabril, não estavam

²⁵ O site Habitação em São Paulo: 1915 – 1930 é resultado da pesquisa desenvolvida na FATEC-SP, pela professora Ana Lúcia Saad, do Departamento de Edifícios. A pesquisa foi realizada com o objetivo de resgatar e disponibilizar, de forma democrática, alguns dados referentes ao início da implantação da habitação social em São Paulo. Disponível em: <https://sites.google.com/site/19151945a/home?authuser=0> Acesso em 24/06/2021.

presentes na Vila Cerealina. Ainda, segundo Blay, o grupo Matarazzo teria sofrido sérios problemas financeiros na década de 1960 e, a partir de 1968, as casas da Vila Cerealina foram colocadas à venda (BLAY, 1985). E, ao que parece, a Vila Cerealina não possui nenhum tipo de proteção patrimonial, já que ela não conta na lista de bens tombados do Condephaat.²⁶

Em relação à ação do Estado, Correia (2011) considera que este teve um papel relevante na medida em que teria contribuído, de alguma forma, para os “projetos patronais de gestão operária”, seja concedendo autonomia à indústria na construção e administração das vilas e núcleos fabris, seja oferecendo incentivos fiscais ou participando da construção e administração desses assentamentos. Entretanto, o papel do Estado nos momentos iniciais de implantação da indústria no país, para além das concessões mencionadas, teria sido praticamente nula, de acordo com a autora, entregando à livre iniciativa a gestão e a construção das obras necessárias para a formação dos núcleos fabris. No início do processo de industrialização, as indústrias se instalavam no campo ou em áreas suburbanas, assumindo todas as obras e, a ação do Estado, se resumia em oferecer incentivos fiscais e concessões para o assentamento da fábrica e da construção das moradias. Posteriormente e gradualmente, a omissão inicial deu lugar a uma crescente cooperação do Estado com as empresas, na gestão de equipamentos, em ações conjuntas na construção de moradias e na atuação de empresas estatais na construção de vilas operárias e núcleos fabris (CORREIA, 2011). Entretanto, a parceria entre Estado e indústria, com uma maior presença do poder público nas vilas e nos núcleos fabris, não significava uma renúncia da autonomia da indústria na administração e controle destes assentamentos. Durante muito tempo, a estratégia das empresas no processo de colaboração com o Estado baseou-se no desejo de conciliar o incentivo público para subsidiar a produção e reprodução da força de trabalho, mas preservando a autonomia no controle de seus operários (CORREIA, 2003).

Um exemplo de cooperação entre Estado e indústria foi a implantação da fábrica de papel das indústrias Klabin do Paraná, iniciada em 1934 e concluída em 1946. A fábrica de papel e todo o complexo industrial necessário para fazê-la operar, estava inserida, segundo Correia, na estratégia econômica do governo de Getúlio Vargas para a formação do “sistema capitalista nacional”, baseado no avanço do processo de industrialização no país e sustentado por investimentos nacionais – privados ou públicos (CORREIA, 1998). Representava a consagração do progresso econômico através da indústria, que fundamentava o discurso do

²⁶ De acordo com o Projeto Entrevilas, realizado pelo Centro de Formação e Pesquisa do Sesc, o conjunto edificado da Vila Cerealina não foi tombado. Coordenado por Marina Thomé e Márcia Mansur, do Estúdio CRUA, o projeto resultou num “webdocumentário”, um documentário interativo que retrata a história das vilas operária e o contexto de urbanização em São Paulo. Disponível em: <http://www.entrevilasdoc.com.br> Acesso em 24/06/2021.

Estado Novo, e reforçava a cooperação entre patrões e empregados, rumo ao desenvolvimento nacional, financiado, em parte, pelo Estado. “Tratava-se da maior fábrica de papel da América Latina”, baseada na autonomia da produção de papel, que abrangia uma área de extração e reflorestamento de eucaliptos, pinus e araucárias. Para a operação da fábrica foi necessária a instalação de um grande complexo industrial que atendesse às necessidades fabris de abastecimento, transporte, mão de obra, moradias e edifícios de apoio. O empreendimento contava com estação de tratamento de água, usina hidrelétrica, usina termelétrica, além de “mineração de carvão, represa, serrarias, olarias, estradas, culturas agrícolas e vários núcleos residenciais com casas, infra-estrutura urbana e equipamentos coletivos” (CORREIA, 1998, p.2). Instalada na Fazenda Monte Alegre, numa área inicial de aproximadamente 143 mil hectares, a Klabin do Paraná exigiu uma grande mobilização de trabalhadores de diversos níveis para a sua efetiva implantação. Quando se iniciaram os trabalhos de instalação da fábrica, “os escritórios da Klabin, os alojamentos dos empregados, o armazém de subsistência e uma escola concentraram-se na sede da Fazenda existente” (CORREIA, 1998, p. 4). Depois de instalada a fábrica e iniciado o processo de produção, consolidaram-se vários acampamentos rurais²⁷ e três núcleos residenciais maiores. O primeiro deles, chamado Lagoa, abrigava o centro administrativo do setor florestal e do serviço de tráfego, além de um conjunto residencial para os seus trabalhadores. Segundo Correia, as edificações eram em madeira e incluíam residências para trabalhadores casados, dormitório para solteiros e alguns galpões para dormitório coletivo, além de hotel, escola, grêmio recreativo, capela e armazém. O segundo núcleo, denominado de Mauá, foi criado próximo da usina hidrelétrica e incluía, inicialmente, acomodações coletivas para os trabalhadores da barragem e, posteriormente, moradias destinadas aos trabalhadores da estação de energia. O terceiro núcleo, chamado Harmonia, era o maior deles e teria abrigado cerca de seis mil moradores. Além das moradias, que se diferenciavam de acordo com os vários níveis de qualificação dos trabalhadores, o núcleo de Harmonia contava com edifícios de apoio como “hotel, pensões, igreja, hospital, escolas, armazém, cinema, clubes, padaria, e um pequeno comércio local”, que se distribuíam “em meio a imensas áreas ajardinadas” (CORREIA, 1998, p. 4).

²⁷ Segundo Correia, além dos núcleos residenciais, havia acampamentos florestais e colônias agrícolas. Alguns desses acampamentos eram permanentes e as moradias, feitas em madeira, contavam com sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Nestes acampamentos permanentes, a empresa fornecia pequenas porções de terra para o cultivo de subsistência, além de instalar escolas, posto médico e armazéns de consumo. Entretanto, os acampamentos móveis eram ligados às empreiteiras contratadas para o serviço florestal. A Klabin fornecia a madeira para a construção dos alojamentos e determinava a área de sua implantação. O acampamento permanecia no local até a conclusão do trabalho e depois era transferido para outra área, determinada pela Klabin, para iniciar outros trabalhos. Cf. CORREIA, 1998.

Construída no entorno da fábrica de papel, a “cidade industrial” de Harmonia²⁸, segundo Willer (1998), seria a realização do “ideal patronal e governamental”, na medida em que organizava o corpo social para o trabalho, por meio da disciplina industrial, ao mesmo tempo em que proporcionava uma qualidade urbana, por meio do seu desenho e de suas áreas verdes, que garantiam o “ideal para a saúde e educação do corpo” produtivo (WILLER, 1998, p. 8). A concepção espacial de Harmonia aproximava-se do modelo da cidade-jardim, com vias largas e arborização. Entretanto, de acordo com Willer, não eram apenas as áreas verdes que diferenciavam Harmonia dos outros núcleos fabris implantados no Brasil no início do século XX. “Seu traçado urbano era particular. As ruas rompendo com a lógica do quadriculamento, dominante no traçado das cidades modernas, desenvolvem-se em suaves curvaturas acompanhando as curvas de nível do terreno” (WILLER, 1998, p. 102). Ainda segundo Willer, o desenho urbano de Harmonia se estruturava em torno de um eixo central, formado pela Avenida Brasil. Ao longo da larga avenida, “com duas pistas e farta arborização”, concentravam-se as edificações de apoio como a cooperativa, o hospital, a escola, o clube operário, entre outros. As áreas residenciais se desenvolveram nos dois lados do eixo principal. Num dos lados, o desenho urbano utilizava a forma radial, com ruas de traçado semicircular, e denominadas de *alfa*, *beta*, *gama* e *teta*. Nesta área localizavam-se as moradias operárias de melhor qualidade e com lotes maiores. Já as casas que abrigavam a “mão-de-obra menos qualificada” eram dispostas em cada lado da Avenida Brasil, mas próximo à saída para Lagoa. O modelo de “casa-padrão” para as famílias dos operários de Harmonia era construído em madeira e era formado por uma sala, dois quartos, copa, cozinha, banheiro e uma pequena varanda na fachada frontal. À medida que a qualificação do operário subia na hierarquia da fábrica, aumentava-se o tamanho dos cômodos e a qualidade construtiva da edificação. A casa-padrão para os mestres, por exemplo, era em alvenaria e tinha três dormitórios (WILLER, 1998).

Em meados de 1950, a Klabin decidiu modificar sua política de alojamento de operários, em função dos altos custos de manutenção de toda a estrutura de Harmonia, criando uma nova

²⁸ O engenheiro Luis Vieira, que em 1941 ocupava o cargo de Inspetor Geral do Departamento de Obras contra a Seca do Nordeste, fora designado, pelo Governo, como engenheiro-chefe para coordenar a implantação da fábrica de papel em Monte Alegre. Entre as suas primeiras iniciativas estava o “planejamento da *Cidade Operária* definitiva”. O primeiro estudo da cidade industrial de Harmonia foi apresentado em 1943, pelo engenheiro Abelardo Caiuby, que fora “contratado em regime de empreitada para desenvolver os projetos e administrar as obras mais complexas, como os edifícios coletivos e as casas de chefia em alvenaria. As casas para operários, executadas em madeira, foram construídas pelos carpinteiros da empresa, sob supervisão do próprio pessoal da Klabin”. O projeto urbanístico também foi assinado pelo engenheiro Caiuby, mas o projeto, como um todo, parece ter envolvido uma grande quantidade de engenheiros e projetistas, em sua maioria europeus, e os equipamentos da linha de produção da fábrica foram projetados e produzidos nos Estados Unidos. Cf. WILLER, 1998.

urbanização chamada de Cidade Nova. Localizada na outra margem do rio Tibagi, fora dos limites da Fazenda Monte Alegre, onde estava instalada Harmonia, a Cidade Nova fora feita para abrigar os operários menos qualificados, os quais eram incentivados a comprarem seus lotes no novo empreendimento (WILLER, 1998). Segundo Correia (1998), o projeto da Cidade Nova, atualmente Telêmaco Borba, fora encomendado ao arquiteto alemão Max Staudacher e, embora tivesse “pretensões a cidade-jardim”, sua realidade em nada lembrava os postulados desse modelo urbano. A “cidade-livre” configurava-se como um contraponto à rigorosa ordem do núcleo de Harmonia, permitindo tudo o que era vetado e proibido naquele, funcionando como o “lado oculto da ordem urbana industrial”. Ainda segundo Correia, a transferência dos operários, que viviam na Vila Operária em Harmonia, para a Cidade Nova, em 1950, teria sido o início do desmonte da cidade industrial. Nos anos de 1980 e 1990 prosseguiu-se o desmonte coletivo das casas dos operários mais qualificados e, no final dos anos de 1990, 95% dos moradores de Harmonia eram engenheiros e gerentes da fábrica (CORREIA, 1998).

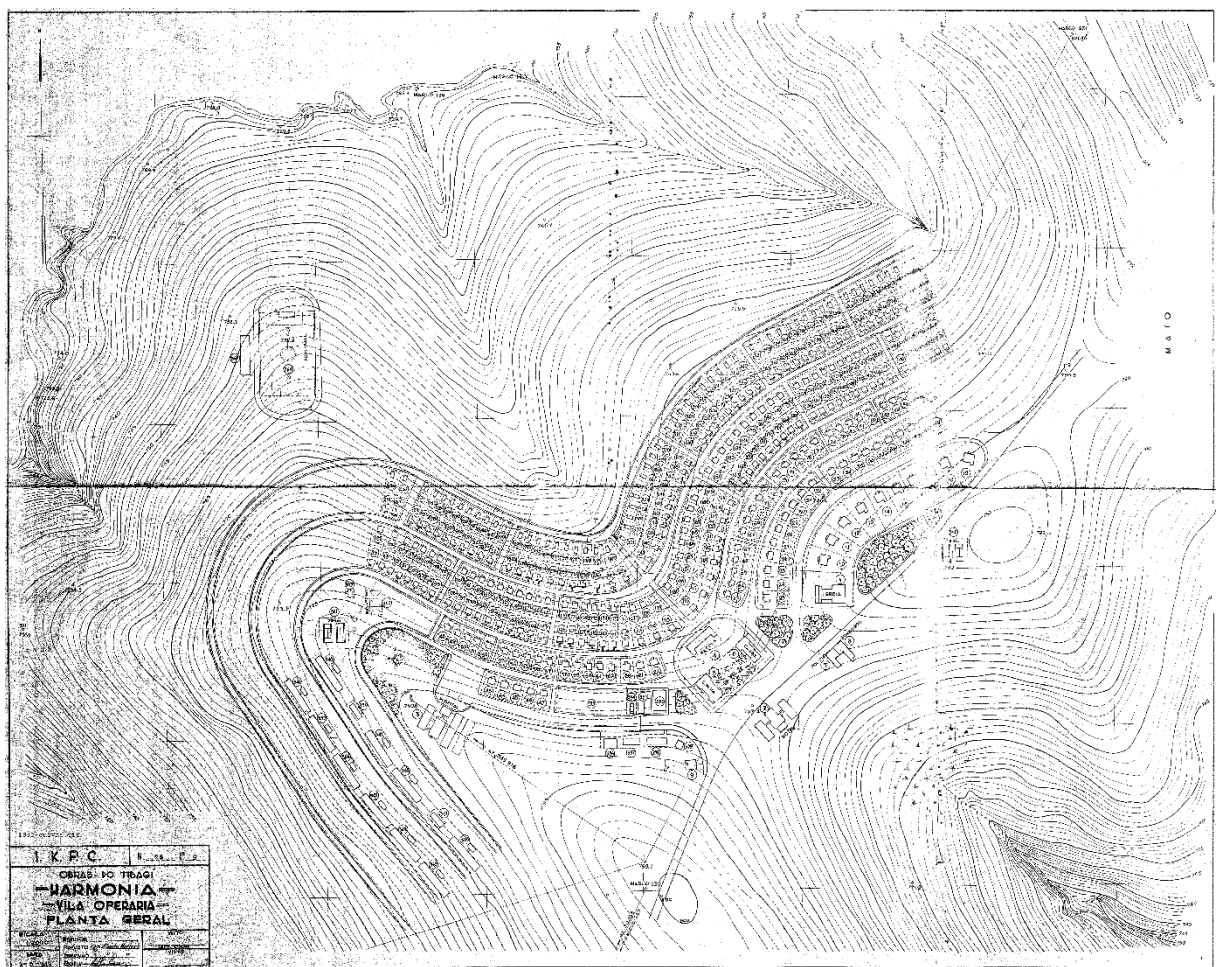


Figura 39 – Planta geral da Vila operária Harmonia, 1942. Detalhe para Avenida Brasil à direita e traçado semicircular da área residencial. Fonte: Acervo Centro de Memória Klabin

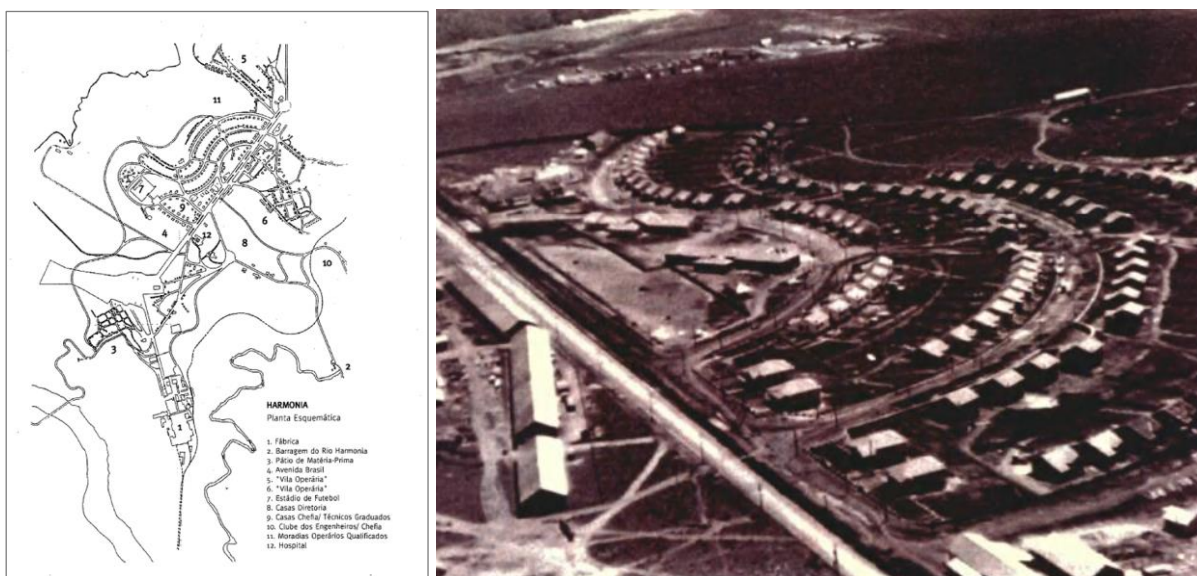


Figura 40 – Planta esquemática de Harmonia e detalhe da implantação das moradias nas ruas de traçado semicircular, destinada, segundo Willer, para as casas de operários mais qualificados. Fonte: WILLER, 1997, p. 110 e 116.



Figura 41 - Exemplo de um modelo de moradia da Vila Operária Harmonia, entre a década de 1940 e 1950.
Fonte: Acervo Centro de Memória Klabin

Em seu amplo estudo desenvolvido sobre a habitação social no Brasil, Bonduki (2014) também destaca que as ações do Estado ficaram restritas às isenções fiscais e a normatização da legislação sanitária e das edificações, além de uma reduzida atuação na produção de unidades habitacionais e na regulamentação do inquilinato. Neste contexto, a “produção rentista” – investimento privado na produção de moradias de aluguel – , sobretudo nas grandes cidades, espalhou-se por todo o país estimulado, principalmente, pela demanda por moradias, pela alta rentabilidade do investimento e pelo baixo risco. E o Estado teria atuado para estimular este tipo de produção, “com incentivos fiscais, segurança jurídica para locadores e tolerância em relação às normas edilícias e sanitárias” (BONDUKI, 2014, p. 19). Até os anos de 1930, a vila operária, na modalidade de investimento rentista, representava para o poder público uma ação prática no controle das condições sanitárias, morais e dos costumes. Entretanto, tal iniciativa,

mesmo com os incentivos do Estado, não teve sucesso, uma vez que apenas os trabalhadores mais qualificados conseguiam arcar com os aluguéis das moradias.

A parceria entre o Estado e empresas privadas na construção de moradias operárias pode ser observada também em Santa Catarina, considerando o recorte dos jornais pesquisados. Num texto publicado no Jornal O Estado, em outubro de 1927, intitulado *O Problema da Habitação*, destacava que a falta de casas obrigava as famílias da capital a se adaptarem em moradias insalubres, “*sem luz e sem ar*”. Mais adiante questionava se não haveria nada mesmo a ser feito em favor “*não só da classe média da população, mas também do próprio embelezamento da cidade, facilitando construções e estimulando-as por maneiras possíveis!*”. E por fim questionava se a “*ideia de edificação de uma vila operária, posta em prática em outras cidades*” seria mesmo impraticável na capital. (O ESTADO, 1927, s/p). Em outro texto do jornal O Estado, publicado no ano seguinte, com o título *Casas para os pobres*, destacava que para “*solucionar o problema da habitação do pobre, bastaria que dois ou três capitalistas tivessem a iniciativa de fazer construir casas baratas, de três ou quatro compartimentos*” (O ESTADO, 1928, p. 6). Já num texto publicado no Jornal República, em julho de 1929, assinalava o contrato firmado entre o Estado e a empresa Corsini & Irmãos, para a construção de 20 moradias operárias, na capital do Estado, “*uma obra notável de assistência pública*”. A vila ficaria localizada no “*entroncamento das estradas da Trindade e das Três Pontes, fazendo frente à Penitenciária*”. E mais adiante salientava que as casas seriam entregues aos operários mais necessitados “*ao preço de 50\$000 mensaes*” e neste valor já estaria compreendido a amortização da casa. Passado o prazo de 10 anos, a casa passaria a pertencer ao inquilino como bem de família e inalienável (REPÚBLICA, 1929, s/p). No ano seguinte, o Jornal O Estado anunciava a entrega da vila operária, feita pela empresa Corsini & Irmãos, ao governo do Estado: “*Consta a mesma villa de 20 bem traçadas casinhas com confortáveis acomodações nas quaes os operários alugadores poderão desfrutar com suas famílias*”(O ESTADO, 1930, p. 6).

Com o início do governo de Getúlio Vargas, o Estado abandona, segundo Bounduki (2014), a conduta de deixar à livre iniciativa a gestão das questões de construção, comercialização, locação e financiamento de unidades habitacionais e passa a intervir no processo de construção e locação de moradias populares. Foram vários os marcos institucionais que caracterizaram uma maior intervenção do Estado na problemática da habitação popular. Dentre eles, destaca-se, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), criado na década de 1930 – sobretudo o Decreto nº 1749, de 1937, que autorizou os Institutos a criarem “*carteiras prediais*” transformando-os “*nas primeiras instituições públicas de caráter nacional a*

produzirem, em número significativo, habitação social”; a Lei do Inquilinato, instituída em 1942; e a Fundação Casa Popular, fundada em 1946 (BONDUKI, 2014, p. 41).

De acordo com o autor, os Institutos de Aposentadorias e Pensões teriam sido os primeiros órgãos públicos a promoverem a produção de habitação social no país. Destinados a trabalhadores assalariados e com “carteira assinada”, os IAPs tinham três objetivos principais: em primeiro lugar, “garantir aposentadorias e pensões à previdência social”; em segundo lugar, assegurar o atendimento à saúde e, em terceiro lugar, a possibilidade de construir e de financiar moradias para seus associados. Organizados por categoria profissional, os IAPs funcionavam sob o “regime de capitalização”, no qual os recursos arrecadados de forma compulsória, tanto de empregadores quanto de trabalhadores, deveriam ser aplicados a fim de garantir o pagamento dos benefícios previdenciários (BONDUKI, 2014). A base rentista na qual estavam fundamentados os IAPs e a “seguridade social plena”, na qual repousava o “discurso oficial” dos Institutos, provocaram uma certa ambiguidade entre seus objetivos sociais e econômicos. Segundo Bounduki, a “burocracia atuarial” passou a ver com restrições os investimentos em habitação social, já que havia outras possibilidades de aplicação imobiliária muito mais rentáveis. “Essa ambiguidade entre os objetivos sociais dos investimentos em habitação e o seu baixo retorno aos fundos previdenciários persistiu durante o período em que os IAPs existiram” (BONDUKI, 2014, p.137). Ainda segundo o autor, existiam quatro planos de aplicação dos fundos previdenciários em operações imobiliárias: o Plano A, que caracterizava-se pela locação ou pela venda de unidades habitacionais de conjuntos residenciais construídos ou adquiridos pelos IAPs; o Plano B, que possibilitava o financiamento para que o associado pudesse construir, comprar ou reformar a sua moradia; o Plano C, que realizava empréstimos para financiar construções prediais, desenvolvimento de indústria e “empréstimos hipotecários”; e o Plano D, que referia-se aos investimentos para a constituição do patrimônio imobiliário do próprio Instituto (BONDUKI, 2014, p. 144).

Nos jornais pesquisados, também encontramos notícias sobre a atuação dos IAPs em território catarinense. No jornal O Estado, um artigo intitulado *O IAPI compra casas para seus associados*, publicado em 1946, trazia uma reportagem sobre as questões de moradia no período pós-guerra e quais seriam as ações do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários para auxiliar na solução do problema de falta de moradia. O administrador do IAPI relatava, na entrevista, que uma das maiores preocupações do Instituto foi “a de dotar seus associados de moradia higiênica e ao alcance de suas possibilidades econômicas”. E que, “enfrentando todas as dificuldades do período de guerra”, o IAPI teria construído os maiores conjuntos residências do país. Como exemplo de ações do Instituto no estado catarinense, ele fazia referência à Vila

Operária do Sacos dos Limões, constituída por 100 casas, onde encontravam-se moradias “dotadas de todo o conforto e máxima higiene, pelo aluguel mensal de apenas Cr\$ 70,00” (O ESTADO, 1946, s/n). Já o jornal Correio do Povo, de 1952, trazia uma publicação sobre a construção de uma vila operária para o trabalhador estivador ou terrestre, financiada pelo IAPETC, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. A vila, que deveria ser construída na cidade de São Francisco do Sul, seria composta por cinquenta casas em alvenaria, com “*traçado moderno, com ótimas instalações, dispondo de três quartos, sala de jantar, cozinha e banheiro, além de uma área para plantio*”. Mais adiante destacava que “*as casas deveri[am] ser vendidas em prestações suaves ou, então, financiada sua compra pelo próprio Instituto*” (CORREIO DO POVO, 1952, p. 3).

O segundo instrumento governamental que caracterizou a ação do Estado nas questões de habitação popular foi a Lei do Inquilinato. Esta lei regulamentou as relações entre proprietários e inquilinos nas moradias por aluguel, congelando os valores de locação. Sancionada no mesmo ano em que o Brasil anunciava sua entrada na Segunda Guerra mundial, a Lei do Inquilinato, segundo Bounduki, teria atuado em três frentes simultâneas: na ampliação do apoio popular ao governo Vargas; na redução do custo de reprodução da força de trabalho e no enfraquecimento dos investimentos em casas de aluguel, direcionando a aplicação de capital para outros setores, sobretudo para a indústria. Tais medidas visavam garantir, principalmente, a “defesa da economia popular”, numa época em que a elevação dos custos de vida marcou a economia no país, durante e após a Segunda Guerra (BONDUKI, 2014). Entretanto, segundo o autor, a manutenção do congelamento dos valores dos aluguéis, decretada em 1942 e prolongada até 1964, acabou criando um ambiente muito desfavorável para os investimentos em moradias de aluguel, ocasionando resultados negativos para o processo de produção de moradias populares. Embora tenha beneficiado diretamente os moradores já assentados, a fixação dos valores dos aluguéis aumentou a carência de moradias populares nas grandes cidades, sobretudo para a grande leva de migrantes que vinha em busca de trabalho. Além disso, somava-se a esse grupo, os moradores que eram despejados, já que o despejo era uma alternativa para o aumento do aluguel em um novo contrato. Para Bounduki, o despejo teria sido “o grande problema habitacional dos bairros operários e populares dos grandes centros urbanos” e, teria se tornado, um “instrumento concreto” no processo de expulsão dessa população das “áreas urbanas bem equipadas e próximas aos locais de emprego”. Ainda de acordo com o autor, tal situação teria estimulado e alimentado o chamado “padrão periférico de crescimento urbano, baseado na formação de assentamentos precários e no auto

empreendimento da casa própria”, ou seja, no processo de autoconstrução (BONDUKI, 2014, p. 44, 45).

Outra importante iniciativa que evidenciou a ação do Estado na resolução dos problemas de moradias para trabalhadores foi a criação da Fundação Casa Popular, primeiro órgão federal com “competência específica na área de desenvolvimento habitacional e urbano” (BONDUKI, 2014, p. 245). Embora tenha sido concebida ainda no final do governo de Vargas, a Fundação Casa Popular foi institucionalizada somente em 1946, no governo Dutra e funcionou até 1964, quando foi extinta pelo governo militar. Na ocasião, o recém fundado Banco Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo incorporaram a sua estrutura. Segundo Bonduki, o anteprojeto da Fundação Casa Popular, idealizado ainda no Estado Novo, pretendia centralizar “as carteiras prediais e os fundos dos IAPs” num único fundo, destinado à promover a produção de moradias populares em grande quantidade, atuando no desenvolvimento urbano, social e econômico. Além da produção da habitação popular, o anteprojeto previa o financiamento de obras de infraestrutura, de materiais de construção, pesquisas sobre processos construtivos e “estudos sobre as tendências regionais das moradias, incluindo arquitetura, hábitos, clima, materiais e mão de obra” (BONDUKI, 2014, p. 245). Diferentemente do IAPs, que atendiam apenas os seus associados, a Fundação Casa Popular teria um “atendimento universal”, que incluía, também, trabalhadores informais e da zona rural. Entretanto, ainda segundo o autor, houve uma grande oposição em relação ao anteprojeto: os IAPs e vários setores da sociedade se colocaram contra a proposta, uma vez que esta poderia colocar em risco a capitalização dos fundos previdenciários, além de diminuir os “privilégios corporativos” e reduzir a utilização dos fundos para investimentos especulativos, sobretudo em condomínios de maior valor. Dessa forma, a Fundação Casa Popular, quando efetivada no governo Dutra, não conseguiu nem centralizar os fundos previdenciários reservados para a habitação nem efetivar seus objetivos principais, uma vez que seus recursos eram reduzidos e incertos porque provinham somente de doações orçamentárias da União. A forte oposição já em relação ao seu anteprojeto evidenciou os conflitos de interesses presentes na sociedade industrial e progressista. De um lado estavam os que apoiavam a moradia social impulsionada pelo Estado; do outro, estavam, sobretudo, os que apoiavam a aplicação dos fundos previdenciários em projetos desenvolvimentistas, os promotores privados de financiamentos imobiliários e os representantes de interesses corporativos, entre eles, os IAPs (BONDUKI, 2014, p. 48). Cabe ainda ressaltar que a Fundação Casa Popular considerava que a casa própria deveria constituir-se em unidades unifamiliares, e a difusão da propriedade da moradia seria um elemento importante de “estabilidade social”. Tal perspectiva era influenciada por uma visão

conservadora e não era apoiada por uma parcela da sociedade, entre elas, entidades profissionais como o Instituto de Arquitetos do Brasil. Os críticos à casa própria popular, especialmente os arquitetos modernos, defendiam que a maioria dos trabalhadores não teria condições de arcar com os valores para financiar sua própria moradia, devendo ser incluído, também, a locação de moradias nos “programas públicos de habitação” da Fundação Casa Popular. Entretanto, embora tenha sido alterado o decreto de regulamentação da Fundação, permitindo a construção de habitações para locação, “como uma alternativa para o acesso à moradia”, a casa própria ainda caracterizava tanto a ascensão social do trabalhador quanto a conservação da ordem política e social, vinculada a um “processo de reeducação e consolidação da família”, por vezes ameaçada pela “moradia coletiva e insalubre” (BONDUKI, 2014, p. 257).

Pode-se perceber que a problemática da habitação do trabalhador ou da moradia popular, seja na modalidade de vila operária promovida pelo empregador, seja na modalidade mista numa ação conjunta entre o industrial e o Estado, ou na habitação social impulsionada somente pelo poder público, é uma realidade da sociedade industrial. O processo de industrialização e de desenvolvimento, que se instalou nas grandes cidades ou em núcleos fabris mais afastados revelou, ao mesmo tempo, tanto o controle da vida operária quanto a fragilidade e vulnerabilidade à qual o trabalhador estava sujeito no processo de provisão de moradias populares. Da mesma forma, o sistema produtivo fabril, em suas mais diversas especificidades, parece ter tido um papel formador na constituição da trama do corpo social da sociedade industrial, na medida que influenciava a formação da classe trabalhadora, delimitava o tipo de moradia do operário e seus modos de vida, e interferia ou colaborava na constituição mesma do desenho da cidade. No processo de colonização catarinense, sobretudo nas cidades de maior desenvolvimento industrial, como na Colônia Blumenau, a industrialização surgiu e vigorou como um modo de vida e de trabalho, misturando-se ao desenvolvimento da própria cidade, influenciando na articulação de sua estrutura urbana.

2.2 A Formação da Colônia Blumenau e a Industrialização

Das Colônias que se formaram em Santa Catarina, Blumenau²⁹ foi uma das mais prósperas e importantes e sua história mistura-se à história mesma de seu fundador: Hermann

²⁹ De acordo com Silva (1972/?) o Vale do Itajaí, onde está localizada a cidade de Blumenau, é uma das nove zonas geoeconômicas do Estado de Santa Catarina e está dividida em três microrregiões: Foz do Itajaí Açu, centralizada pelo município de Itajaí; o Médio Vale do Itajaí, centralizada pelo município de Blumenau; e o Alto Vale do Itajaí, centralizado pelo município de Rio do Sul. A região do Vale do Itajaí limita-se, ao Norte, pelas Serras Geral e do Mar; ao Sul, pelas Serras do Itajaí e do Mar; à Oeste, pela Serra Geral e à Leste, pela faixa litorânea de aproximadamente 30 quilômetros de costa. Segundo Silva, a região do Vale do Itajaí seria única, dentre as nove

Bruno Otto Blumenau. Nascido na pequena cidade de Hasselfelde, Hermann cursou química na faculdade de filosofia de Erlangen, e doutorou-se em 1846. Dois anos depois, já havia sido nomeado procurador da Sociedade de Proteção aos Imigrantes no Sul do Brasil e fora encarregado de estudar as condições de vida dos colonos e a possibilidade de instalação de novas Colônias alemãs no Brasil. Na ocasião, enviou à Assembleia Provincial, uma proposta de colonização das terras por ele visitadas, a qual foi rejeitada. (SILVA, 1972/?). Entretanto, segundo Silva, Hermann estava decidido a levar adiante seu projeto de colonização e constituiu uma sociedade particular com seu amigo Fernando Hackradt³⁰ – a *Blumenau & Hackradt*. Para esta sociedade, a Província concedeu a compra de uma gleba de terra, nas imediações do Ribeirão Garcia que, incorporada a outras terras compradas de particulares, alcançou cerca de 150.000 jeiras. Tal área serviria de início para a instalação de uma “firma que opera[ria] como empresa particular de agricultura e indústria” (SILVA, 1972/?, p. 36).

A Colônia Blumenau, como um empreendimento particular de Hermann³¹, iniciou-se em 1850, com a chegada dos primeiros imigrantes. Num documento redigido nesse mesmo ano, Hermann descrevia que o desenvolvimento da pretendida Colônia que levaria o seu nome deveria ser uma colonização espontânea de pessoas *trabalhadora[s] e industriosa[s], uma das mais imperiosas necessidades e assunto verdadeiramente vital para o Império do Brasil*. Mais adiante ressaltava que não haveria dúvidas sobre as questões fundamentais que seriam indispensáveis para a prosperidade das Colônias, dentre elas a necessidade “*de uma população industrial, de um solo fértil, de variedade de produtos e facilidade da venda e exportação dos mesmos para fora*” (BLUMENAU, 1850, p.xxx).³² No ano de 1856, Hermann fez uma publicação intitulada *A Colônia Alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*, que trazia vários textos com detalhes sobre os primeiros anos de sua atividade. Num dos textos, intitulado *A Colônia Blumenau, sua Fundação e seu Desenvolvimento*, Hermann relatava que mesmo enfrentado muitas dificuldades e adversidades iniciais, poderia ser

zonas geoeconômicas, que compreende parte do litoral e parte do planalto catarinense. Ainda de acordo com Silva, a Bacia do Itajaí Açu, com uma superfície de 9.553km², constituía até 1934, “com exceção dos municípios de Itajaí e Brusque e os, posteriormente, destes desmembrados, o município de Blumenau” (SILVA, 1972/?, p. 28).

³⁰ Dois anos depois, em 1850, Fernando Hackradt retirou-se da Sociedade com Hermann.

³¹ A Colônia Blumenau permaneceu por alguns anos como uma Colônia Privada. Somente em 1860, o empreendimento particular de Hermann passou a ser uma Colônia Imperial, permanecendo nessa condição até 1880, quando a Lei n° 860 elevou a Colônia à categoria de município. Entretanto, a forte enchente que atingiu Blumenau naquele ano, fez com que o Governo Imperial e o da Província prorrogassem a instalação do município. Em 1882, pelo decreto imperial n° 8.454, a Colônia Blumenau foi considerada totalmente emancipada, realizando-se, nesse mesmo ano, a eleição do primeiro governo do município. Hermann Blumenau permaneceu como diretor Colônia até a oficialização do município (SILVA, 1972/?).

³² Conforme documento de Hermann Blumenau com o planejamento de uma Colônia privada e datado de meados de dezembro de 1850. Disponível no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – AHJFS, em Blumenau.

afirmado que a Colônia Blumenau, “sustentada com recursos ínfimos, se desenvolveu lenta, mas progressivamente, por si própria, de maneira segura e natural, conseguindo afirmar sua existência através do trabalho” (BLUMENAU, 1856, p. 26). No *Estatuto da Colônia*, também inserido nesta publicação, Hermann considerava que a Colônia Blumenau era um “refúgio para os imigrantes” que pretendessem “dedicar-se à agricultura, exercer a profissão de artífice, empenhar-se em ramo industrial ou talvez se associar a industriais e construir moinhos”. Também ressaltava que, embora a Colônia fosse de base agrícola, não poderiam faltar “os ofícios necessários, nem indústria e comércio”, para cuja instalação ele próprio se empenharia ao máximo (BLUMENAU, 1856, p. 81/82). Ao final do Estatuto, destacava que dedicaria grande esforço para a “fomentação da indústria agro-pecuária e manufatureira”, as quais seriam extremamente necessárias “para o desenvolvimento da região do Itajaí” (BLUMENAU, 1856, p. 106). Pode-se perceber nas palavras de Hermann que havia o desejo e a crença no progresso da Colônia baseado principalmente na qualidade do trabalho alemão. Se a Colônia tratava-se de um empreendimento de base agrícola, o trabalho rural foi o mais requerido inicialmente, justificado sobretudo pelas condições adversas das atividades iniciais da colonização. Entretanto, havia também o desejo do progresso da Colônia pautado do desenvolvimento do trabalho industrial, inicialmente constituído pelas pequenas indústrias caseiras e posteriormente baseado em atividades industriais num contexto maior.

A imigração alemã para o Sul do Brasil, sobretudo em território catarinense, ocorreu, em maior número, em meados do século XIX e teria coincidido, segundo Seyferth (1999) com o período de grande instabilidade e tensões que antecederam à unificação da Alemanha. No início do século XIX, com o fim da dominação francesa, a Alemanha era formada por um “amontoado de pequenos Estados pobres” e tinha sua economia ainda baseada na agricultura. As condições que regiam a vida dos camponeses compreendiam desde os vestígios de uma servidão feudal, na qual o camponês não era proprietário da terra mas estava ligado a uma gleba, até o camponês considerado ‘livre’, que não estava mais vinculado aos “laços feudais” e que poderia se tornar proprietário da terra, desde que conseguisse arcar com os valores dos altos impostos e taxas. Nas regiões onde prevalecia a propriedade privada do camponês, principalmente no Sul e no Oeste da Alemanha, “a fragmentação excessiva da terra era o problema mais grave”, além do pesado sistema tributário, o que tornava, por vezes, impossível a subsistência do camponês de sua própria terra. Além dos camponeses, a condição dos artífices, tanto nas aldeias quanto nas cidades, não era melhor, uma vez que não conseguiam concorrer com os produtos oriundos da produção seriada e fabril, incentivada pela industrialização que se intensificava em território alemão. Ainda de acordo com Seyferth, nas regiões onde a

industrialização se instalou com mais força, o proletário fabril acumulava 14 horas de trabalho diário. Uma nova classe teria emergido na sociedade industrial: o *Lumpenproletariat* – formado por “operários não qualificados” composto, em sua maioria, por camponeses forçados a abandonar suas aldeias em busca de trabalho. Havia, também, as propagandas das “companhias de colonização” e os “agentes de emigração”, tanto do Brasil quanto de outros países, que divulgavam a possibilidade de uma vida nova nas Américas. Diante desta situação, tanto “camponeses quanto artífices foram compelidos à emigração motivados pela possibilidade de se tornarem proprietários de terras no Novo Mundo e, ao mesmo tempo, fugir da proletarização” (SEYFERTH, 1999, p. 24)³³.

A colonização catarinense, especialmente o Vale do Itajaí, é marcada por uma característica particular. Segundo Hering (1987), o desenvolvimento econômico desta região teria obedecido uma “dinâmica interna própria”. O crescimento gradual da indústria, “a partir de recursos autogeradores e de mercado interno”, teria tido por base o “isolamento regional”. Tal isolamento regional caracterizou a industrialização catarinense, determinando a existência de um “mercado regional fechado, com uma população de imigrantes fornecedora de mão-de-obra e demais recursos para a atividade econômica local” (HERING, 1987, p. 12). A gradual transformação de uma economia agrícola para uma economia de base industrial teria ocorrido, de acordo com a autora, em função das diversas qualificações da população imigrante, representada pela colonização alemã. Dessa forma, tanto o “isolamento inicial” quanto a “estrutura da economia do Vale do Itajaí” teriam determinado a característica da indústria local catarinense, baseada na pequena e média empresa. Além disso, destaca-se, também, a “relevância do tipo de mão-de-obra e do tipo de empreendedor como agentes de transformação econômica no Vale do Itajaí” (HERING, 1987, p. 14).

Blumenau foi uma das Colônias que mais recebeu trabalhadores industriais e artífices, de acordo com Hering (1987), oriundos da região da Saxônia, e teriam trazido a “concepção econômica dominante nas regiões luteranas na Alemanha”, com ênfase no trabalho oficial, nas pequenas profissões e na indústria. Segundo a autora, as condições econômicas nessa região,

³³ Além de camponeses e artífices, segundo Seyferth, havia pessoas que foram forçadas a emigrar por questões políticas, que envolviam as tensões que antecedem à unificação do território alemão. A disputa entre liberais e nacionalistas contra a nobreza e a monarquia conservadora, iniciada em 1815, após a “guerra de libertação”, envolveu tanto camponeses quanto urbanos. Com o Acordo de Karlsbad, de 1819, muitos liberais fugiram para países vizinhos e para a América. Na década de 1830, vários “motins populares” buscavam a melhoria de vida dos camponeses e dos proletariados que resultou no surgimento de “líderes socialistas”. Além disso, a nova classe burguesa também reivindicava maior participação política. Tais tensões culminaram na Revolução de 1848, que envolveu vários estratos sociais, desde o campesinato e o proletariado até a burguesia industrial. Entretanto, embora a Revolução de 1848 tenha se iniciado como proletária, “acabou sendo utilizada pela burguesia para atingir seus objetivos”. Com a contrarrevolução, a Liga Comunista foi desfeita e, as “fraternidades operárias”, dissolvidas. Cf. SEYFERTH, (1999, p. 25-26).

teriam favorecido o desalojamento de artesões, já que a indústria alemã começava a se desenvolver, não permitindo a sobrevivência das oficinas e obrigando mestres artífices e aprendizes à imigração. Weimer (2012) destaca, igualmente, que a maior parte dos imigrantes que se estabeleceu em Santa Catarina era de centros urbanos, principalmente da região de Hannover, na Saxônia, enquanto que os imigrantes que se fixaram no Rio Grande do Sul eram, em sua maioria, aldeões, provenientes da Renânia, Pomerânia e Vestfália. Em seu estudo geográfico sobre as indústrias de Blumenau, Mamigonian (1965) também salienta que a “colonização europeia no Brasil meridional” teria origem artesanal, ou seja, no trabalho oficial de artífices. Embora ressalte que nem todos os ramos artesanais se tornaram industriais e nem todas as indústrias tiveram uma “etapa artesanal”, o autor destaca que a riqueza artesanal do imigrante europeu, proveniente de uma “civilização semi-industrial da Alemanha da metade do século XIX”, seria fundamental para entendermos o tipo de colonização que ocorreu em Blumenau e sua formação industrial (MAMIGONIAN, 1965, p. 68). Considerando que parte da imigração alemã que se instalou no território catarinense, sobretudo em Blumenau, era de trabalhadores industriais, mestres artífices e aprendizes, veremos, então, como se deu o processo de transição de uma Colônia inicialmente pautada nas atividades agrícolas e de subsistência para uma cidade baseada no trabalho fabril.

As regiões de colonização alemã em Santa Catarina são caracterizadas pelo regime da pequena propriedade, com produção agrícola variada em pequena escala, contrastando, segundo Hering (1987), com o sistema das “grandes economias monocultoras” e de exportação que predominaram em outras regiões do país. O povoamento e a distribuição dos lotes tem características particulares na áreas de imigração alemã. Em seu estudo sobre a colonização do Vale do Itajaí-Mirim, Seyferth faz uma comparação entre a distribuição de terras na Colônia Brusque e um tipo de povoamento chamado de *Waldhufen*, que era utilizado pelo campesinato em regiões montanhosas no leste da Alemanha. Na Colônia Brusque, os “lotes foram marcados paralelamente uns aos outros, de ambos os lados das picadas ou dos ribeirões e se estendiam numa longa faixa em direção ao fundo do vale” (SEYFERTH, 1999, p. 47). De acordo com Seyferth, a distribuição de terras em lotes alongados se assemelhava ao sistema *Waldhufendorf*, praticado na “colonização medieval da Floresta Negra, Odenwald, leste de Mittelgebirge e em parte das florestas das terras baixas no norte da Alemanha”. Esse sistema também se caracterizava por um lote alongado que iria “do fundo do vale ao topo de uma montanha” (SEYFERTH, 1999, p. 48). Ainda segundo Seyferth, a semelhança entre os dois povoamentos se justificaria por ambos se desenvolverem em áreas montanhosas e ao longo de um vale. Nestas circunstâncias, a distribuição de terras a partir de um curso d’água e em lotes alongados

seria, para a autora, a forma mais racional de disposição do território. Segundo o IPHAN (2011), a formação de lotes estreitos e alongados, demarcados a partir dos cursos d'água e estendendo-se até a cumeada caracterizaria a “típica propriedade rural” que se estabeleceu nas regiões de imigração alemã no estado catarinense. Os núcleos originais, de cidades oriundas de “empreendimentos rurais, têm seus traçados urbanos decorrentes da integração entre a geometria da demarcação dos lotes rurais e a organicidade dos acidentes naturais” (IPHAN 2011, p. 61). No caso de Blumenau, o núcleo formador da Colônia – o *Stadtplatz*³⁴ – estabeleceu-se às margens do curso d'água, entre a Foz do Ribeirão Garcia e o rio Itajaí Açu, que fora utilizado, durante muito tempo, como importante via de acesso e de comunicação. No mapa da cidade de 1864, é possível perceber os lotes estreitos e alongados que se formam a partir dos cursos d'água.

Além da pequena propriedade, disposta em lotes estreitos e alongados, a colonização alemã em Blumenau, segundo Mamigonian (1965) inaugurou uma nova concepção de trabalho, na qual o “agricultor-artesão” era proprietário de mais ou menos 25 hectares de terra e contava apenas com o seu próprio trabalho e o de sua família, uma vez que valorizavam o trabalho como forma de bem-estar familiar. A pequena propriedade cultivada pelo trabalho familiar também é salientada por Seyferth (1999) que evidencia algumas características mantidas pelo imigrante alemão: além das atividades do cultivo familiar, havia a inserção, em certos períodos, do trabalho artesanal, do trabalho acessório³⁵ e, principalmente, da produção de um excedente que deveria ser comercializado. Tal comercialização demonstrava a circulação entre a aldeia e a cidade, que caracterizava a estrutura econômica do campesinato alemão praticada na Alemanha, e que também foi mantida nas regiões de imigração alemã no estado catarinense. Esta circulação comercial entre uma unidade produtora local e um centro maior, que poderia ser na própria zona rural – nos cruzamentos dos caminhos coloniais –, no *Stadtplatz* da Colônia ou além dela, é igualmente ressaltada por Mamigonian. De acordo com o autor, até o final da Primeira Guerra mundial, a vida econômica em Blumenau era baseada no sistema “colônia-venda”. A “colônia” correspondia à pequena propriedade agrícola de cultivo familiar, enquanto que a “venda”

³⁴ O termo *Stadt* significa cidade e o termo *Platz* significa lugar ou sítio. A expressão *Stadtplatz* significa “lugar da cidade” e foi aqui considerada, numa tradução livre, como núcleo formador da Colônia ou sede administrativa, baseado também na localização do *Stadtplatz* no mapa da Colônia.

³⁵ O trabalho acessório, segundo Seyferth, era comumente praticado na Alemanha no século XIX e não se referia ao trabalho artesanal propriamente dito. Durante o inverno, para complementar seus rendimentos, o agricultor procurava algum trabalho fora de sua propriedade, normalmente para trabalhar com a extração de madeira ou em minas, como assalariado. No Brasil, como o inverno é menos rigoroso, era possível trabalhar de forma mais contínua. Ainda de acordo com Seyferth, os tipos mais comuns de trabalho acessório para os colonos concentravam-se na construção de picadas e estradas, nas serrarias, como ‘puxadores de madeira’ e no trabalho artesanal, principalmente como carpinteiros e ferreiros, para ajudar nas suas despesas até que a colheita fosse realizada. Cf. Seyferth (1999).

representava as necessárias trocas e a comercialização, normalmente localizada na entrada do povoamento³⁶ ou no *Stadtplatz*.³⁷ Para Hering (1987), os “vendeiros” eram figuras centrais na vida da Colônia, uma vez que a atividade econômica local, dependia, em maior ou menor grau, de sua atividade. Na produção inicial da Colônia, o colono produzia para a sua subsistência, mas também necessitava de produtos manufaturados ou oriundos de outras Colônias. Esta necessidade era satisfeita nas “vendas”, pelo trabalho dos “vendeiros”.

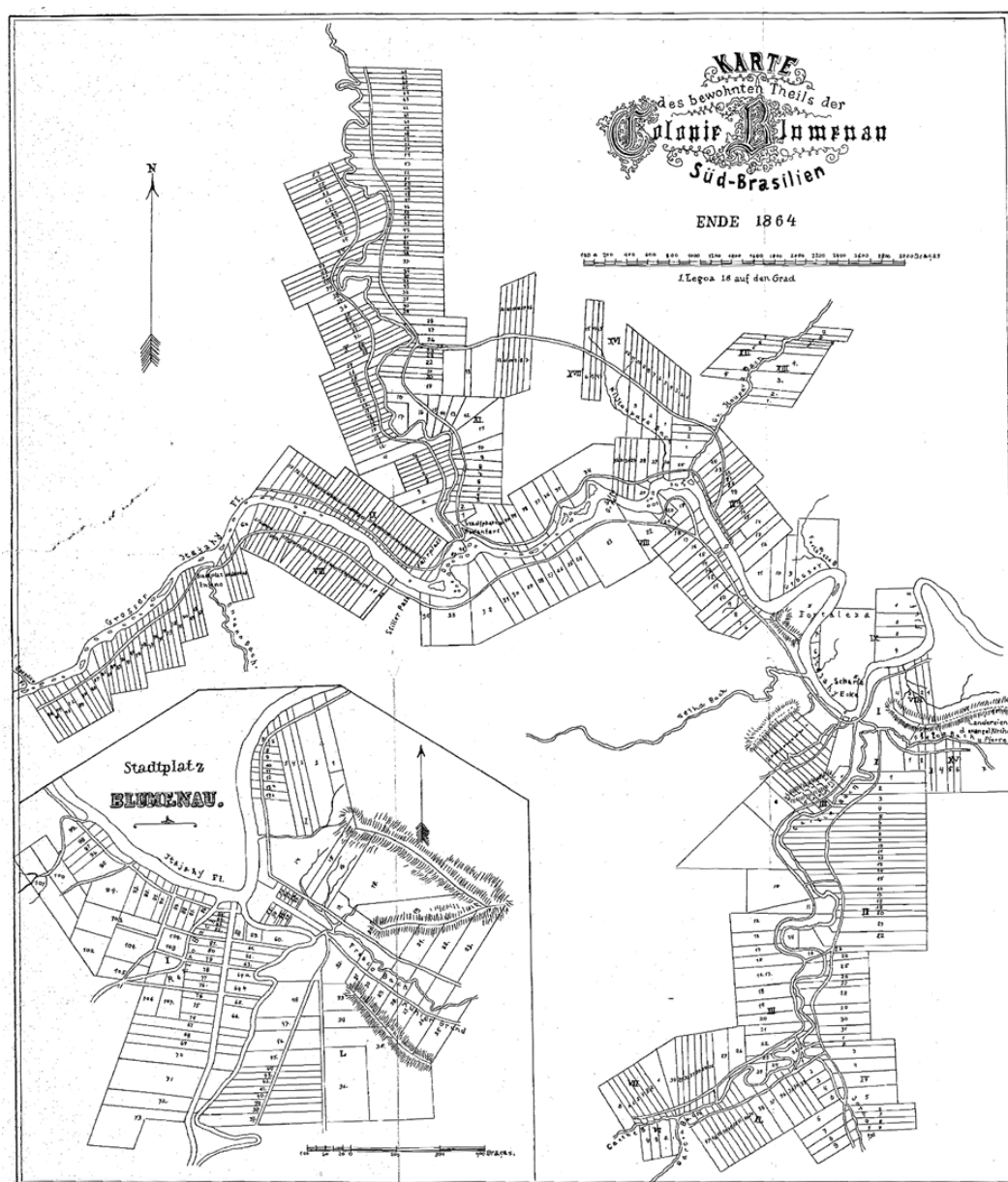


Figura 42 – Mapa da Colônia Blumenau de 1864. Detalhe para os lotes alongados e estreitos ao longo dos cursos d’água.
Fonte: Acervo iconográfico do AHBJS.

³⁶ Ao definir o tipo de povoamento, Mamigonian também recorre ao termo alemão *Wandhofendörf*, utilizado por Seyferth.

³⁷ Ainda segundo o autor, os excedentes da produção agrícola eram comercializados em casas de exportação-importação no *Stadtplatz* e em filiais nas zonas rurais. Os comerciantes, que dirigiam as casas de exportação-importação enviavam os produtos de Blumenau pelo Rio Itajaí e pelo mar até o Rio de Janeiro, Salvador e Recife (MAMIGONIAN, 1965, p. 71)

O trabalho familiar na pequena propriedade incluía, além das atividades na agricultura e na criação de animais, as atividades destinadas à transformação da produção colonial para o consumo da própria família ou para comercialização. A *Hausindustrie* era uma pequena indústria doméstica, formada pela família do colono, que trabalhava na manufatura dos produtos. Era uma atividade complementar dos colonos que, no início da colonização, necessitavam produzir o máximo para a sua subsistência. Havia dois tipos de indústria doméstica: a *Landwirtschaftlicheindustrie* – formada, principalmente, pelo trabalho de manufatura dos grãos nos engenhos e atafonas, e a *Techindustrie* – formada pelo trabalho em atividades técnicas de beneficiamento e que não tinham vínculo com as atividades da agricultura ou com a criação de animais como, por exemplo, serrarias, olarias, carpintarias etc (SEYFERTH, 1999).

O trabalho artesanal, ligado aos ofícios técnicos, era apenas uma atividade suplementar do colono no início da colonização. Mesmo aqueles que eram artesãos ou já haviam participado do trabalho industrial na Alemanha, quando chegaram aqui, foram feitos colonos, já que as atividades iniciais das colônias eram baseadas no trabalho agrícola. Com o aumento da população, pela chegada sucessiva de imigrantes, os artesãos de ofício passaram a se dedicar ao trabalho técnico. Entretanto, o trabalho ainda era realizado num contexto familiar, exercido pelo artesão e auxiliado pelos filhos e, normalmente, feito num “rancho nos fundos da residência”, sem instalação técnica ou maquinarias adequadas. Somente quando a “divisão do trabalho” deixa de ser uma “atribuição de tarefas dentro da propriedade colonial” é que o trabalho artesanal torna-se um especialidade com possibilidade de rendimento, com o surgimento das pequenas indústrias. Contudo, nem todas as oficinas evoluíram para o trabalho industrial e tornaram-se indústrias (SEYFERTH, 1999, p. 120,121).

Para Hering, o fato dos imigrantes terem, como atividade inicial, o trabalho na terra, teria sido o “ponto de partida para que todas as diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelo imigrantes alemães em sua terra de origem desaparecessem no novo mundo e se fundissem, através do trabalho, em solidariedade e experiência comum” (HERING, p. 56). Segundo a autora, esse “traço social”, caracterizado pela mesma condição de vida, iria se refletir nas relações empresariais como uma espécie de “apoio mútuo” entre aqueles entregues à livre iniciativa – comerciantes e artífices. E, mesmo o “futuro trabalhador industrial” não irá abandonar o trabalho na lavoura, para a sua subsistência, ao tornar-se operário, uma vez que o trabalho na fábrica e o plantio para o autoconsumo permanecem lado a lado (HERING, 1987). E, durante muito tempo o trabalho com a terra manteve-se paralelo ao trabalho industrial em Blumenau. Como vimos no primeiro capítulo, o trabalhador fabril da

Empresa Industrial Garcia era incentivado a ter uma horta em casa, principalmente os moradores da vila operária. O trabalho agrícola, além de promover parte do sustento da família, parece resguardar o vínculo inicial com a terra. Vale ressaltar, também, que a homogeneidade social, evidenciada por Hering, também era vivenciada na vila operária da Empresa Industrial Garcia, uma vez que todos os moradores tinham condições de vida muito semelhantes: moravam em habitações iguais, eram operários fabris na mesma indústria e trabalhavam no cultivo de sua pequena lavoura.

Considerando que Santa Catarina, sobretudo o Vale do Itajaí, é uma das regiões que mais recebeu trabalhadores industriais e artífices durante o período de imigração, e que esta mão de obra voltada para o trabalho técnico, de certa maneira, caracterizou o seu processo de desenvolvimento – além de seu isolamento regional e de sua homogeneidade étnica e social –, podemos dividir a industrialização catarinense em etapas. Vários autores que estudaram o desenvolvimento industrial no estado de Santa Catarina, como Mamigonian (1965), Hering (1987), e Dias, Teixeira, Sanches (1987), resguardando as particularidades de cada linha de pensamento, dividem o processo de industrialização catarinense em várias fases. Tomando como base a divisão proposta por Hering (1987), que estudou a colonização e a indústria têxtil no Vale do Itajaí como um “modelo catarinense de progresso”, o desenvolvimento industrial catarinense seria composto por três fases: a *fase inicial*, de 1820-1880, que refere-se ao período de colonização pela pequena propriedade e à indústria doméstica; a *fase secundária*, de 1880-1914, que refere-se à efetiva instalação da produção industrial; e a *fase terciária*, de 1914-1945, que corresponde à expansão e a consolidação da indústria têxtil. É durante o início da fase secundária, após somente alguns anos da fundação da Colônia Blumenau, que se formou na cidade, a instalação de uma pequena indústria têxtil, de caráter familiar: a *Gebrüder Hering*. A história desta indústria de imigrantes alemães se funde com a história mesma de Blumenau, na medida em que sua presença marcou, direta e indiretamente, o desenvolvimento econômico e urbano da cidade, pautado no trabalho técnico alemão e na organização fabril voltada para o trabalho.

2.3. Cia Hering: Fábrica e Moradias Operárias no Bom Retiro

A tradição do ofício de tecelão está presente na família Hering desde o final do XVII. Instalados inicialmente na região de Chemnitz e depois na cidade alemã de Hartha, ambas no Estado da Saxônia, todos os homens da família, geração após geração, tornaram-se tecelões ou

mestres artífices em tecelagem e malharia. Filho mais velho de Friedrich Wilhelm Hering³⁸, Hermann Hering, nascido em 1835, começou seu aprendizado no ofício da tecelagem de meias e luvas aos 16 anos, na oficina do mestre artífice Samuel Foerster, em Neustadt, perto da região de Chemnitz. Depois de ter feito a prova de oficial e o exame de mestre no ofício, Hermann casou-se com Minna, filha de Foerster, em 1860, seguindo o costume de manter os laços familiares dentro da mesma tradição ofical. Casado e com o título de mestre, Hermann Hering retornou para Hartha, sua cidade natal, onde passou a fabricar meias, luvas e outros artigos num tear manual (HERING, 1987; FIGUEIRA, 1980; 75 ANOS HERING, 1955).³⁹

A situação da Alemanha, na segunda metade do século XIX, como vimos anteriormente, não era das mais animadoras, sobretudo para camponeses e artífices. A reestruturação social, as dificuldades políticas, a crescente substituição do trabalho artesanal pela indústria, trouxe uma série de consequências em relação à busca da estabilidade social alemã. Segundo Hering (1987), Hermann, juntamente com alguns de seus irmãos, dentre eles Bruno, em função da difícil situação dos artesãos naquele momento, começaram a explorar o comércio de linho entre as cidades de Tannhausen e Dresden. Teria sido nestas circunstâncias que Hermann conhecera um alemão de nome Weise, que residia na Colônia Blumenau e que trouxera informações favoráveis em relação à perspectiva de prosperidade naquela Colônia, sobretudo em relação aos negócios com mercadorias importadas. Foi no ano de 1878 que Hermann, então com 43 anos de idade, decidiu emigrar para o Brasil em direção à Santa Catarina. Ao chegar na Colônia Blumenau, trabalhou como escriturário para pequenos comerciantes, foi dono de um pequeno botequim e trabalhou com a manufatura de charutos (HERING, 1987). No ano seguinte, Hermann Hering comprou, de Ludwig Weise, um terreno de 11m30 de frente, com uma casa já construída, na rua principal da cidade, atual rua XV de Novembro, onde, posteriormente, instalaria sua pequena indústria têxtil. E, embora Hermann ainda mantivesse a ideia de importar mercadorias da Alemanha, naquele momento, “ia vivendo do botequim e da fabricação de charutos sem pontas”, já que o fumo era de excelente qualidade e havia muita procura por este tipo de produto (FIGUEIRA, s/d p. 3).

Teria sido por obra do acaso, de acordo com Hering (1987), que Hermann adquiriu, em 1879, na cidade de Joinville, um pequeno tear circular manual de madeira e uma caixa de fios, os quais pretendia revender em Blumenau. Neste mesmo ano, Hermann recebera uma carta da

³⁸ O pai de Hermann, Friedrich Wilhelm Hering tinha uma tecelagem e um negócio de retalhos. Casou-se com Johanne Christiane Neumann e tiveram nove filhos: Hermann, Aurelie, Bertha, Auguste, Marie, Oskar, Bruno, Bernhard e Richard. Friedrich morreu prematuramente, aos 45 anos. Na ocasião, Hermann havia iniciado seu aprendizado no ofício em Neustadt. Cf. FIGUEIRA, 1980; s/d).

³⁹ Para compreender melhor o percurso de trabalho de Hermann e seus irmãos, na Alemanha, ver FIGUEIRA 1980.

família⁴⁰ anunciando a decisão de emigrar para Brasil e desistira de vender o tear – uma vez que a fabricação própria tinha boas perspectivas, já que o fio de algodão era praticamente livre de impostos se comparado à importação de produtos prontos. Nas cartas da família trocadas naquele ano, a autora ressalta, também, algumas visões empreendedoras de Hermann, como a fabricação não somente de meias e calças (ceroulas) mas de camisetas de algodão, comumente utilizadas “por debaixo da roupa”, tanto por brasileiros quanto por alemães, prevendo a “possibilidade de mercado para a produção dos artigos de malha, adequados à indumentária local e com chances de concorrer, graças ao preço do fio, com seus similares importados” (HERING, 1987, p. 91).



Figura 43 – Primeira casa de Hermann, local onde se iniciou a pequena indústria têxtil dos irmãos Hering e na qual, posteriormente, manteve-se o negócio de compra e venda e o *Lager* (armazém), s/d.

Fonte: HERING, 1987; Fundação Hermann Hering – Centro de Memória Ingo Hering

Foi somente no ano seguinte, em 1880, após a chegada de seu irmão Bruno Hering, que os irmãos Hering, continuaram em solo catarinense, o ofício de tecelão, resguardado por

⁴⁰ Os dois filhos mais velhos de Hermann, Paul e Elise, emigraram primeiro. Em julho de 1879, Paul, com 18 anos, interrompeu os estudos na *Kunstgewerbeschule* (Escola de Artes e Ofícios) e, juntamente com Elise, de 14 anos, emigraram para o Brasil. Em meados de agosto do ano seguinte, em 1880, chegavam ao Brasil, juntamente com seu irmão Bruno Hering, a esposa de Hermann, Minna, com 41 anos, e os filhos Johanna, de 13 anos, Nanny de 10 anos, Margarete, de 7 anos, Max, de 5 anos e Gertrud, de 1 ano. Vale ressaltar que Hermann e Minna tiveram Elly Hering, que não chegou a emigrar para o Brasil porque falecera, prematuramente, no ano de 1878, com menos de dois anos de idade. Em 1881, nascia em Blumenau, o único filho brasileiro de Hermann, Curt Hering. Bruno Hering nunca se casou e sempre esteve ao lado da família do irmão. Minna faleceu no início do século XX, em 1906; Hermann faleceu em 1915, aos 80 anos de idade e, Bruno, falecera três anos depois, em 1918, com 76 anos de idade. Cf. FIGEURIA, 1980; s/d; 75 ANOS HERING, 1955).

gerações em sua família. A *Tricotwarenfabrik Gebrüder Hering* foi fundada em setembro daquele ano, um mês após a chegada do restante de sua família em Blumenau. Na casa adquirida por Hermann, utilizando-se da força do trabalho doméstico familiar, começava a funcionar a pequena indústria têxtil de fabricação de artigos de malha dos irmãos Hering, transformando-se a casa num espaço de moradia, comércio e manufatura. O tear circular, adquirido por Hermann no ano anterior, diferentemente das máquinas de tecer anteriormente utilizadas na Saxônia, que lhe entregava a peça pronta, produzia a “fazenda de malha” em metros, necessitando ser cortada e costurada, o que exigia o empenho do trabalho familiar (HERING, 1987).

Nos anos que se seguiram, a produção da pequena indústria têxtil dos irmãos Hermann e Bruno Hering crescia lentamente, mas de maneira segura. A boa aceitação dos artigos de malha trouxe a necessidade da contratação de operários e de costureiras, além da aquisição de mais teares. Entre os anos de 1880 e 1892, foram adquiridos mais “quatro teares circulares, algumas máquinas de costura e de tricotagem, uma retorcedeira de fio e uma bobinadora” (HERING, 1987, p. 96). Como o terreno e a edificação onde estava instalada a pequena fábrica já não atendiam mais às exigências do crescimento fabril e também pela necessidade de utilização de força hidráulica⁴¹, iniciou-se, em 1892, o projeto de construção de novas instalações. O terreno escolhido tinha 965.932m², ficava a 3 km de distância do centro urbano da cidade, no bairro do Bom Retiro, e era alimentado pelo ribeirão de mesmo nome, o que garantiria o abastecimento de água necessária para a geração de energia. No ano seguinte, parte da fábrica – “três espuladeiras e cinco teares circulares” – passou a funcionar naquele terreno onde existia um velho moinho que fora transformado para receber as máquinas. E, em 1897, o restante da maquinaria – máquinas de costuras e de meias – foram transferidas para a nova sede. A família Hering também mudou-se para o Bom Retiro, onde Hermann Hering havia construído uma casa de dois andares, mais ampla e confortável – a *Heringsheim*⁴² – e, no antigo endereço, na rua XV de Novembro, manteve-se o negócio de compra e venda de produtos coloniais e manufaturados, incluindo os artigos produzidos pela *Gebrüder Hering*⁴³ (FIGUEIRA, 1980; S/D; 75 ANOS HERING, 1955; HERING, 1987).

⁴¹ A chegada da energia elétrica na região, no início do século XX, marcou decisivamente o seu desenvolvimento. Frederico Busch iniciou, em 1909, a instalação de uma usina na região do Gaspar Alto, que trouxe o conforto da iluminação elétrica aos blumenauenses, embora fosse pouco aproveitável para fins industriais, uma vez que seu fornecimento era deficiente e acarretava perdas à produção. Em 1915, entrou em funcionamento a Usina do Salto que passou a fornecer energia elétrica em quantidade ilimitada, acessível e com capacidade constante de geração de energia. Cf. TEIXEIRA, s/d; 75 ANOS HERING; HERING, 1980.

⁴² Tradução livre: Lar da família Hering.

⁴³ Em 1893 foi feito o registro oficial da empresa em cartório sob a denominação de *Comercial Gebrüder Hering*. Ao longo de sua existência, a indústria dos irmãos Hering passou por algumas alterações em sua denominação.



Figura 44 – núcleo inicial – pequena unidade fabril à esquerda e a casa da família à direita, em 1893.
Fonte: HERING, 1987; Fundação Hermann Hering – Centro de Memória Ingo Hering

Com a instalação da fábrica na nova localização no Bom Retiro, houve a necessidade de provisão de acomodações para os operários, nos arredores do pequeno espaço fabril que se formava, facilitando a instalação da mão de obra necessária ao trabalho industrial. Inicialmente as moradias constituíam-se em dormitórios para solteiros – separados por sexo – e, posteriormente, edificaram-se moradias unifamiliares. Segundo Hering, o “dormitório feminino ficava no prédio da própria malharia, no segundo andar; atrás da fábrica, sobre o moinho d’água, alojavam-se os homens” (HERING, 1987, p. 101). As refeições também eram preparadas e servidas no local de trabalho o que, segundo a autora, revelava resquícios de velhos hábitos dos mestres artesãos europeus, de “prover com casa e comida os seus colaboradores”, numa referência clara aos aprendizes e oficiais que compunham as relações de trabalho nas antigas corporações de ofício. Assim, o pequeno núcleo fabril dos irmãos Hering começava, então, a se delinear a partir da fábrica, da casa de moradia da família e do alojamento para os operários.

Entre 1880 e 1915, manteve-se o nome original. Com a morte de Hermann Hering, em 1915, a razão social foi alterada para *Hering & Cia*. Em 1929, o empreendimento dos irmãos Hering foi transformado numa sociedade anônima e passou a se chamar, inicialmente, *Companhia Hering* e, posteriormente, *Indústria Têxtil Companhia Hering*. E, na década de 1980, a empresa passou a se chamar Cia. Hering, denominação que se mantém até hoje. Cf. HERING, 1987; 75 ANOS HERING, 1955; e www.ri.ciahering.com.br (acesso em 19/08/2021).

Num documento datado de 16 de outubro de 1915⁴⁴, que trazia a descrição dos bens da empresa, aparece, dentre outros bens, a especificação de duas casas. Pela caracterização destas edificações – casas construídas “de madeira com enchimento de tijolos” –, parece tratar-se de construções em enxaimel. Uma das casas tinha cinco janelas e duas portas de frente, e era ocupada por uma pensão para operários da fábrica; enquanto a outra tinha quatro janelas de frente e uma porta, e servia de dormitório para operários. O mesmo documento trazia a descrição de edificações fabris e de residências da família, que formavam o conjunto edificado: dois grandes edifícios de dois andares, construídos em tijolos, com cerca de cinquenta metros de frente e mais “três pequenas casas de igual construção, àquelas anexas, prédios estes em que se acha instalada a fábrica de tecidos de meias, tinturaria, escritório, armazéns etc”. O documento seguia com descrições das moradias da família, instaladas perto da fábrica: uma casa de moradia de Curt Hering, filho de Hermann, construída em tijolos, com três janelas e uma porta de frente; ao lado, a residência de Max Hering, irmão de Curt – uma construção em tijolos com quatro janelas e uma porta de frente; vizinha à esta se localizava a casa de Bruno Hering, Hermann Müller e Johanna Hering, igualmente construída em tijolos, mas com dois pavimentos e com quatro janelas e uma porta de frente; e, ao lado desta, a residência de Ricardo Gross, marido de Gertrud, filha de Hermann – uma casa construída em tijolos com quatro janelas e uma porta de frente.



Figura 45 – Casa Enxaimel onde funcionou um dormitório coletivo para os operários, o refeitório e uma biblioteca, s/d. Atualmente é a sede do Museu Hering. Fonte: Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering

⁴⁴ O documento intitulado *Entwurf eines Gesellschafts Vertrages* – numa tradução livre: *esboço de um contrato de sociedade* –, parece referir-se a parte dos bens da empresa pertencente a um sócio falecido. Pela data, talvez possa tratar-se de Hermann Hering, que havia falecido em 28 de setembro de 1915. Cf. Acervo Fundação Hermann Hering, acesso em 29/06/2021.

Pela descrição do conjunto edificado dos bens, percebe-se que o núcleo familiar foi crescendo à medida que os filhos de Hermann constituíam suas próprias famílias, construindo novas residências. Entretanto, o assentamento inicial das edificações, seja dos alojamentos coletivos para moradia dos operários, seja das residências dos membros da família, foi se configurando a partir do espaço da fábrica, ou seja, o trabalho fabril parece, aqui, claramente ter ordenado esta microestrutura urbana, construindo um espírito familiar voltado para o trabalho. Como vimos no primeiro capítulo, a aproximação entre patrões e operários, promovida sobretudo pelo paternalismo industrial, revelava-se na constituição da atmosfera de uma grande família, guiada pela *moral do trabalho*. Segundo Hering, os alemães teriam trazido para Santa Catarina algo que seria “próprio das populações nórdicas protestantes que, movidas pela moral e pelo trabalho, tinham como princípio de disciplina, a obediência e a ordem”. Isto teria estimulado, de acordo com a autora, uma organização racional e uma certa solidariedade de interesses (HERING, 1987, p. 144). Ainda segundo Hering, o convívio entre operários e industriais teria sido determinado não apenas pelo trabalho, mas pela comunhão de uma mesma cultura e dos mesmos valores. Tal comunhão teria levado o espírito familiar para o ambiente da fábrica, o que teria gerado uma interferência favorável sobre a *moral do trabalho*, uma certa “camaradagem” entre operários e os dirigentes fabris, um vínculo solidário e de lealdade, principalmente dos operários em relação aos patronos industriais. Nas palavras de Max Tavares d’Amaral⁴⁵, ao fazer uma breve síntese sobre a vida do imigrante e seus descendentes em relação à transição do trabalho artesanal e a implantação do trabalho fabril na região do Vale, ressaltava essa relação familiar solidária vinculada ao trabalho:

“Os pequenos artesãos e os colonos com a sua inicial indústria caseira de transformação (...) vão gradativamente construindo o poder industrial do Vale. Os filhos dos grandes industriais, como os dos colonos, são educados no trabalho, preparados para suceder aos velhos (...). As grandes indústrias do Vale antecederam-se, em amparo ao trabalho, à legislação trabalhista. Os operários mais velhos, que ainda conheceram os organizadores das indústrias, trabalhando com eles lado a lado, chamam-nos familiarmente de ‘tu’” (CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950, p. 188)⁴⁶.

⁴⁵ Max Tavares d’Amaral formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e, em 1940, assumiu a presidência da Empresa Industrial Garcia. No ano seguinte, em 1941, casou-se com Isolde Hering, filha única de Curt Hering. Em 1943, deixou a Empresa Industrial Garcia, “plena e brilhante” e ingressou no jornalismo, tendo sido um dos últimos editores do *Der Urwaldsbote*, um importante jornal editado em Blumenau. Foi eleito Deputado Federal em 1945 e foi autor do projeto que criou o Museu Nacional de Imigração e Colonização, localizado em Joinville. É de sua autoria o importante trabalho apresentado no 1º Congresso Catarinense de História: *Assimilação e Aculturação dos Estrangeiros e seus Descendentes no Vale do Itajaí*. Em 1946 ingressou no Conselho Consultivo da Hering. Faleceu em 12 de agosto de 1972. Cf. FIGUEIRA, 1980; memória digital AHMJFS. Acesso em 28/08/2021.

⁴⁶ In: Centenário de Blumenau. Edição da Comissão de Festejos, 1950, p. 188.

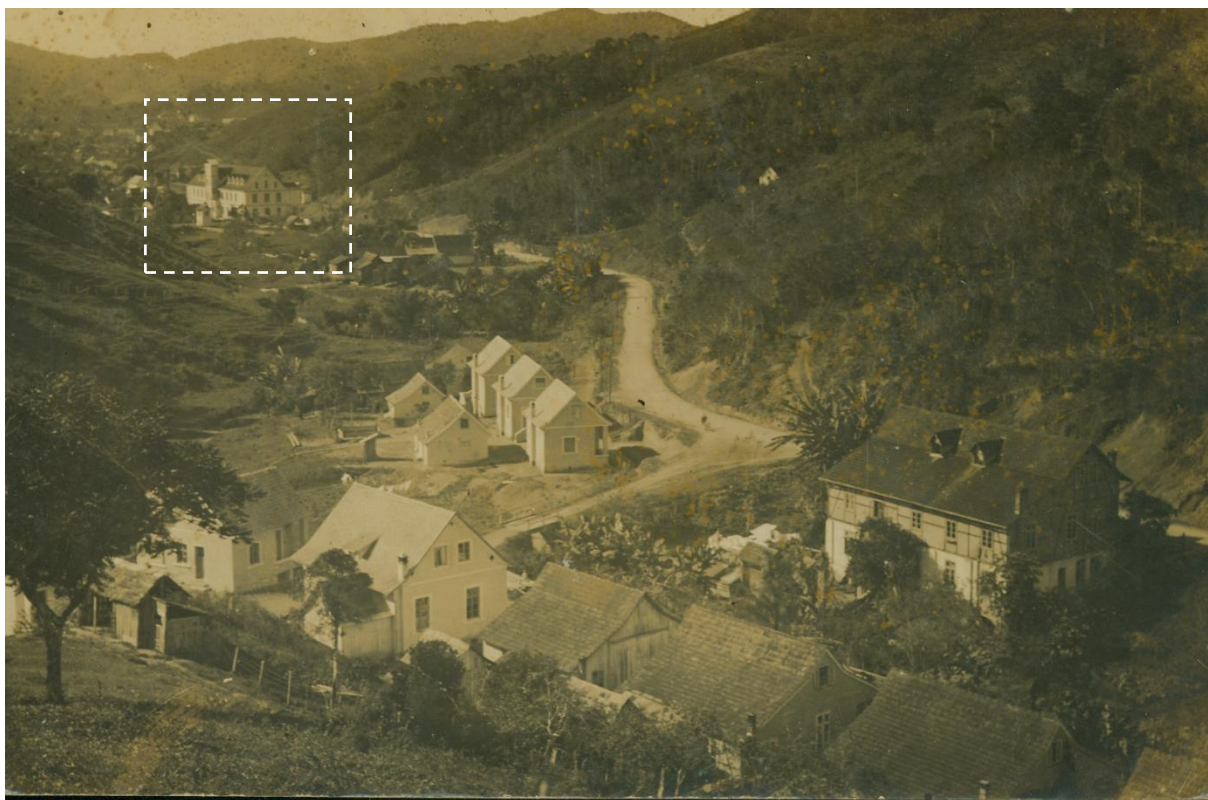


Figura 46 – Casas da vila operária do Bom Retiro e edificação enxaimel, atual museu Hermann Hering. Ao fundo, prédio da fiação, s/d. Fonte: Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering

Em relação à “docilidade” do operariado diante das benevolências do paternalismo industrial, Hering (1987) faz referência à obra de Werner Plum que, ao analisar os aspectos sociais e culturais do processo de industrialização na Alemanha, traz o relato de operários alemães no período inicial do mundo moderno do trabalho. Segundo Plum (1979), durante a primeira metade do século XIX, em países como a Alemanha que, diferentemente da Inglaterra e da França, ainda inscreviam-se lentamente no processo de industrialização, boa parte da população não teria se sentido afetada pela modernização das novas formas do trabalho industrial. A lenta inserção do trabalho fabril teria permitido uma “transformação gradativa dos hábitos de vida” e uma posterior consciência do operariado industrial enquanto classe. Entretanto, a maioria dos operários alemães ainda mantinha a concepção de hierarquia de classe proveniente do sistema medieval de agremiações, que sobreviveu até a época da liberdade industrial. Nas corporações de ofícios, a hierarquia do trabalho estava dividida entre aprendizes, oficiais e mestres de ofício, sendo que este último era o proprietário da guilda e estabelecia uma relação patriarcal com os demais. Este “relacionamento patriarcal” teria subsistido durante a implantação da industrialização na Alemanha. Durante muito tempo, o patrão industrial se concebia como um “benfeitor de seu empregado” e o operário considerava-se, em certo sentido, como um “súdito em relação ao seu patrão”, ao qual lhe devia o seu sustento, e cometeria “uma injustiça imperdoável se tivesse a ousadia de tentar fazer valer qualquer tipo de exigências”

(PLUM, 1979, p. 93).⁴⁷ E, a benevolência do sistema patriarcal teria influenciado o demorado reconhecimento do sentimento de classe do operariado, no mundo do trabalho industrial.

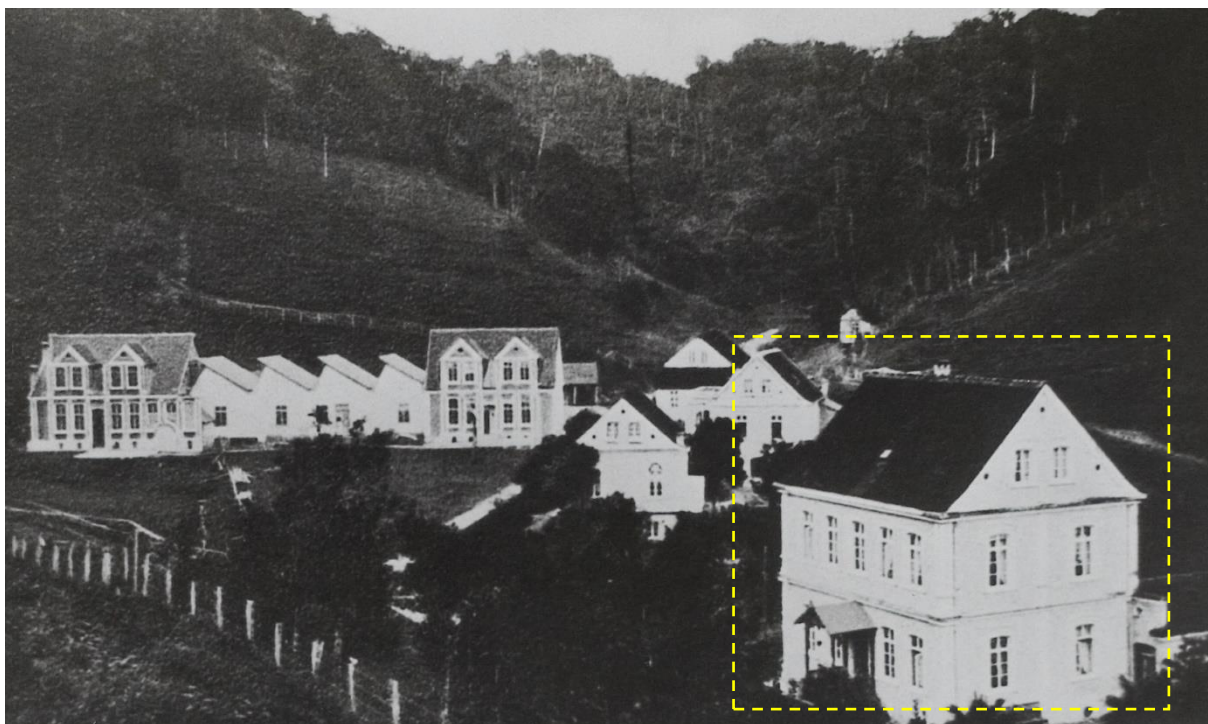


Figura 47 – Vista do núcleo fabril e moradia da família Hering, em 1900, assinalada em amarelo. Nesta edificação, que ainda permanece no conjunto edificado, funcionou, posteriormente, a Cooperativa de Consumo para os operários, criada em 1944.

Fonte: HERING, 1987; Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering

Sabe-se que, por um lado, não seria consistente fazer uma simples transposição do momento vivido pelos trabalhadores industriais na Alemanha e a implantação da experiência fabril dos colonos alemães em Blumenau. Embora os imigrantes tenham trazido toda uma bagagem sociocultural, e isso influenciou o seu processo de assimilação e aculturação no Novo Mundo, as necessidades cotidianas para a inauguração das atividades industriais na Colônia e as relações de trabalho que se formaram a partir dela foram calcadas na benevolência dos patronos industriais justificadas, em parte, pela total ausência de infraestrutura local. Entretanto, como vimos no primeiro capítulo, este vínculo de dependência – do patrão que necessita da mão de obra para operar o seu negócio e do operário que necessita do trabalho-moradia – exerceu, em certa medida, um controle sobre as ações e relações do operário, apaziguado, sobretudo, pelo sentimento familiar manifestado no vínculo do trabalho-moradia. Por outro lado, sabe-se que no final do século XIX, após a renúncia de Bismarck, a “atmosfera cultural alemã” passou por diversas transformações, principalmente em relação ao processo de industrialização. Tais transformações incluíam, sobretudo, os esforços para a manutenção de um trabalho de qualidade em tempos de produção fabril (FRAMPTON, 215; BENEVOLO,

⁴⁷ O autor vai além e sugere que entre os patronos da indústria reinava um sistema semelhante ao despotismo benevolente patriarcal.

2012). Sabe-se, igualmente, que a disposição alemã para o trabalho faz parte da constituição do imaginário da cidade de Blumenau, fundamentado na qualidade do trabalho alemão e justificado pela mão de obra voltada para o trabalho técnico que caracterizou sua colonização. É neste contexto que a *moral do trabalho* parece permear as relações referentes ao trabalho-moradia nos núcleos fabris estudados, considerando-se os resquícios do sistema patriarcal das guildas, o patrono industrial benevolente num espaço carente de infraestrutura, e a organização social voltada para o trabalho. Cabe ressaltar, segundo Mamigonian (1965), que na medida em que se desejava contar com uma produção resultante de um trabalho de qualidade, seria necessário, também, “criar um clima de cooperação com a mão de obra” expresso, fundamentalmente, nas ações paternalistas.

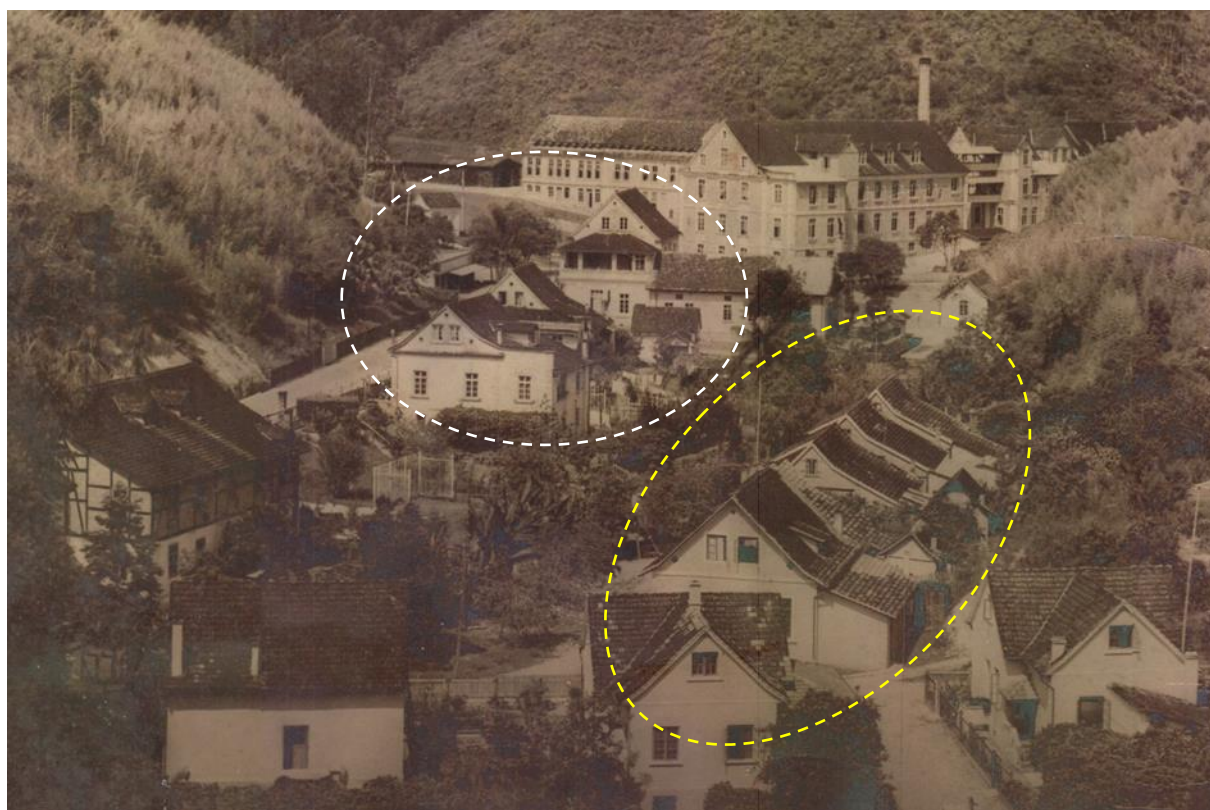


Figura 48 – Edificação fabril ao fundo, residências da família, assinalado em branco e casas dos operários, assinalado em amarelo, s/d. Fonte: Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering

Na indústria dos irmãos Hering, enquanto Hermann se dedicava ao desenvolvimento da empresa, seu irmão Bruno cuidava, inicialmente, das vendas – indo de “casa em casa, até Itajaí, oferecendo meias e camisetas”. Entretanto, segundo Figueira, dentro da fábrica, Bruno tornara-se o principal promotor de obras sociais, “procurando não só melhorar a situação material dos operários, como também apoiá-los moral e espiritualmente” (FIGUEIRA, 1980, p. 23). Na nova sede do Bom Retiro, uma das primeiras iniciativas de Bruno foi a criação de uma biblioteca para que os operários da fábrica pudessem se desenvolver intelectualmente, ampliando seus

conhecimentos.⁴⁸ Ainda de acordo com Figueira, Bruno preocupava-se com os problemas sociais, políticos e econômicos com os quais a sua época se confrontava e estruturava suas proposições em bases “generosas e socialistas”. Foi permeado por estes ideais que Bruno participou da fundação da *Volksverein* e da *Kulturverein*; participou da criação do Sindicato Agrícola – que tinha como finalidade estabelecer “uma caixa econômica e de empréstimo”; foi membro da diretoria da Associação Comercial de Blumenau, e idealizou uma cooperativa de “colonização coletivista”, no Morro do Baú, em Itajaí, que colocava à disposição dos imigrantes, pobres e recém-chegados, lotes coloniais que poderiam ser pagos com o seu trabalho (FIGUEIRA, s/d).

O espírito social dos fundadores, demonstrado principalmente nas iniciativas de Bruno Hering, foi consolidado com a constituição da Fundação Hermann Hering⁴⁹, em 1935 – data do centenário de nascimento de Hermann. Sua principal finalidade, “independente de qualquer contribuição por parte dos seus associados”, era “prestar assistência de caráter social” procurando “tornar menos difícil o meio de vida de seus associados”.⁵⁰ Os auxílios promovidos pela Fundação estavam divididos em dois grupos: *beneficiados provisórios* – com menos de seis meses de serviço, e *beneficiados definitivos* – que completaram seis meses de trabalho ininterrupto. Dentre os auxílios destinados aos beneficiados provisórios, destacam-se o serviço de ambulatório, o serviço de creche para os filhos dos operários e empregados e o auxílio refeitório⁵¹, com refeições a preços modestos. Os auxílios para os beneficiados definitivos

⁴⁸ Depois de sua formação oficial, Bruno pretendia se estabelecer com uma tinturaria. Foi na fábrica do Bom Retiro que ele conseguiu realizar seu desejo. Além das questões sociais e políticas, que animavam sua visão de mundo, Bruno geria a área da tinturaria e acompanhava de perto as novas construções que o progresso da fábrica requeria. As novas construções exigiam a derrubada da mata e Bruno cuidava para que nenhum tipo de agressão fosse feita à natureza e à paisagem circundante, uma vez que o reflorestamento também foi um tema que lhe interessou profundamente. Seu trabalho de preservação lhe rendeu o título de pioneiro do reflorestamento no Brasil. Cf. FIGUEIRA, 1980; 75 ANOS HERING, 1955).

⁴⁹ Inicialmente a Fundação chamava-se Instituição Hermann Hering. Somente em 1947, por ocasião da segunda alteração de seu regulamento – além do regulamento de sua formação, de 1935, houve uma primeira alteração feita em 1942 – a Instituição passou a chamar-se Fundação Hermann Hering. Para a sua constituição inicial, a Cia. Hering doou, como fundo inalienável, a quantia de Cr\$200.000,00, representada por ações da Empresa Força e Luz Santa Catarina S.A. Além dos recursos desses dividendos, a Fundação contava com outros meios de renda providos pela Cia. Hering. Cf. Regulamento da Instituição Hermann Hering datado de dezembro de 1942 e Regulamento Fundação Hermann Hering de janeiro de 1947. Disponível no Acervo Fundação Hermann Hering, acesso em 29/06/2021.

⁵⁰ Cf. Regulamento da Instituição Hermann Hering, dezembro de 1942.

⁵¹ Em 1941 foi inaugurado um refeitório com capacidade para 500 pessoas. Segundo o Jornal A Notícia, de 22 de Julho de 1941, referindo-se ao discurso de Max Tavares d’Amaral, feito na ocasião da inauguração, enfatizava-se a disposição do refeitório em reunir, num mesmo ambiente e numa grande comunhão, todos os operários e dirigentes da empresa. “Sem o refeitório, o mais pobre se separa dos outros, para que não vejam a sua alimentação mais deficiente. É, pois, o desaparecimento dessa desigualdade que sobrevém com o empreendimento da Companhia, desenvolvendo-se humanitariamente o espírito de solidariedade e camaradagem que deve haver entre colegas de trabalho. E todos sentam agora à mesma mesa” (A NOTÍCIA, 1941, p. 1).

incluíam, além dos citados acima, o seguro de vida em grupo, os auxílios médicos e hospitalares, o auxílio ‘pro casa própria’ e o abono família – pago mensalmente, em gêneros alimentícios essenciais, por intermédio da Cooperativa de Consumo.⁵²



Figura 49 – Edifício da Instituição Hermann Hering onde funcionava a creche para os filhos dos operários, década de 1940.
Fonte: Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering
e Museu Hering: conquistas e possibilidades criativas, 2012.

Além dos alojamentos coletivos mencionados acima, a empresa manteve por alguns anos, uma pequena vila operária, ampliando suas ações no sentido de provisão de moradias aos trabalhadores. Entretanto, não se sabe, ao certo, em qual ano teria se iniciado a construção de moradias unifamiliares para os operários da empresa. Considerando os Relatórios da Diretoria,⁵³ sabe-se que a empresa manteve uma vila operária localizada na sede matriz do Bom Retiro, outra localizada na região do Encano, e uma outra localizada na cidade de São Paulo.⁵⁴ Dentre os Relatórios pesquisados, a primeira vez que o termo ‘vila operária’ aparece foi no Balanço encerrado em junho de 1944. Na seção “ativo imobilizado”, há um montante referente à vila operária do Bom Retiro. Quatro anos mais tarde, no Relatório publicado em agosto de 1948, na seção de “novas construções”, aparece o lançamento da construção de 4

⁵² Cf. Regulamento Fundação Hermann Hering de janeiro de 1947 e 75 ANOS HERING, 1955.

⁵³ Baseado no recorte desta pesquisa, foram utilizados os relatórios disponíveis dos anos de 1934, 1936, 1947/48, 1948/49, 1949/50, 1951/52, 1952/53, 1953/54, 1955/56, 1957/58, 1963/64, 1966/67 e 1968. Disponível no Acervo Fundação Hermann Hering, acesso em 20/06/2021.

⁵⁴ Durante a sua trajetória, a empresa passou por diversos momentos de expansão de seu parque fabril. No ano de 1929, uma filial da fábrica, na região do Encano, em Indaial, iniciou suas atividades. Em 1943, a empresa comprou uma pequena malharia em São Paulo onde, segundo Figueira (1980), passou a fabricar artigos de esportes e de moda. No ano seguinte, numa segunda etapa da expansão, a fábrica foi transferida para o bairro do Belenzinho, um bairro operário de São Paulo, onde sabe-se da existência de outras vilas operárias de diferentes indústrias. Segundo Bielschowsky (2009), entre o final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1960, ocorreu um período de expansão industrial e urbana na cidade, e a Cia. Hering iniciou uma plano de expansão de suas atividades com a introdução de um sistema de unidades satélites de costura em diversas cidades como Indaial, Rodeio, Gaspar, Benedito Novo, Ascurra e Presidente Getúlio. No final da década de 1960, a empresa era considerada a maior malharia da América Latina. Cf. BIELSCHOWSKY, 2009; FIGUEIRA, 1980; www.ri.ciahering.com.br, acesso em 28/08/2021.

casas de madeira para a vila operária da matriz, em Blumenau, e mais um investimento para a construção de casas na vila operária de São Paulo.



Figura 50 – Núcleo fabril inicial, residências da família e moradias operárias ao fundo
Fonte: Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering

No Balanço encerrado em 30 de junho do mesmo ano e publicado neste mesmo relatório, é possível perceber, pelos valores lançados e desconsiderando as especificidades de cada região, que a vila operária do Bom Retiro detinha o maior montante, seguida da vila operária de São Paulo e por último, a vila operária do Encano.⁵⁵ No Relatório publicado em setembro de 1954, a vila operária do Bom Retiro era descrita como sendo composta por 48 casas, incluindo uma de cômodos, com 14 quartos de aluguel. No ano seguinte, uma reportagem publicada na Revista Paulista de Indústria, em 1955, evidenciava que “o problema relacionado com a questão da casa residencial” para os operários da empresa, sempre fora e continuava sendo “objeto de preocupação por parte dos seus dirigentes”. Mais adiante salientava que a vila operária era composta por 52 casas, na maior parte construídas em alvenaria de tijolos e cujos aluguéis variavam entre Cr\$ 25,00 a Cr\$ 200,00 mensais. No próximo Relatório da Diretoria, publicado em junho de 1956, a vila operária do Bom Retiro era formada por 52 casas – sendo duas de cômodos, com 29 quartos de aluguel –, acrescida de mais duas casas construídas no exercício daquele ano fiscal, somando 54 casas no total. No ano seguinte, no Relatório publicado em junho de 1957, foram construídas nove casas que, somadas as anteriores, totalizavam 63 edificações. Naquele mesmo ano, houve a doação de boa parte dos bens da vila operária da

⁵⁵ As descrições em relação à quantidade e à materialidade das casas da vila operária, assim como as imagens inseridas ao longo do texto, referem-se à vila operária localizada no Bom Retiro.

empresa para a Fundação Hermann Hering.⁵⁶ Além de um terreno, foram doadas “45 casas de moradia, sendo: 25 de alvenaria, 3 de enxaimel e 17 de madeira”.⁵⁷ Nos Relatórios que se seguem até o final da década de 1960, aparece somente o mesmo montante referente à vila operária, no ativo imobilizado, o que demonstraria, talvez, que não tenham sido feitas novas edificações.⁵⁸



Figura 51 – Vista geral do núcleo fabril, residências da família e parte da vila operária, s/d.
Fonte: Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering

A Vila operária do Bom Retiro ficava localizada próximo ao núcleo fabril inicial e se estendia até o núcleo fabril da fiação. Sabe-se que as edificações fabris foram sendo construídas ou alteradas à medida que as necessidades produtivas assim o exigiam. E, diferentemente da vila operária da Empresa Industrial Garcia, que guardava uma certa unidade visual em função da quantidade e da homogeneidade de sua tipologia, a vila operária da Cia. Hering do Bom Retiro guardava uma característica particular – uma certa heterogeneidade visual – uma vez que se desenvolveu no entorno fabril e nas proximidades das residências dos patronos industriais. Por um lado, o micro desenho urbano que se delineava parece caracterizar-se por uma certa espontaneidade, onde os edifícios fabris, as casas da família e as moradias operárias

⁵⁶ No Estatuto e Regimento Interno da Fundação Hermann Hering de 1957, a vila operária está listada entre os benefícios destinados aos beneficiados definitivos. Disponível no Acervo de Memória – Fundação Hermann Hering, acesso em 30/06/2021.

⁵⁷ Cf. Relatório da Diretoria, exercício social de 1956/57. Disponível no Acervo de Memória – Fundação Hermann Hering, acesso em 30/06/2021.

⁵⁸ No Balanço da Fundação Hermann Hering referente ao ano de 1971, publicado no Jornal Cidade de Blumenau em 1972, na seção ‘ativo imobilizado’, não traz mais nenhuma referência ao montante da vila operária. Disponível no Acervo de Memória – Fundação Hermann Hering, acesso em 30/06/2021.

misturavam-se entre si, formando um conjunto arquitetônico. Esta talvez seja uma das maiores qualidades desse micro desenho urbano. Por outro lado, segundo Bielschowsky (2009), considerando a formação do núcleo inicial, enquanto as residências da família teriam sido assentadas ao longo da rua Hermann Hering, “as residências dos mestres, técnicos e operários” foram implantadas do outro lado do ribeiro do Bom Retiro, que posteriormente fora canalizado, o que também poderia demonstrar uma certa hierarquia espacial na constituição desse mesmo micro desenho urbano.

Dentre as edificações fabris que compunham este aglomerado urbano, além dos dois amplos edifícios já mencionados, o documento de 1915, traz ainda, a descrição de outra importante construção desse núcleo fabril: “um grande edifício (...) construído de tijolos, com dois andares, com cerca de cinquenta e cinco metros de frente, no qual funciona a fiação”. O propósito de importar toda uma fiação, em 1913, e instalar, assim, uma fiação própria, talvez tenha sido uma das decisões mais importantes para o crescimento da empresa, sobretudo porque ocorrera às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o que lhe rendera autonomia técnica de trabalho por não depender mais do fio importado (FIGUEIRA, 1980; s/d). Mantendo-se a relação entre os edifícios fabris e os de moradia, sobretudo da família, o mesmo documento de 1915 traz ainda a especificação de “uma casa de morada, próxima à fiação, construída em tijolos, com quatro janelas e uma porta de frente”, e que seria a residência, naquele momento, de Adolph Poething, marido de Nanny Hering, filha de Hermann.



Figura 52 – Prédio da fiação, 1917. Fonte: Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering

Paralelamente à edificação da vila operária, em relação aos subsídios promovidos pela empresa para a provisão de moradias aos trabalhadores, podemos destacar, ainda, o Auxílio pro

Casa Própria e a Cooperativa de Crédito. Criado em 1944⁵⁹, o Auxílio pro Casa Própria era uma contribuição da empresa, ao operário, para o pagamento de parte dos juros do empréstimo contraído por ele para a construção ou compra de casa própria para residência. A concessão desse auxílio ficava condicionada ao operário estar na categoria de *beneficiado definitivo* e a casa, a ser construída ou comprada, estar localizada a menos de 4km de distância da fábrica, onde o operário trabalhava. Esta distância poderia ser aumentada se o operário possuísse bicicleta ou outro meio de locomoção adequado. Aqui, percebe-se claramente, o vínculo estabelecido entre trabalho e moradia determinado, sobretudo, pela proximidade entre a casa do operário e o local de trabalho. Ao que se sabe, o Auxílio pro Casa Própria vigorou até o final de 1953⁶⁰, sendo extinguido em função da criação da Cooperativa de Crédito. Criada em 1951, a Cooperativa de Crédito tinha por finalidade principal facilitar a aquisição da casa própria aos seus funcionários, proporcionando-lhes financiamento “fácil e barato”. Além disso, financiava também a aquisição de “móveis, máquinas de costuras, bicicletas e outras utilidades semelhantes”.⁶¹

A Cooperativa de Consumo da Cia. Hering, criada em 1944, da mesma forma que a Cooperativa de Consumo da Empresa Industrial Garcia, tinha por função principal fornecer, aos seus operários, produtos de primeira necessidade por preço de custo, embora com uma vantagem essencial: a Seção Agrícola da “Fazenda”. Iniciada em 1954, a Seção Agrícola estava instalada numa “vasta área de terras planas e férteis”, de cerca de 150 hectares, na localidade de Ilhota. Parte da área era destinada à lavoura e parte era reservada para “pastagem e inverno”. A finalidade principal da Seção Agrícola, este “novo empreendimento de caráter social”, era abastecer a Cooperativa de Consumo dos operários da Companhia, com preços reduzidos e sem atravessadores. A Seção Agrícola abastecia a Cooperativa “não apenas de cereais, tubérculos, legumes e verduras, como também de manteiga, carne de porco, banha, carne verde, ovos, galinhas, e possivelmente de outros produtos pastoris”.⁶²

⁵⁹ Cf. Regulamento Fundação Hermann Hering de 1947. Disponível no Acervo de Memória – Fundação Hermann Hering, acesso em 30/06/2021.

⁶⁰ Cf. Estatuto e Regimento Interno Fundação Hermann Hering. O documento está sem data. Entretanto, pelo seu conteúdo, deve tratar-se do ano de 1966 ou posterior a ele. Disponível no Acervo de Memória – Fundação Hermann Hering, acesso em 25/08/2021.

⁶¹ Cf. Estatuto e Regimento Interno Fundação Hermann Hering (s/d); e Resenha do cinquentenário da Cooperativa de Crédito (2001). Disponível no Acervo de Memória – Fundação Hermann Hering, acesso em 25/08/2021. “Na década de 1990, a cooperativa passou a atender funcionários aposentados e terceiros da Cia. Hering. No início dos anos 2000, a Cooperativa de crédito foi desvinculada da Cia. Hering e passou a atender pessoas de toda a comunidade”, cf. Especificação de documento arquivístico, multiacervo Fundação Hermann Hering.

⁶² Cf. Relatório da Diretoria, exercício social de 1953/54. Disponível no Acervo de Memória – Fundação Hermann Hering, acesso em 30/06/2021.

Além do conjunto edificado das moradias da Vila Operária, da Cooperativa de Crédito, da Cooperativa de Consumo e dos edifícios da fábrica, fazia parte desse pequeno núcleo fabril do Bom Retiro uma escola para os filhos dos operários da empresa. A Escola Primária Bom Retiro abriu as portas no ano de 1963 e funcionava numa edificação de 507,50m², localizada próximo ao edifício onde estava instalada a fiação da empresa. De acordo com o Relatório da Diretoria daquele ano, a escola tinha 102 alunos e, “graças à eficiência de seu corpo docente e às suas boas instalações em salas amplas e arejadas”, vinha cumprindo a sua finalidade com excelência.⁶³

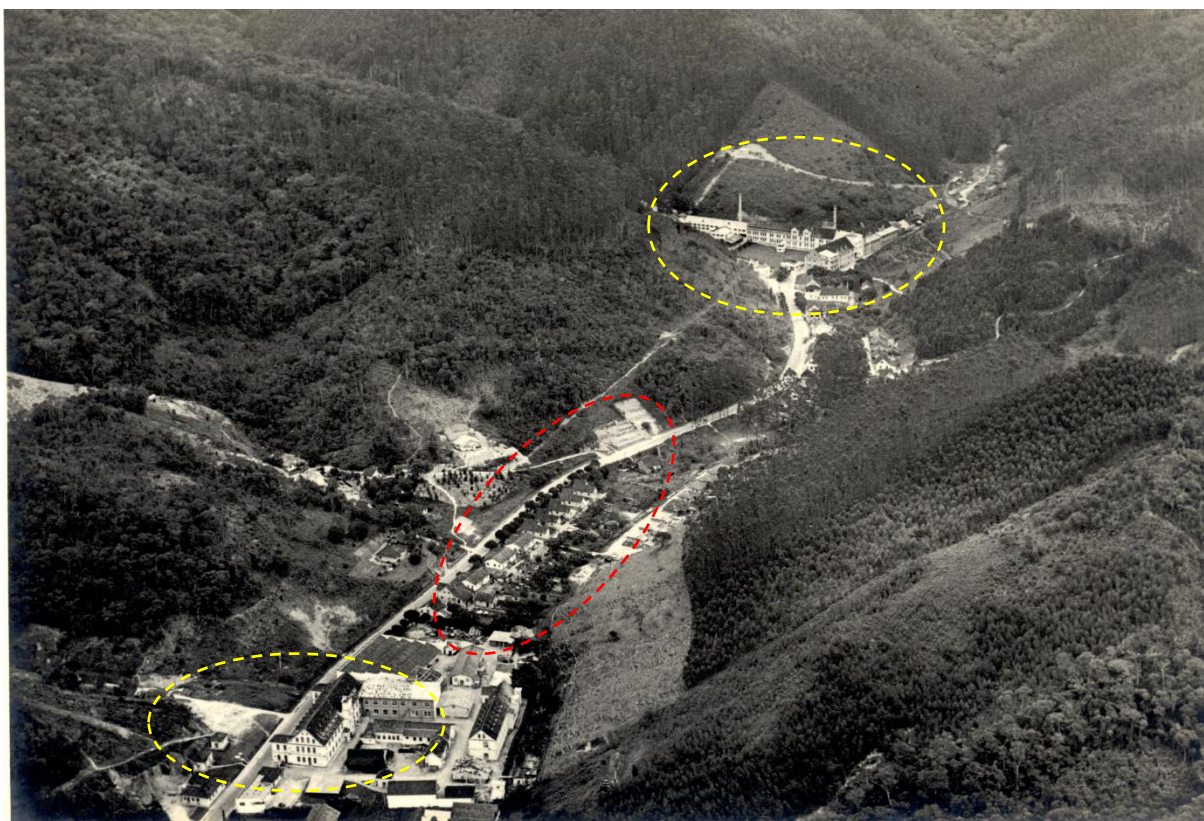


Figura 53 – Vista geral do núcleo fabril inicial até a fiação, assinalado em amarelo, e parte da vila operária assinalada em vermelho, década 1950. Fonte: Fundação Hermann Hering - Centro de Memória Ingo Hering

O núcleo do Bom Retiro, considerando os edifícios iniciais e as alterações e expansões que foram sendo realizadas ao longo dos anos, além das residências da família e das moradias que formavam a vila operária, constituiu, até o final da década de 1960, um desenho urbano que ia se formando a partir de suas necessidades fabris – seja do crescimento físico da fábrica, seja da instalação de novas moradias. Entretanto, tal desenho urbano manteve uma certa

⁶³ Cf. Relatório da Diretoria, exercício social de 1963/64. Disponível no Acervo de Memória – Fundação Hermann Hering, acesso em 30/06/2021. Não se sabe, ao certo até que ano a escola funcionou. No Informativo Hering de junho de 1967, relata as dificuldades de se manter a Escola em função de uma nova taxa a ser ao Governo Federal. Somente Escolas mantidas por empresas particulares com mais de 600 alunos era isenta do pagamento. Naquele ano a Escola Primário do Bom Retiro tinha 300 alunos matriculados. Cf. Informativo Hering da Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering, nº3/67, junho de 1967.

harmonia entre o conjunto edificado e a paisagem do entorno o que, de certa forma, tornava este espaço fabril muito diferenciado e sua constituição nos faz lembrar de alguns dos preceitos formadores da cidade-jardim. No Jornal A Notícia, uma reportagem publicada em 25 de janeiro de 1942, na ocasião da visita de Getúlio Vargas, assim descrevia a configuração desse núcleo fabril: a “Companhia Hering, com seus grandes estabelecimentos, da mais modelar organização, forma como que uma *cidade dentro da cidade*”. Mais adiante ressaltava que, para quem visitava suas instalações pela primeira vez, significava “percorrer um caminho cheio de surpresas, a cada passo nos oferecendo motivos para exclamações de admiração em face do que o espírito de iniciativa, a boa vontade, a capacidade e os sentimentos de solidariedade humana pode[ria]m criar” (A NOTÍCIA, 1942, p. 6). E essa sensação de surpresa, de um desenho urbano edificado que se mostra aos poucos, na medida em que se percorre sua materialidade perece, por um lado, ter permanecido no conjunto edificado do núcleo fabril dos irmãos Hering, mesmo após a modernização do parque industrial e as adequações urbanas ocorridas no bairro Bom Retiro. Por outro lado, tal modernização do parque também marcou o desmanche das edificações da vila operária, uma vez que necessitava-se de espaço físico para a ampliação fabril.⁶⁴ Sabe-se, por relatos orais, que alguns moradores da vila teriam sido reconduzidos para outras edificações ao longo da rua Bruno Hering, mas não se sabe ao certo, quais seriam. Entretanto, o projeto de modernização e ampliação fabril concebido por Hans Broos, entre 1968 e 1975, manteve alguns dos edifícios do núcleo fabril original, entre eles: a edificação enxaimel – onde anteriormente funcionou um dormitório coletivo, um refeitório para os operários, uma biblioteca e atualmente abriga o Museu Hering –; algumas edificações que faziam parte das residências da família; o antigo edifício da costura – onde hoje funciona o Centro de Memória Ingo Hering; além do edifício da fiação. Atualmente, a casa enxaimel, as três edificações que serviram de residência da família e o edifício da costura formam um conjunto arquitetônico resguardado pelo processo de tombamento estadual vigente desde 2002.⁶⁵ Para quem percorre hoje o conjunto edificado dos irmãos Hering, a sensação antes descrita como de uma “cidade dentro de uma cidade”, com surpresas que se revelam pelo caminho, permanece ainda mais fortalecida diante do encontro de gerações – das antigas edificações de moradias ainda resguardadas e das modernas edificações fabris. Um encontro representado em sua arquitetura e no desenho urbano que se forma a partir dela. Um espaço fabril que se mostra como um espaço

⁶⁴ Cabe ressaltar, entretanto, que o desmanche da vila operária da Cia. Hering do Bom Retiro ocorreu no mesmo período que o desmanche da vila operária da Empresa Industrial Garcia, o que demonstraria, o declínio de parte das ações paternalistas na provisão de moradias em função tanto da infraestrutura urbana da cidade quanto da ação do Estado na regência da legislação trabalhista.

⁶⁵ Cf. Catálogo de Bens Tombado FCC, - PT. nº 31/2000. Disponível em www.cultura.gov.br, acesso em 06/09/2021.

urbano, com edificações de volumetrias diferentes, jardins e caminhos que se formam e envolvem o conjunto fabril, tecendo com ele uma nova materialidade. Um agradável encontro entre corpos arquitetônicos de tempos distintos, que partilham gentilmente o mesmo espaço e nos fazem lembrar, com sua presença, a necessária urbanidade na formação do desenho da cidade e na constituição de sua história.

CAPÍTULO III

A Formação do Espaço Urbano e os Núcleos Fabris

3.1 Paisagem Urbana e Instrumentos Urbanísticos

A formação do desenho da cidade de Blumenau, em termos da constituição de sua malha urbana, deu-se a partir da organização dos primeiros lotes coloniais que, como vimos no capítulo anterior, eram estreitos, alongados e demarcados a partir dos cursos d'água. Considerando que qualquer assentamento humano é influenciado pelas características físicas e naturais de seu sítio ao mesmo tempo que também age e exerce suas forças sobre ele, Siebert (1998;1999) salienta que o desenho da cidade desenvolveu-se de forma linear, com uma malha urbana do tipo radial, assentada ao longo dos cursos d'água e dos fundos de vale. O centro urbano de Blumenau caracteriza-se por uma longa rua estreita e comprida – a rua principal da cidade⁶⁶ –, acrescida de outras duas ruas paralelas, que se formam entre o Rio Itajaí-Açu e o Morro do Parque São Francisco. Essa configuração forma-se, sobretudo, pela presença das encostas dos morros, que marcam e condicionam os limites da paisagem e do espaço urbano da cidade. Além dessa condição natural, a formação do espaço urbano de Blumenau seria tributária, segundo a autora, sobretudo da divisão de terras adotadas no início da colonização: a linearidade das vias principais – que cortam a cidade no mesmo sentido que o rio; acrescidos de lotes estreitos e compridos – que mostram-se perpendiculares aos cursos d'água, ao traçado dos caminhos paralelos aos rios e às curvas de nível. Ainda de acordo com Siebert, alguns problemas urbanísticos seriam advindos dessa distribuição de lotes como, por exemplo, as ruas sem saída. “Ao serem “subdivididos pelos herdeiros, as glebas coloniais se transformaram em loteamentos com ruas de até um quilômetro de extensão, na pior situação topográfica possível e sem ligação entre si, sobrecarregando assim o sistema viário principal” (SIEBERT, 1999, p. 52).⁶⁷

A cidade desenvolveu-se nas duas margens do Rio Itajaí-Açu, sendo que a margem direita, composta pelas regiões central, oeste e sul da cidade desenvolveu-se mais rapidamente do que a margem esquerda. Segundo Siebert (1998; 1999), a margem esquerda só fora

⁶⁶ A rua XV de Novembro foi a primeira a ser traçada no centro formador da cidade. Antigamente chamada de *Wurststrasse*, devido ao seu traçado sinuoso, teve seu desenho parcialmente retificado em 1902. Paralela à Rua XV, encontra-se a rua Sete de Setembro, que foi finalizada na década de 1950 e, às margens do Rio Itajaí-Açu, a Avenida Presidente Castelo Branco, conhecida popularmente como Avenida Beira-Rio, construída na década de 1970. Cf. SIEBERT (1998; 1999).

⁶⁷ A autora ressalta, igualmente, o estrangulamento viário da área central da cidade, em função das três avenidas principais entre o rio e o fundo de vale, além de sua vulnerabilidade às enchentes. Cf. SIEBERT (1998; 1999).

realmente urbanizada com a construção das pontes⁶⁸ que serviriam de conexão em substituição ao transporte fluvial.⁶⁹ É nessa região da margem direita que concentra-se a área de estudo desta pesquisa: partindo-se do centro formador em direção à oeste, até o núcleo fabril dos irmãos Hering, no bairro Bom Retiro e, do núcleo formador em direção ao sul, passando pela Empresa Industrial Garcia (atual Coteminas), no bairro Garcia, estendendo-se até a igreja Nossa Senhora da Glória, no atual bairro da Glória (vide anexo 1).

A região sul de Blumenau foi uma das primeiras a ser ocupada em função de sua proximidade com o núcleo formador da cidade, uma vez que os assentamentos iniciais ocorreram na foz do Ribeirão Garcia, que deságua no Rio Itajaí-Açu. De acordo com Siebert (1999), o crescimento e o desenvolvimento urbano dessa região guarda as mesmas características da área central, constituindo-se de forma linear e mantendo-se a relação com os cursos d'água e os fundos de vale. O Vale do Garcia é um dos mais estreitos e íngremes da cidade e, segundo a autora, a escassez de áreas planas favoreceu a ocupação das encostas impróprias à urbanização.

Ao longo do Ribeirão Garcia, na margem direita, está localizada a principal via do bairro, a Rua Amazonas e, na outra margem do rio, encontra-se a Rua Hermann Huscher, seguida da Rua Progresso, que dá início a outro bairro. A urbanização do bairro Garcia está diretamente ligada, como vimos no primeiro capítulo, à implantação da Empresa Industrial Garcia, uma vez que o bairro começou efetivamente a sua urbanização com a instalação dos edifícios fabris e das moradias operárias. Segundo Kormann (1994), com a implantação da fábrica, o Vale do Garcia tornou-se o bairro de maior densidade populacional de Blumenau, atraindo uma grande leva de imigrantes que vinha à procura de trabalho. Além disso, a presença da fábrica caracterizou a natureza mesma do bairro, como um bairro operário por excelência.

Da mesma maneira que no bairro Garcia, o vale do Bom Retiro começou a se desenvolver a partir da instalação dos edifícios fabris dos irmãos Hering, das moradias da

⁶⁸ A Ponte do Salto, inaugurada em 1913, foi a primeira ponte sobre o Rio Itajaí-Açu, e liga os bairros do Salto e do Salto do Norte; em 1929 foi iniciada a construção da Ponte metálica da Estrada de Ferro, localizada junto à Foz do Ribeirão da Velha, que conecta o Centro da cidade ao bairro Ponta Aguda; em 1939 foi concluída a Ponte dos Arcos, que liga os bairros da Ponta Aguda e do *Vorstadt*; e, em 1957, foi inaugurada uma segunda ponte na área central, a Ponte Adolfo Konder, que também liga o Centro da cidade ao bairro Ponta Aguda. Cf. SIEBERT (1999).

⁶⁹ Durante muito tempo utilizou-se o transporte fluvial de cargas e de pessoas na cidade de Blumenau por meio de embarcações a vapor. Uma das primeiras embarcações começou a operar já no final do século XIX, em 1879. Era conhecida como Vapor Progresso, operava entre Blumenau e Itajaí e funcionou até 1912. Em 1895, uma nova embarcação, denominada Vapor Blumenau I, começou a operar na mesma linha, de Blumenau até Itajaí. Segundo Siebert, outros vapores se juntaram à frota, como o Jan (1889), o Catarina (1908) e o Richard Paul (1910). O transporte fluvial de pessoas e cargas, entre Blumenau e Itajaí, chegou ao fim em 1949. No início da década de 1970 foi inaugurado o Vapor Blumenau II, uma embarcação com fins turísticos. Cf. SIEBERT (1999); Memória Digital AHJFS, acesso em 25/10/2021; SCHMIDT-GERLACH *et al.* (2019).

família e das moradias operárias. Localizado na área central em direção à oeste, o bairro Bom Retiro teve seus primeiros lotes demarcados a partir do curso do ribeirão de mesmo nome. A rua principal do bairro, que acompanhava o Ribeirão do Bom Retiro, antes de ser iniciada a sua canalização, em 1935,⁷⁰ é a Rua Hermann Hering, seguida da Rua Bruno Hering, que faz a ligação com o bairro da Velha. Apesar da presença da fábrica dos irmãos Hering, diferentemente do que ocorreu com o bairro Garcia, o bairro Bom Retiro não assumiu características de um bairro operário. Pelo contrário, sua localização na área central fez dele um bairro que expressa atributos de uma região elitizada, a julgar pela qualidade estética da arquitetura dos casarios que se alinham ao longo da avenida principal.

Ao fazer um estudo geográfico das indústrias de Blumenau, Mamigonian (1965) ressalta que grande parte dos estabelecimentos industriais precedeu à formação de uma “verdadeira aglomeração urbana”, uma vez que esta não existia efetivamente na cidade, antes do aparecimento das indústrias. Considerando que toda atividade industrial modela o espaço por meio de uma estrutura social que se forma a partir dela, o autor ressalta que a indústria, em certa medida, organiza a “vida material” no entorno onde está instalada, seja pela presença da fábrica na paisagem, seja pela quantidade de operários vinculados ao trabalho fabril, seja pelo volume de deslocamentos entre o local de residência e o de trabalho, seja pela criação de uma “estrutura específica do *habitat*” – evidenciada no conjunto edificado do núcleo fabril, dos edifícios de apoio e das moradias operárias. Neste contexto, o autor salienta que a atividade industrial estaria completamente inserida no desenho da cidade de Blumenau, em função de uma certa preocupação em relação à qualidade estética das edificações fabris como, também, pela dispersão da localização das indústrias. “O aspecto exterior das fábricas contribui muito para esta impressão de ausência de atividade industrial”, inserindo a presença material da fábrica no desenho cotidiano da cidade (MAMIGONIAN, 1965, p. 132). Mesmo as grandes fábricas como a Empresa Industrial Garcia e, sobretudo, a Cia. Hering, que guarda uma grande preocupação estética no que diz respeito aos edifícios fabris e a sua relação com o entorno, o crescimento gradual das atividades, com construções de tamanhos e tempos distintos, formam um conjunto arquitetônico fabril heterogêneo, que colabora, segundo o autor, para a introdução dessa materialidade na paisagem urbana, porque mantém com ela relações amigáveis de aparência e de escala.

⁷⁰ Foi na administração de Germano Beduschi que se iniciou a canalização do Ribeirão Bom Retiro. Cf. CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950, p. 45.



Figura 54 – vista do conjunto fabril da Empresa Industrial Garcia, década de 1970. Fonte: Acervo pessoal de Adalberto Day.



Figura 55 - Detalhe da rua Amazonas que passava entre o núcleo fabril. Fonte: Acervo pessoal de Adalberto Day.

Tomando como base que cada núcleo industrial cria uma unidade espacial de aglomeração principal, o autor igualmente destaca que não seria possível distinguir, nessas unidades espaciais em Blumenau, zonas industriais e zonas residenciais, uma vez que tais aglomerações seriam ao mesmo tempo industriais e residenciais. Convém ressaltar que a Empresa Industrial Garcia e a Cia. Hering são algumas das indústrias mais antigas de Blumenau e a escolha do seu local de instalação deveu-se, principalmente, pela necessidade de produção de energia vinculada à um curso d'água e não a aspectos relacionados a uma divisão territorial.

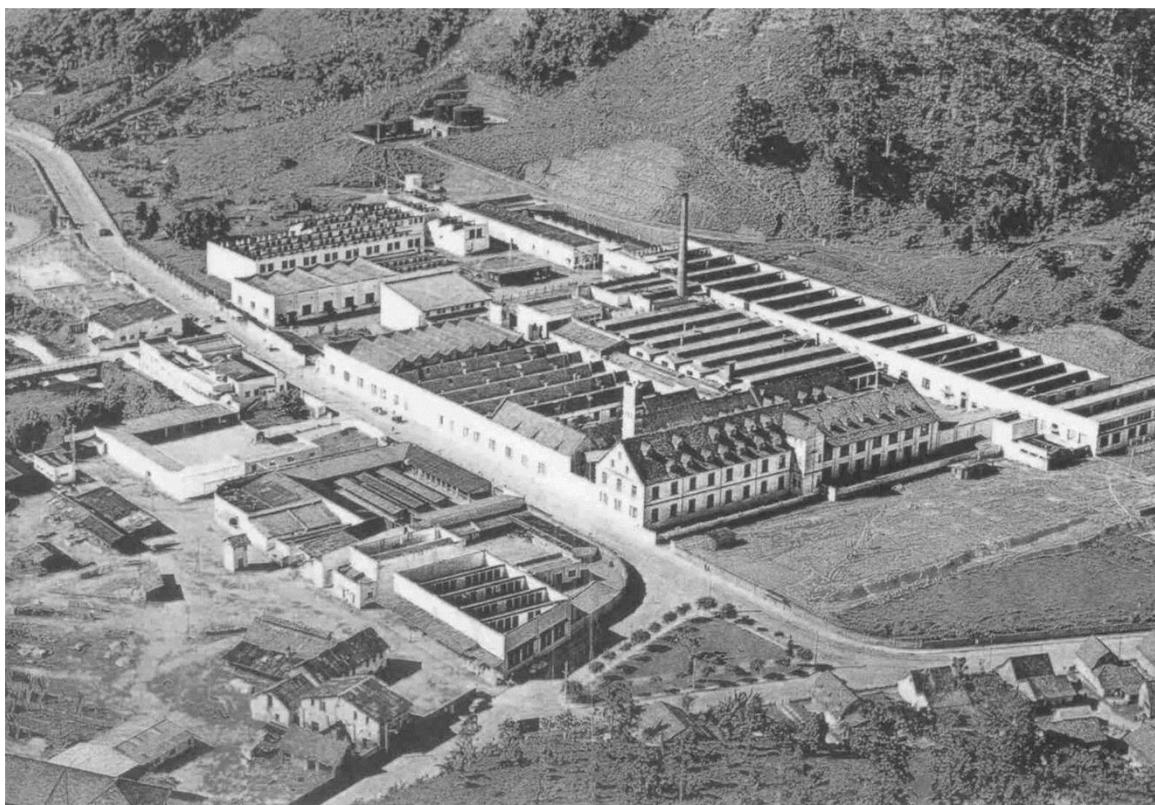


Figura 56 – vista do conjunto fabril da Empresa Industrial Garcia antes da alteração do traçado da rua Amazonas, final da década de 1960. Fonte: Acervo pessoal de Adalberto Day.

Até o final da década de 1930, a cidade de Blumenau ainda não contava com uma legislação urbanística específica, que regulasse aspectos construtivos e de desenvolvimento, dispondo apenas do Código de Posturas, aprovado em 1883 e revisto em 1905 e 1923. Estes Códigos tratavam principalmente da higiene, da segurança, da ordem e da moralidade pública. Somente em 1939, o controle urbanístico do Estado sobre o espaço urbano se instaurou mais amplamente, com a instituição do Código de Construções. O Código de Construções dividiu o município em três zonas: urbana, suburbana e rural; estabeleceu regras para os alinhamentos e o nivelamento de construções; indicou recuos obrigatórios, facultativos e proibitivos; determinou a obrigatoriedade da apresentação de projetos para se efetivar a licença construtiva nas áreas urbanas e suburbanas da cidade; e estabeleceu a altura dos edifícios, mas deixou livre o “estilo arquitetônico” e a arquitetura das fachadas, desde que se respeitasse os “limites do decoro público e das regras da arte”, mantendo-se a harmonia do conjunto edificado que compõe a paisagem urbana. Vale ressaltar que, em relação à área estudada, os edifícios construídos no alinhamento das vias públicas no bairro Bom Retiro, bem como em outras áreas centrais da cidade, deveriam ter, no mínimo, dois pavimentos, e eram proibidas edificações em madeira. O Código também salientava que nas ruas consideradas “residenciais de 1º classe”, dentre elas a rua Hermann Hering e a rua Bruno Hering, ambas no Bom Retiro, deveria ser mantida uma distância mínima de três metros entre as edificações, e um recuo de 4 metros

reservado para o jardim ou a arborização. Em relação às casas populares ou operárias que constituíssem vilas, somente poderiam ser construídas fora da 1ª zona da cidade, ou seja, para além da zona urbana. Talvez isto justifique a diferença na materialidade das vilas da Empresa Industrial Garcia e da Cia. Hering: enquanto as moradias da primeira eram feitas em madeira e estavam localizadas num bairro operário, as da segunda eram, na maior parte, feitas em alvenaria e localizavam-se num bairro que fazia parte da área central.

Quase uma década depois, em 1948, foi editado um novo Código de Posturas na cidade de Blumenau. O novo Código manteve os regulamentos já expressos no Código de Construções e funcionava como um instrumento urbanístico. Dentre os acréscimos, pode-se destacar que novo Código aumentou a divisão do município para quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural; determinou que o “traçado das vias públicas, jardins e praças” deveriam ser executados de acordo com os “modernos preceitos urbanísticos”; e estabeleceu os limites mínimo e máximo para os novos lotes, sendo reservado o espaço necessário para o arruamento e destinado 5% da área para “verdes públicos”. E, em 1974 o Código de Posturas foi novamente revisado.

Segundo Siebert (1999), durante a década de 1970 houve um grande crescimento populacional na cidade, o maior daquele século, em virtude das migrações ocorridas pelas ofertas de emprego advindas do impulso da industrialização. Teria sido neste período, de acordo com a autora, que o Estado buscou ampliar o seu controle sobre o espaço urbano da cidade instituindo, no final daquela década, em 1977, o primeiro Plano Diretor de Blumenau.⁷¹ Um dos principais objetivos do Plano Diretor era “assegurar uma estrutura urbana adequada ao crescimento demográfico” da cidade, organizando o uso do solo, adequando a “estrutura urbana e o bem-estar da população”, aumentando “harmoniosamente a densidade demográfica na área urbanizada”, e proporcionando nos setores urbanos “os equipamentos básicos e sociais” necessários a uma vida “equilibrada e saudável” da população. Dentre as diretrizes destacam-se os “zoneamentos das áreas urbanas e de expansão urbana”, de forma a orientar o crescimento da cidade respeitando a sua “formação topográfica”, suas “tendências históricas” e as “condições geológicas”. De acordo com Siebert, o Plano Diretor de 1977 “introduziu na legislação urbanística de Blumenau as preocupações com o adensamento e com a separação das

⁷¹ O primeiro Plano Diretor de Blumenau vigorou até 1989 quando, então, passou pela primeira revisão. As enchentes ocorridas em 1983 e 1984 colaboraram para isso, devido à forte pressão imobiliária para a verticalização de áreas inundáveis. Segundo Siebert, o zoneamento de algumas áreas foi alterado ilegalmente, antes que o Plano Diretor fosse modificado, ocasionando construções irregulares. A revisão do Plano funcionou, em parte, também como uma forma de convalidação dessas irregularidades já instauradas. Vale ressaltar que a revisão do Plano Diretor introduziu uma Zona de Preservação Histórica no bairro Bom Retiro e outra no Centro Histórico, limitando o gabarito de novas edificações para estimular a preservação das edificações de caráter histórico. Cf. SIEBERT, 1999, p. 98-101.

funções urbanas através do zoneamento” (SIEBERT, 1999, p. 101).⁷² No Plano Diretor as “áreas urbanas, de expansão urbana e rural” foram divididas em oito zonas: a *Zona Central 1 (ZC-1)* – tinha como principal objetivo proporcionar uma maior variedade na oferta de “serviços, comércio varejista, recreação e pontos de encontro e convívio social”, aproveitamento racionalmente as infraestruturas existentes; a *Zona de Expansão do Centro (ZC-2)* – visava concentrar certas atividades comerciais e de serviços que exigissem grandes áreas ou que se apresentassem como incômodas às zonas habitacionais; os *Corredores de Serviço* e os *Centros de Bairros* – tinham como objetivo principal levar as atividades comerciais e de serviços aos bairros, aproveitando as vias principais existentes e procurando diminuir a dependência dos bairros em relação ao centro da cidade; as *Zonas Residenciais* – foram divididas em quatro tipos visando conservar as características existentes e direcionando determinadas formas de ocupação do solo. A classificação das *Zonas Residenciais* revelam uma clara intenção de estratificação social, na medida em que estabelece o uso de residências unifamiliares de alto padrão numa área específica, de conjuntos residenciais de médio padrão em outra área, e de habitações de padrão econômico visando o aumento da densidade demográfica numa outra área determinada. As *Zonas Industriais* também foram divididas em quatro tipos, orientados por três variáveis: o “tamanho do terreno”, o “índice de desconforto” e o “índice de interferência ambiental”. E, por último, as *Zonas Recreativas* e as *Zonas Especiais* que tinham como objetivo preservar áreas para parques públicos e áreas reservadas para fins específicos ou sujeitas a normas mais restritas.

Considerando o recorte desta pesquisa, foi justamente entre a década de 1960 e a década de 1970 que ocorreram algumas transformações significativas na área estudada, como o desmanche das moradias operárias da Cia. Hering, em função da ampliação e da modernização do parque fabril; o repasse das casas da vila operária da Empresa Industrial Garcia aos seus moradores, o que possibilitou modificações na unidade do conjunto edificado; e,

⁷² É deste período também a instituição da Lei 2262/77, que concedia incentivos fiscais para a construção de edificações que apresentassem os “estilos arquitetônicos típicos conhecidos como ‘Enxaimel’ e ‘Casa dos Alpes’”. Cf. Lei 2262/77. São fruto dessa lei as edificações que utilizaram o enxaimel erroneamente como um ‘estilo arquitetônico’ e não como um sistema construtivo, como ele verdadeiramente era praticado pelos imigrantes alemães na época da colonização de Blumenau. Embora o ‘estilo enxaimel’ seja agradável aos olhos de um leigo e colabore no apelo turístico do imaginário da cidade, ele foi duramente criticado por arquitetos e profissionais do patrimônio, por sua falsidade construtiva. No verdadeiro enxaimel, como um sistema construtivo, o madeiramento faz parte da estrutura da edificação, enquanto que no ‘estilo enxaimel’, incentivado pela Lei 2262/77, a madeira é apenas decorativa, porque aplicada somente na superfície das fachadas. Segundo Siebert, as edificações no ‘estilo enxaimel’ se intensificaram na década seguinte e transformaram a paisagem urbana da cidade, como a loja Moellmann, as sedes dos bancos Bradesco, Unibanco e Banestado e a nova Prefeitura de Blumenau. Cf. SIEBERT, 1999.

principalmente, a mudança no traçado viário da Rua Amazonas, em função da unificação do parque fabril da Empresa Industrial Garcia e da Artex.

3.2 As Alterações Urbanas nos Núcleos Fabris

Ao lado do núcleo fabril da Empresa Industrial Garcia foi fundada, em 1936, outra indústria têxtil, denominada Artex. Da associação de Theophilo B. Zadrozny e de Otto Huber, um experiente tecelão que havia trabalhado por muitos anos na Empresa Industrial Garcia, surgiu o novo núcleo fabril da Artex, também localizado às margens do Ribeirão Garcia, mas no início da atual Rua Progresso. Durante muitos anos as duas indústrias têxteis permaneceram lado a lado, separadas somente pela divisa do terreno feita em tijolo à vista. Mas enquanto o núcleo fabril da Artex se desenvolveu ao longo da Rua Progresso, o núcleo fabril da Empresa Industrial Garcia se desenvolveu nos dois lados da Rua Amazonas, principal via do bairro Garcia, concentrando a fiação, a tecelagem, a tinturaria, a costura, a estamparia e o depósito de expedição de um lado da rua, no lado esquerdo e, no lado direito, a cooperativa de consumo, a olaria, a serraria, a marcenaria, a fundição, a oficina mecânica, a creche e o ambulatório (BIELSCHOWSKY, 2009; CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950; DAY, 2021).

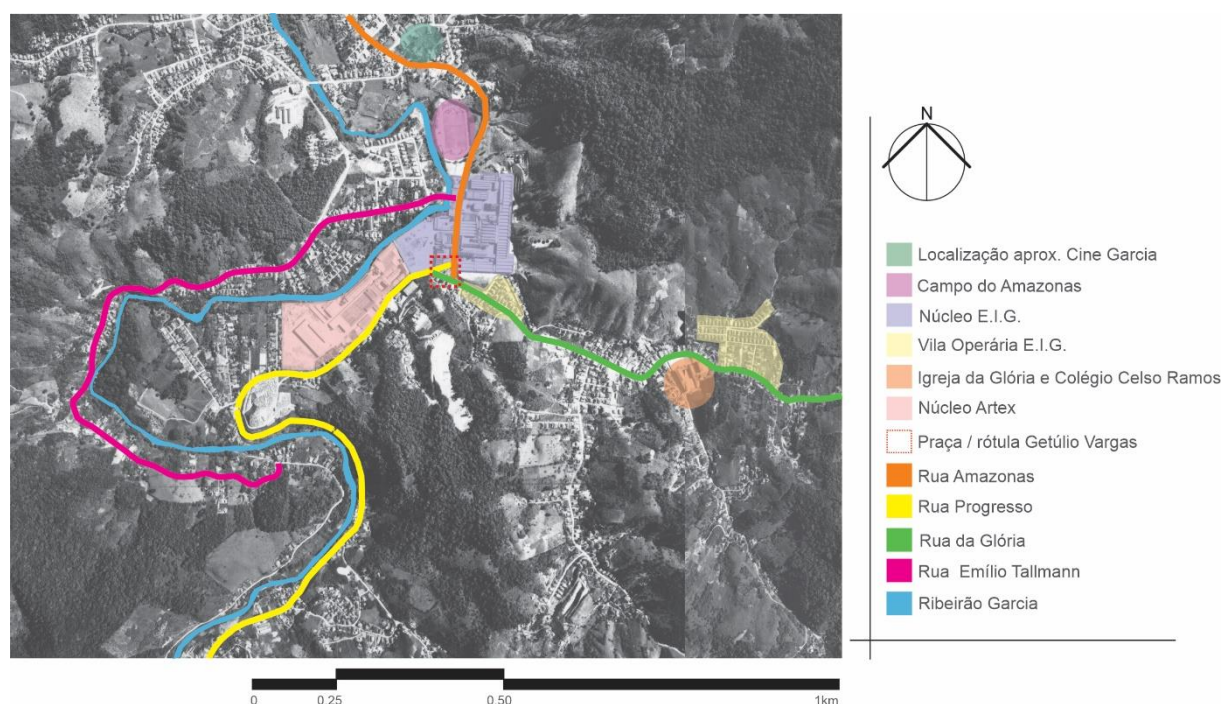


Figura 57 - Levantamento aerofotogramétrico feito em 1972, antes da alteração do traçado da Rua Amazonas.
Edição: do autor. Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau

Em meados da década de 1970, precisamente no ano de 1974, ocorreu a incorporação da Empresa Industrial Garcia pela Artex, formando um único complexo fabril. A partir daí começaram as movimentações para a alteração do traçado da Rua Amazonas, com o propósito de desviá-la ao redor do conjunto fabril, não passando mais pelo interior do novo núcleo industrial criado pela fusão das duas indústrias. Foi a partir da Lei nº 2227/77, sancionada dois meses antes da instituição do primeiro Plano Diretor da cidade, que a Câmara Municipal autorizou o recebimento de 25.040,00 m² doados pela empresa Artex S/A à municipalidade, para a implantação do novo traçado de um trecho da Rua Amazonas e para a construção da nova Praça Presidente Getúlio Vargas, sendo a antiga praça incorporada ao novo núcleo fabril.⁷³

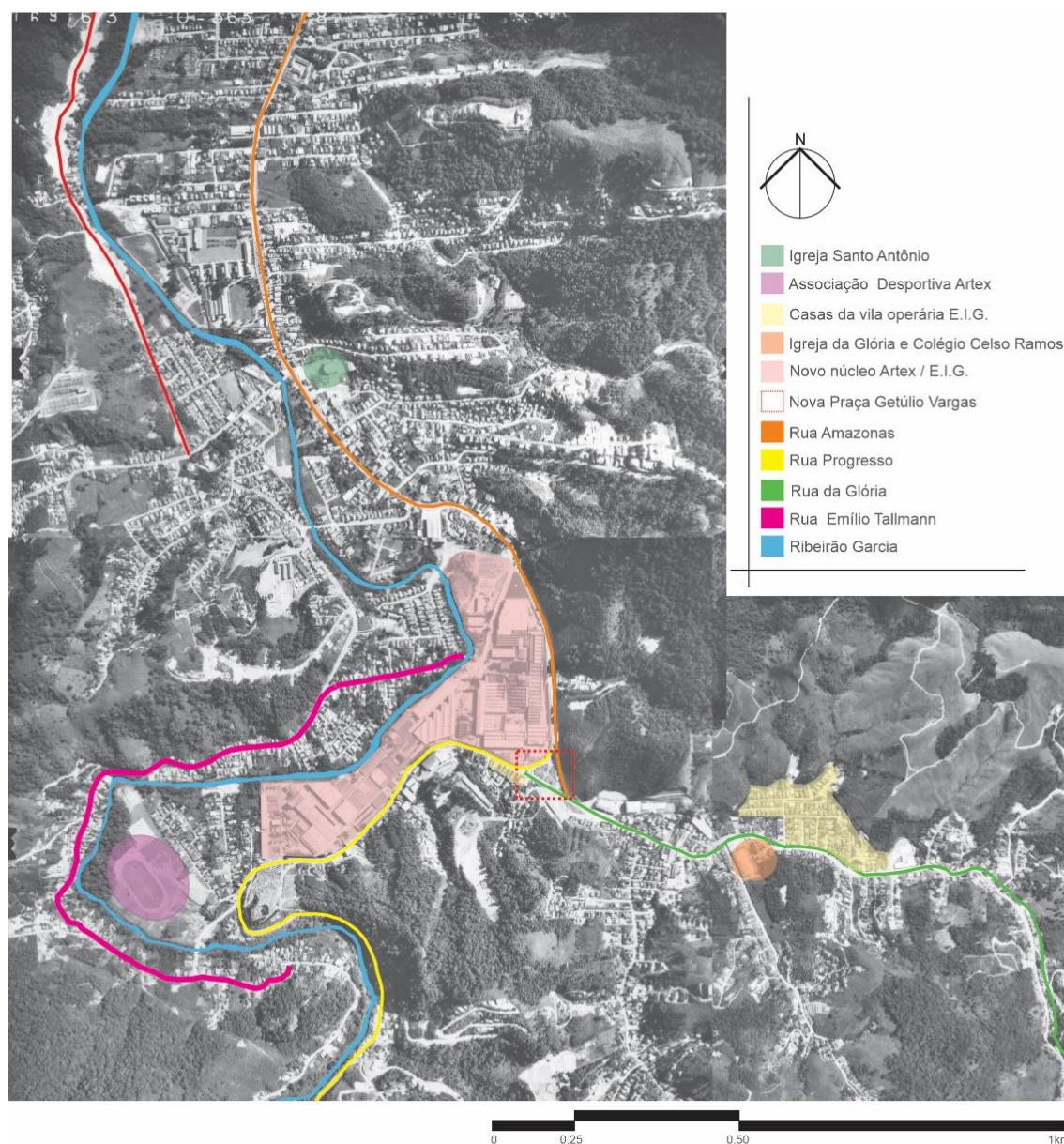


Figura 58 – Levantamento aerofotogramétrico feito em 1981, após a alteração do traçado.
Edição: do autor. Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau

⁷³ Cf. Lei 2227/77.

Da mesma forma, um trecho da Rua Emílio Tallmann, que se prolongava dentro do antigo espaço fabril da Empresa Industrial Garcia, foi desativado e absorvido pelo novo núcleo. Segundo Bielschowsky (2009), foi construída uma nova ponte, localizada ao lado do antigo Campo do Amazonas para se fazer o acesso à Rua Emílio Tallmann. Vale ressaltar também que, com a alteração do traçado da Rua Amazonas, a cooperativa de consumo da antiga Empresa Industrial Garcia foi transferida para o início da Rua da Glória (BIELSCHOWSKY, 2009). Pelo levantamento aerofotogramétrico feito em 1972 e em 1981, é possível perceber que uma parte da vila operária foi demolida para dar lugar à nova remodelação urbana, assim como o antigo Campo do Amazonas Esporte Clube⁷⁴ foi desativado e a sua área incorporada ao novo parque fabril, sendo que as atividades de esporte e lazer foram transferidas para a nova sede da Associação Desportiva da Artex (vide anexo 2 e 3).

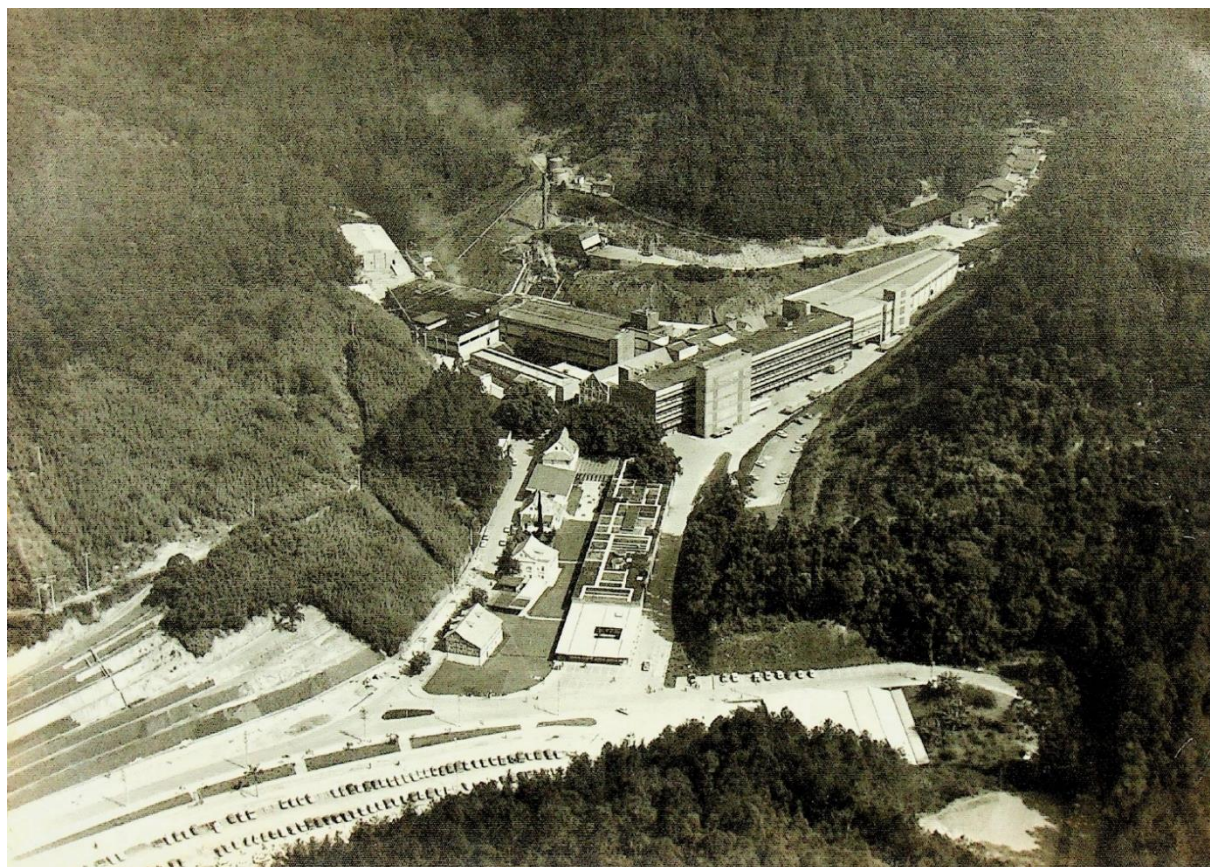


Figura 59 – vista parcial do projeto de Hans Broos para Cia. Hering do Bom Retiro.
Fonte: Fundação Hermann Hering – Centro de Memória Ingo Hering

Se no bairro Garcia ocorreram alterações urbanas em decorrência da unificação da Empresa Industrial Garcia e da Artex, no bairro Bom Retiro, entre os anos de 1968 e 1975, a Cia. Hering, realizou algumas alterações em seu parque fabril por meio do projeto

⁷⁴ De acordo com Bielschowsky, o Campo do Amazonas ficava localizado numa baixada entre a Rua Amazonas e o Ribeirão Garcia. Com a alteração do traçado da Rua Amazonas, a movimentação de terra necessária para a realização da obra foi utilizada para aterrar o antigo Campo até o Ribeirão Garcia, e nivelar todo o parque industrial. Cf. BIELSCHOWSKY, 2009.

encomendado ao arquiteto alemão Hans Broos. Segundo Daufenbach (2011), a empresa tinha como proposição principal permanecer no Vale do Bom Retiro, conservando a arquitetura de alguns edifícios da época da fundação da empresa, a fim de preservar a sua história e a sua relação com a história mesma da cidade. Para viabilizar a desejada expansão do núcleo fabril, foi optado pelo sistema de construção de unidades satélites – edifícios onde funcionariam a costura das peças no processo produtivo. Estas unidades foram localizadas em outras áreas de Blumenau e em algumas cidades circundantes. Nos manteremos no projeto realizado por Hans Broos para a Cia. Hering Matriz de Blumenau que, de acordo com a autora, teria sido o primeiro edifício fabril de grande porte realizado pelo arquiteto no Brasil. Os novos edifícios fabris deveriam ser implantados junto ao estreito fundo do Vale do Bom Retiro, no núcleo fabril original, cercado de morros e mantendo-se uma relação amigável com os edifícios antigos – o antigo prédio da costura, o antigo prédio da fiação, além de algumas edificações que serviram de moradia (DAUFENBACH, 2011).



Figuras 60 e 61 – jardim suspenso com paisagismo de Burle Marx; encontro do antigo prédio da costura e a nova edificação do projeto de Hans Broos. Fonte: Archdaily. Acesso em 03/11/2021.

A arquitetura proposta por Broos revela traços da escola brutalista, se considerarmos os vários corpos sólidos em concreto aparente, com uma certa simplicidade na volumetria e nos traços, e mantendo-se uma tendência linear, reforçada pelos rasgos das aberturas e dos corredores horizontais. Partindo-se do antigo edifício da fiação, que fora preservado, até o início do núcleo original, as moradias operárias ali existentes, ao longo da Rua Hermann Hering, foram desmanchadas para dar lugar à expansão do parque fabril. O novo edifício mantém uma relação amigável com o antigo casario, uma vez que preserva a mesma altura da edificação existente. Dentro do núcleo fabril original, diferentemente do novo edifício da fiação, que se localiza na Rua Hermann Hering, o novo edifício da costura se localiza dentro do espaço privado da fábrica, na bifurcação da paisagem natural, ao lado do antigo casario onde funcionava a talharia e também a costura. A brutalidade do acabamento e do volume da parede

cega, assim como a unidade de cor evidenciada no concreto aparente, parecem ressaltar a fachada carismática e a materialidade terrosa do antigo edifício, formando com ele uma generosa composição. Isso demonstraria, segundo Daufenbach, o esforço do arquiteto em conciliar “uma arquitetura atual sem deixar de lado o valor do patrimônio construído” (DAUFENBACH, 2011, p. 238).



Figura 62 – Levantamento aerofotogramétrico feito em 1972, antes do projeto de Hans Broos.
Edição: do autor. Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau

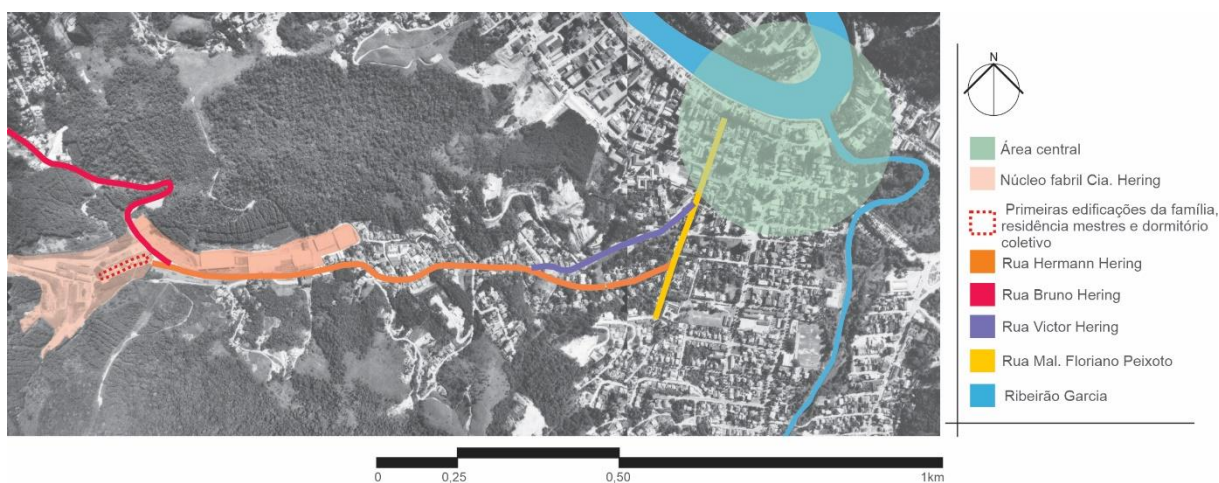


Figura 63 – Levantamento aerofotogramétrico feito em 1981, após as alterações do parque fabril.
Edição: do autor. Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau

Além das primeiras residências da família, que foram preservadas, havia, do outro lado do Ribeirão do Bom Retiro, outras residências que também serviram de moradias operárias. Segundo Bielschowsky (2009), com o projeto de Hans Broos, tais edificações foram desmanchadas e deram lugar para a construção do centro social da empresa e do refeitório, que também abrigou o jardim suspenso proposto por Burle Marx. Ainda de acordo com o autor, com o projeto de Hans Broos, parte do Ribeirão do Bom Retiro, que passava por entre o núcleo original foi canalizado, dando lugar a uma “praça aberta com uma fonte que simboliza a

importância da água para a empresa” (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 69). Esta praça, onde funciona a área de convivência da empresa, também serve como um elo de ligação entre os tempos distintos das edificações que compõem o conjunto edificado.

3.3 A Urbanidade nos Bairros Fabris

A materialidade do conjunto das edificações fabris, dos edifícios de apoio, das residências dos industriais e das moradias operárias criou, nos dois bairros estudados, uma urbanidade que parece ter sido estabelecida, sobretudo, pelas relações entre a residência e o trabalho. Segundo Mamigonian, tal relação poderia ser dividida em dois grupos: pelos proprietários e diretores, e pelos operários, ambos residentes nas proximidades da fábrica, justificado, em parte, pelo caráter familiar da maioria das indústrias e pelo horário de trabalho praticado até 1930. Em meados da década de 1960, de acordo com o autor, cerca de 80 a 90% dos trabalhadores das indústrias de Blumenau moravam num raio inferior a 3km do seu local de trabalho – seja nas moradias operárias, seja em residências fruto de programas de incentivo à aquisição da casa própria, como vimos na Cia. Hering, que privilegiava moradias distantes até, no máximo, 4km da fábrica. Evidentemente, as ações paternalistas estariam na base da relação de proximidade entre a moradia e o trabalho. Entretanto, Mamigonian também ressalta a questão geográfica da cidade, “pela presença de um relevo compartimentado, que dispõe as unidades de povoamento nos vales”, separando as diferentes partes da aglomeração (MAMIGONIAN, 1965, p. 143). Ainda segundo o autor, a “organização do espaço industrial blumenauense” e, conseqüentemente, a organização social deste mesmo espaço, estaria dividida em polos geradores de uma aglomeração principal. Dos três polos principais elencados pelo autor – Itoupava, Garcia e Bom Retiro, a Empresa Industrial Garcia, juntamente com a Artex, foram responsáveis pela aglomeração urbana no bairro Garcia e, a Cia. Hering, pela aglomeração urbana no bairro Bom Retiro e no bairro da Velha, gerando o que o autor chama de “bairros-polos” no “quadro espacial da cidade”.

É nesse contexto relacional entre a moradia e o trabalho que se desenvolveu a vida cotidiana nos dois bairros estudados, na medida em que tomaram forma a partir de seus núcleos fabris. Considerando que o espaço urbano é um produto social, formado por várias camadas de ações acumuladas através do tempo, e criadas por agentes que produzem e vivenciam este mesmo espaço, podemos dizer que a urbanidade desenvolvida nesses bairros seria o resultado da relação entre vários personagens: entre o patrono industrial e o sítio, entre o patrono industrial e seus operários, entre os operários e o sítio, entre os operários e o patrono industrial

e entre os operários em si. E, posteriormente, da relação do Estado com essas três instâncias – o sítio, o industrial e os trabalhadores. Embora as ações paternalistas iniciais tenham exercido forte influência e, de certa maneira, controlavam a vida cotidiana que ali se desenvolvia, não se pode deixar de lado que a massa de trabalhadores, residentes sobretudo nas vilas operárias, também participou da formação deste corpo social, criando suas próprias sociabilidades.

Segundo Santos (1979), o espaço é, em sua essência, social. Da mesma forma, o espaço é, também, um fato histórico, na medida em que não seria possível escrever a história fora do espaço, assim como não existiria uma sociedade “a-espacial”. Se o espaço é social, as relações que formam o corpo social se vinculariam ao que o autor chama de “*formação econômica, social e espacial*”. Essa “formação”, que define uma sociedade em particular ao mesmo tempo que é definida por ela, estaria diretamente ligada à produção, ou seja, ao trabalho do homem para transformar o espaço. De acordo com Santos, “modo de produção, formação social e espaço” seriam, então, três categorias interdependentes e as particularidades e diferenças entre lugares distintos seriam o resultado do “arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 1979, p. 14). Os fatores de produção⁷⁵ e as atividades relacionadas a eles teriam, segundo o autor, um lugar próprio no espaço a cada movimento na evolução do corpo social e, tais fatores teriam influência sobre a forma como o espaço se organiza e como a urbanização acontece. E nessa formação, os modos de produção não seriam apenas o resultado de “relações sociais que tomam uma forma material, mas também os aspectos imateriais”, uma vez que tais aspectos também funcionariam, decisivamente, como uma força produtiva do espaço social. Neste contexto, as relações sociais que se formaram a partir da materialidade edificada pelas ações do paternalismo industrial nos dois bairros estudados seriam reforçadas por aspectos imateriais oriundos de uma forte ligação entre a moradia e o trabalho, criando concepções sociais advindas desta mesma vinculação. Ainda segundo o autor, as transformações do espaço seriam determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas e, neste sentido, o espaço reproduziria uma “totalidade social”. Mas esse “papel do espaço”, de acordo com o autor, muitas vezes, não era considerado. Em suma, o espaço, seria “a “matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais te[ria] uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum esta[ria] tão presente no cotidiano dos indivíduos”. E acrescentava que a “casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são elementos

⁷⁵ O autor elenca vários fatores de produção, dentre eles, o comportamento demográfico, o grau de modernização e de organização dos transportes, o nível da industrialização, os tipos de atividades e relações que mantêm com os grupos sociais envolvidos, os efeitos da modernização sobre a política, a cultura, a sociedade, a ideologia, entre outros. Cf. SANTOS, 1979, p. 38.

igualmente passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social (SANTOS, 1979, p. 18).

A especificidade do espaço urbano que toma corpo a partir do espaço fabril fica evidente nos dois bairros estudados, na medida em que a organização urbana da materialidade necessária para sustentar o corpo social em formação, ou seja, o indispensável para que a vida ali acontecesse, ocorreu a partir da implantação do espaço fabril. No bairro Garcia podemos citar alguns exemplos de locais que, por sua materialidade e sua relação espacial com a fábrica, caracterizaram a sociabilidade do corpo social no bairro. Dentre eles, elegemos a igreja Nossa Senhora da Glória, o antigo Colégio São José, o Cine Garcia e o Campo do Amazonas.

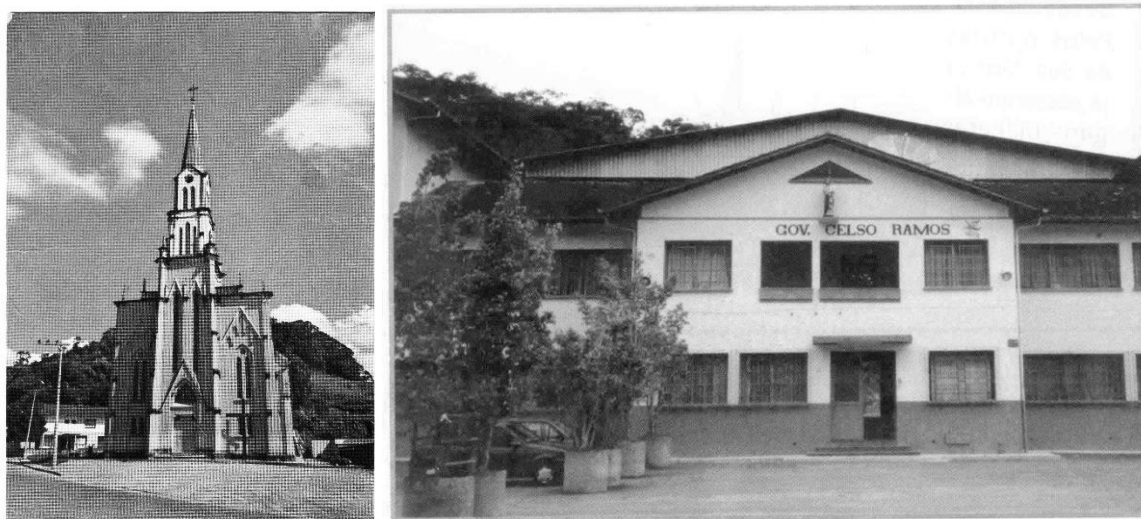


Figura 64 e 65 – Igreja Nossa Senhora da Glória e Colégio Governador Celso Ramos, s/d.
Fonte: Acervo pessoal Adalberto Day

Inaugurada em 1947, a Igreja Nossa Senhora da Glória está localizada no atual bairro da Glória, próximo ao núcleo fabril da Empresa Industrial Garcia e da área onde anteriormente estavam instaladas boa parte das moradias operárias. Ao lado da igreja se localiza o Colégio Governador Celso Ramos, anteriormente conhecido como Colégio São José. Segundo Moretti (2006), a escola foi fundada em 1929 com o nome de Escola Paroquial São José, e também servia de capela para a comunidade. O Colégio e a Igreja teriam sido resultado de um esforço da própria comunidade, que contribuiu não apenas financeiramente, mas teria colaborado na construção mesma da igreja e do colégio, entregando seu próprio trabalho. As terras onde o Colégio está instalado foram adquiridas pela comunidade e, por meio de um acordo, a Igreja Católica administrava o bem em nome dos moradores do bairro (MORETTI, 2006). Segundo Adalberto Day, que fora morador da vila operária, tanto a igreja quanto o colégio eram um dos locais mais frequentados pelos moradores. Existia, portanto, um vínculo entre a igreja, a escola e os moradores do bairro, vínculo este que era reforçado pela presença da Empresa Industrial

Garcia, uma vez que, segundo Moretti (2006), era a fábrica que mantinha tanto a escola quanto o edifício religioso.

O segundo local eleito e que representava a vida social e de lazer no bairro foi o antigo Cine Garcia – fruto da iniciativa de Hermann Hinkeldey que, em 1911, criou o Salão Hinkeldey, onde mais tarde funcionaria o cinema. De acordo com Kormann (1984;1994), era umas das edificações mais famosas do bairro Garcia, na qual funcionava, também, um centro comercial. Era o Salão mais requisitado do bairro e, segundo a autora, serviu de local de encontro para apresentações associativas e festivas do bairro, tais como as festas da Sociedade de Atiradores General Osório-Garcia, da Sociedade de Canto Garcia I, dos encontros da Sociedade Evangélica das Senhoras do Garcia, além de bailes, teatros, reuniões diversas e cinema. As sessões cinematográficas eram feitas uma vez por semana e, devido a grande quantidade de público, em 1944, Carlos Zuege e Arthur Lohse instalaram um cinema permanente no local e que ficou conhecido como Cine Garcia. Em 1972, o Cine Garcia foi vendido para a Empresa Meridional de Cinema e, em 1975, o edifício foi vendido para a Paróquia Santo Antônio. Em 1979, o edifício foi demolido e, no seu lugar, foi construída a atual Igreja Santo Antônio (KORMANN, 1984;1994; MORETTI, 2006).



Figura 66 - Edifício Cine Garcia, s/d. Fonte: Acervo Pessoal Adalberto Day.

O último local escolhido que caracterizava a vida social e cotidiana dos antigos moradores da vila operária da Empresa Industrial Garcia é o Campo do Amazonas. Segundo

Moretti (2006),⁷⁶ o Amazonas Esporte Clube foi um clube de futebol vinculado à Empresa Industrial Garcia, criado em 1919, e que teve seu estádio inaugurado em 1932. Para fazer parte do time do Amazonas era preciso trabalhar na Empresa Industrial Garcia. Localizado próximo ao núcleo fabril, o clube estava muito presente na comunidade pois, além dos jogos, nele se realizavam diversas comemorações e datas festivas como o Dia do Trabalhador, as festas juninas e natalinas. Durante as décadas de 1920 e 1940, o Amazonas foi um dos clubes mais famosos de Santa Catarina. Entretanto, com a incorporação da Empresa Industrial Garcia pela Artex, em 1974, o clube foi encerrado, gerando um grande descontentamento na comunidade, principalmente dos dirigentes, torcedores e jogadores. Pode-se dizer que o clube e as atividades à ele vinculadas exerciam um forte papel na vida social do bairro, colaborando para a identidade do espaço urbano e permanecendo na memória coletiva daqueles que vivenciaram a sua presença (MORETTI, 2006).

Dos locais descritos que compunham a sociabilidade do bairro Garcia, somente a Igreja Nossa Senhora da Glória e o Colégio Governador Celso Ramos ainda marcam a paisagem urbana do bairro. Considerando que a paisagem não é fixa e que cada vez que um corpo social passa por algum processo de mudança, o espaço e a paisagem se adaptam às novas necessidades daquela sociedade, como evidenciou Santos (2012), cabe ainda ressaltar um novo elemento que constitui a atual paisagem do bairro e que, não por acaso, está localizado ao lado do núcleo fabril da antiga Empresa Industrial Garcia/Artex, na conexão de três bairros – o Terminal Urbano do Garcia. Inaugurado em meados da década de 1990, o Terminal do Garcia faz parte do Sistema Integrado de Transportes que, juntamente com outros Terminais visava, segundo Frotscher; Vedana (1999), uma nova proposta de estruturação do espaço urbano por meio não somente do gerenciamento mas, principalmente, do planejamento do transporte coletivo, até então pouco elaborado em Blumenau. De acordo com a autora, o transporte coletivo no bairro Garcia, durante muito tempo, foi feito por várias empresas independentes e operado, inicialmente, pelo próprio motorista, que era dono do automóvel. Podemos destacar a linha de Curt Böhm e Oswald Zwicker no início dos anos de 1920 e final de 1930, e as empresas de Otto Passold, Francisco Vetter, Roland Gauche, Leopoldo Kretschmar e Willy Gessner na década de 1940. Na década de 1950, as seguintes empresas alimentavam o bairro Garcia: Auto Ônibus Glória, Transporte Coletivo Ziegler & Cia., Transporte Coletivo Garcia Ltda., Furhmann & Lange e Coletivo Wamser, e Coletivo Ulrich Ltda. No início da década de 1960, em 1962, foi criada a Empresa Nossa Senhora da Glória, que durante muito tempo operou no bairro Garcia, além dos bairros da Glória e do Progresso, que foram desmembrados daquele em 1956. Cabe

⁷⁶ A narrativa de Moretti é alimentada pelos relatos do senhor Adalberto Day.

ressaltar ainda que até o final da década de 1940, todos os transportes coletivos que alimentavam o bairro Garcia faziam seu ponto final na Empresa Industrial Garcia, evidenciando a importância da presença da fábrica na formação desse espaço urbano (FROTSCHER;VEDANA, 1999).

A espacialidade urbana do bairro Bom Retiro, que se formou a partir da instalação do núcleo fabril dos irmãos Hering, assumiu características bem distintas, se comparada ao bairro Garcia. Segundo Moretti (2006), antes do crescimento do parque fabril, principalmente as transformações ocorridas no final da década de 1960 e 1970, a urbanidade no entorno do espaço da fábrica se dava pela presença das moradias operárias – instaladas, sobretudo, entre o núcleo original e o edifício da fiação –, e por alguns pequenos comércios.⁷⁷ Entretanto, diferentemente do que ocorreu no tecido urbano que se formou a partir da Empresa Industrial Garcia, no qual pôde-se evidenciar a materialidade de marcos urbanos que estavam ligados ao núcleo fabril, tanto pela proximidade quanto por suas vinculações com a fábrica e com seus operários, as relações da Cia. Hering com seus trabalhadores e com o bairro se firmaram a partir de suas relações com a história mesma do desenvolvimento da cidade, estabelecendo sua presença na memória coletiva da sociedade e, de certa forma, ultrapassando os limites físicos do bairro. Tais relações se estabeleceram, principalmente, visando aspectos culturais e formativos da população blumenauense, dentre os quais podemos destacar a *Gemuetlichkeit Verein*, a Sociedade Teatral *Frohsinn*, a Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes, o *Rot-Weiss Tennisklub* e a Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering – AACTH.

A Sociedade Cordialidade ou *Gemuetlichkeit Verein* foi, segundo Kormann (1994), a primeira sociedade do bairro Bom Retiro, criada no final do século XIX, em 1894, no ano seguinte à instalação de parte do núcleo fabril dos irmãos Hering. A Sociedade fora instituída com objetivos recreativos, sociais e artísticos e realizava bailes sociais e representações teatrais no salão do Hotel *Holetz*. Durante a Primeira Guerra Mundial ela foi desativada e após o fim do conflito, a Sociedade reabriu com o nome Sociedade de Atiradores *Gemuetlichkeit*. Nos momentos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a Sociedade alterou novamente o nome para Sociedade de Atiradores Dr. Amadeu Luz e, após o término do conflito, passou a se chamar Clube Blumenauense de Caça e Tiro, transferindo sua sede para o bairro *Vorstadt* (KORMANN, 1994).⁷⁸

⁷⁷ A narrativa de Moretti é constituída a partir dos relatos do senhor Agostinho Lang.

⁷⁸ Segundo Moretti, o clube teve que se mudar do bairro por causa dos tiros e pelo risco que poderia trazer aos moradores das casas que estavam sendo construídas nos arredores. Cf. MORETTI 2006.

A Sociedade Teatral *Frohsinn* foi uma das mais importantes associações de promoção cultural em Blumenau. Criada em 1885, a Sociedade Teatral *Frohsinn*, segundo Nanny Poething-Hering, era originária dos esforços culturais da antiga Sociedade Teatral de Blumenau, que começou a funcionar já na década de 1860.⁷⁹ Em 1895, uma década depois da criação da Sociedade Teatral *Frohsinn*, a administração adquiriu um terreno na Rua das Palmeiras, atual Alameda Duque de Caxias, para construir sua sede própria. Entre os anos de 1895 e 1910, período no qual o Teatro *Frohsinn* completou seus vinte cinco anos de funcionamento, participaram de suas representações ao longo dos anos, como amadores, muitos integrantes da família Hering, entre eles, Hermann Hering, Bruno Hering, Paul Hering, Max Hering, Minna Hering, Elise Hering (Steinbach), Johanna Hering, Nanny Hering (Poething), Margarete Hering (Müller) e Gertrud Hering (Gross). Em 1917, a Sociedade Teatral *Frohsinn* encerrou suas atividades em função da Primeira Guerra Mundial, retomando seu funcionamento em 1920. Em 1936, a diretoria do Teatro *Frohsinn* contava com Curt Hering na presidência e Nanny Poething-Hering na diretoria artística. Os anos seguintes foram dedicados à construção do novo edifício e à fusão da Sociedade Teatral *Frohsinn* com o Clube Musical, que passou a se chamar, em 1939, Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes (POETHING-HERING, 1950).⁸⁰ Em 1949, de acordo com Kormann (1995), foi criado o Conservatório de Música Curt Hering, que fora idealizado pelo próprio Curt, um “grande benfeitor da sociedade” blumenauense e pelo maestro Heinz Geyer. O Conservatório funcionava nas dependências do Teatro Carlos Gomes.⁸¹ Cabe ainda ressaltar que os operários da indústria dos irmãos Hering também formaram grupos de teatro, nas décadas de 1960 e 1970, conhecidos como Vale do Sol e *Teatrhering* (KORMANN, 1995; MORETTI 2006).

Em relação às associações esportivas no bairro Bom Retiro, além do Futebol Clube Bom Retiro, fundado em 1926, e do *Rot-Weiss Tennisklub* - Bom Retiro, fundado em 1927 e que, posteriormente passou a denominar-se Tenis Club Blumenau, podemos destacar a Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering – AACTH. Fundada em 1964, a Associação Atlética e Cultural é uma sociedade de caráter social, esportivo, cultural e cívico e, segundo seu Estatuto de

⁷⁹ A Sociedade Teatral de Blumenau estava inicialmente associada à Sociedade de Atiradores de Blumenau, já que com a construção da primeira sede da Sociedade de Atiradores fora destinado um espaço para o exercício das atividades artísticas da Sociedade Teatral. Cf. in: Centenário de Blumenau, 1950, p. 346 – 350.

⁸⁰ Ibidem. Segundo Kormann, “em 1º de julho de 1939 estavam concluídas as obras externas, o grande salão de festas e o restaurante, e no dia 05 de dezembro de 1942, após três anos, estavam concluídas as obras da sala de espetáculos, palco e coxias”. Ainda acordo com a autora, Curt Hering não medira esforços para que a construção do novo teatro se tornasse realidade e Vitor Hering colaborou na sua organização. Cf. KORMANN, 1995.

⁸¹ O Conservatório incentivou o ensino e a prática musical até 1970, quando foi extinto. Em 1971 foi criada a Escola Superior de Música de Blumenau. Cf. <http://www.teatrocarlosgomes.com.br/o-teatro/historico>, acesso em 06/11/2021.

fundação, tinha como principais finalidades incentivar a prática de esportes amadores, “estabelecer jogos permitidos em sociedade para recreio de seus associados”, criar e manter uma biblioteca, “incentivando seus associados à boa leitura” e criar e manter um jornal de circulação interna (INFORMATIVO HERING, 1964). Segundo Moretti (2006), antes da construção da sede da Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering no bairro da Velha, em 1974, a empresa teria doado à comunidade deste mesmo bairro, no qual a maioria dos operários da Cia. Hering residia, o Clube Recreativo Vasto Verde. Dentre as atividades desenvolvidas na Associação Desportiva destacavam-se concursos de cartazes e de trabalhos manuais, olimpíadas internas, aulas de ginástica e de esportes, comemorações festivas como o Dia do Trabalhador, torneio entre os setores da matriz e a formação de corais, chegando a ter, em 1979, um coral com 160 vozes. Além da sede principal, a Associação Desportiva possui sede em outras unidades fabris promovendo torneios entre filiais (MORETTI, 2006; KORMANN, 1994). E, em 1997, a Associação Desportiva abriu suas portas para a comunidade, para sócios que não fossem somente funcionários da Cia. Hering.

Em relação à materialidade que permanece hoje nos dois bairros estudados, seu zoneamento e ocupação do solo parecem resguardar tanto a escala quanto o gabarito das edificações. Na última revisão do Plano Diretor, feito em 2018, pelo ordenamento territorial, a extensão municipal está dividida em macrozoneamentos e zoneamentos. Considerando o macrozoneamento, a região ao longo da Rua Amazonas está classificada como *macroárea de ocupação controlada*, que corresponde à uma “área urbana com entorno de alta suscetibilidade ao risco geológico, poucos vazios urbanos” e “alta ou média densidade de malha viária”, sendo que o uso e ocupação do solo necessitaria ser controlado devido, principalmente, à “vulnerabilidade do entorno”. A região do bairro da Glória, onde está localizada a Igreja Nossa Senhora da Glória, o Colégio Celso Ramos e a área pertencente à antiga vila operária estão classificadas como *macroárea de risco geológico*, que corresponde à uma “área urbanizada com alta suscetibilidade ao risco geológico” e com “rota de fuga deficitária”, sendo o uso e ocupação do solo controlado e até desestimulado devido à “vulnerabilidade existente”. Isto talvez justifique o fato de não ter havido grandes alterações nesta região, sobretudo em termos de arruamentos e gabaritos, já que, na área da vila operária perto da Igreja, embora não exista mais o conjunto edificado, os arruamentos, os usos e ocupação do solo ainda permanecem os mesmos.

O macrozoneamento para o bairro Bom Retiro, ao longo da Rua Hermann Hering, estabelece duas classificações. No início da rua a área está nomeada como *macroárea central de relevância cultural*, que refere-se à uma “área urbana de relevância histórica”, com grande

concentração de edifícios tombados e seu uso e ocupação privilegia áreas residenciais e de conservação, valorizando os imóveis de “interesse cultural”. Esta classificação é um prolongamento da área central que também recebe a mesma categorização, devido os edifícios tombados, e estende-se até o início do núcleo da Cia. Hering. Nesta área a classificação estabelecida é a mesma do bairro da Glória: *macroárea de risco geológico*. Dessa maneira, a manutenção tanto da escala quanto dos arruamentos no bairro Bom Retiro parece igualmente ter sido tributária do controle urbanístico, em função das circunstâncias do próprio relevo e da necessidade de preservação do patrimônio.

CONCLUSÃO

As ações práticas e de infraestrutura desenvolvidas pelo movimento conhecido como paternalismo industrial, que se estabeleceu no velho mundo em meados do século XIX, tiveram reverberações nas aglomerações urbanas que se formaram a partir da instalação de atividades industriais, ocorridas em várias cidades do Brasil, entre elas, em Blumenau. Diferentemente do que ocorrera na Europa, onde os núcleos fabris desenvolvidos pelo paternalismo industrial instalavam-se no campo em detrimento ao crescimento descontrolado das cidades industriais, os núcleos que se formaram na cidade de Blumenau dependeram, inicialmente, das ações paternalistas em função da total falta de estrutura material da cidade no início da colonização. Com o objetivo principal de atrair a mão de obra necessária ao funcionamento da atividade industrial, as ações paternalistas colaboraram decisivamente para o surgimento e a implantação das primeiras aglomerações urbanas na cidade de Blumenau. A introdução do edifício fabril, das moradias operárias e das construções de apoio, tais como cooperativas de consumo, creche, escola, igreja, no tecido urbano que se formava, acabaram por exercer forças determinantes no desenho inicial da cidade, estabelecido, sobretudo, a partir das relações materiais e imateriais que se organizaram em função do vínculo do *trabalho-moradia* e da *moradia-trabalho*. Se, por um lado, não se pode negar que as relações de dominância estabelecidas por tal vínculo reverberavam no corpo social, que estava sendo educado e regulado para o trabalho por meio da dependência estabelecida tanto na materialidade construída quanto na autoridade evidenciada na relação *patrão-empregado-moradia*, não se pode igualmente negar que essa mesma materialidade construída, advinda dessa mesma relação de dominância, colaborou para que a massa trabalhadora, constituída nesses bairros, pudesse vivenciar a possibilidade da moradia e do trabalho instalados numa pequena infraestrutura urbana. Entretanto, as moradias ou vilas operárias edificadas nos dois bairros estudados, embora tenham sido fruto de ações paternalistas que, em parte, refletiam o desejo genuíno dos patronos em solucionar os problemas de moradia e proporcionar o bem-estar aos seus operários num espaço carente de infraestrutura, também refletiam uma grande ordenação espacial voltada para o trabalho exercendo, em certa medida, um controle na vida dos operários que vivenciavam o espaço da fábrica e o seu entorno.

Considerando que boa parte da parcela de imigrantes que aqui se estabeleceu era composta por artífices e trabalhadores, que já haviam vivenciado o trabalho industrial em seu país de origem, sobretudo na Alemanha, o corpo de operários fabris e as iniciativas empreendedoras que se estabeleceram foram se consolidando numa disposição voltada para o trabalho, sobretudo ao trabalho técnico industrial. Isso, em parte, ajudou a caracterizar o

imaginário que constitui a própria cidade de Blumenau, como uma cidade regida pelo trabalho e pelo trabalho de qualidade. Essa disposição para o trabalho, juntamente com as características físicas e naturais que modelam o sítio, influenciaram, inevitavelmente, na configuração da paisagem urbana nos dois bairros estudados. O espaço da fábrica, com vários edifícios fabris de tempos distintos, as vias principais, os arruamentos feitos para a instalação das moradias, os edifícios de apoio, todos são personagens urbanos de uma materialidade que tomou forma com o trabalho fabril. E, essa mesma materialidade ganhou significado pelas vivências e experiências cotidianas do corpo social que se formou a partir do trabalho. Entretanto, mesmo regido pelo trabalho, este corpo social criou suas próprias sociabilidades, suas existências cotidianas, inserindo-se na formação socioespacial dos bairros e estabelecendo as relações que caracterizaram cada um deles. Pois a vida se faz dentro do bairro, nas práticas comuns do dia-a-dia e nos hábitos e costumes que se estabelecem a partir dela. Nesse sentido, a vila operária como um todo e a casa em particular ocuparam uma posição importante na constituição do bairro, uma vez que este é formado por vários grupos privados, ou seja, por várias famílias, ao mesmo tempo que tais grupos também pertencem e constituem uma comunidade. Como definiu Hoggart, se a casa representa o espaço privado de uma família, “a porta principal abre-se para a rua” e quando o morador desce os seus degraus e se senta para apreciar o entorno, ele “passa a tomar parte na vida do bairro”. A vida comum estabelecida sobretudo na vila operária da Empresa Industrial Garcia, em função, principalmente, da extensão física alcançada por sua materialidade, retrata essa sensação de um corpo social comum, de base fraterna, que se refletia na regularidade da aparência das casas e na regularidade dos modos de vida de seus moradores. A vida particular, na família, que se integra à uma vida de grupo, na vila e no bairro, também ajuda a dar significado a essa formação socioespacial, estabelecendo um sentido para o local, para o lugar. Isto fica evidente no caso da vila operária da Empresa Industrial Garcia, quando antigos moradores, que conheceram a sua materialidade, ainda identificam e chamam o lugar de vila, embora nem a vila em si nem a materialidade do conjunto de suas edificações existam mais. Mas a formação socioespacial ainda parece resguardada sobretudo pela memória coletiva de seus moradores, pelo desenho urbano dos arruamentos, que em boa parte ainda permanece o mesmo, e pela escala cordial das novas edificações.

Se as ações paternalistas da Empresa Industrial Garcia se concentraram no bairro onde estava instalada, as ações paternalistas desenvolvidas pela indústria dos irmãos Hering se amalgamaram com a formação mesma da própria cidade de Blumenau. Mantendo-se a mesma disposição voltada para o trabalho e, mais do que isso, uma relação de trabalho familiar, o núcleo fabril dos irmãos Hering foi determinante para a formação da aglomeração urbana no

bairro, pela construção das diversas edificações industriais, das moradias da família e dos operários, além dos edifícios de apoio. Mas suas ações voltaram-se também para o corpo social da cidade como um todo, na medida em que o núcleo fabril guarda uma preocupação estética com suas edificações, estabelece uma relação agradável com o entorno e com o espaço público, pois aquele que caminha pela rua Hermann Hering consegue estabelecer uma conexão física e visual com o espaço fabril, mesmo sem pertencer a este espaço. Talvez esta seja a maior qualidade desta materialidade, que volta-se para o espaço público e mantém com ele uma relação amigável caracterizada, sobretudo, pelo desenho das edificações, pela escala cordial e pacífica que mantém com a vizinha imediata e com a cidade, e pelas áreas ajardinadas que envolvem o núcleo fabril e se conectam com a paisagem do Vale. Além disso, as ações paternalistas dos irmãos Hering ultrapassaram os limites do núcleo fabril no bairro que ajudou a formar, estendendo-se para aspectos formativos, administrativos e culturais da cidade. É muito significativo que o único filho do imigrante Hermann Hering, nascido em Blumenau, tenha sido o primeiro administrador do município a ter o título de prefeito da cidade, assim como vários integrantes da família Hering nomeiem diversas ruas na área central de Blumenau: além de Hermann Hering e de Bruno Hering, que nomeiam a rua principal do bairro Bom Retiro, Victor Hering, Curt Hering, Paul Hering, batizam algumas ruas importantes do centro urbano, e tantas outras que compõem a malha urbana de Blumenau. Tanto a materialidade do núcleo fabril dos irmãos Hering, que ainda permanece no tecido urbano, quanto a presença da família nos arruamentos e em instituições iniciadas por eles no passado, nos fazem lembrar da participação desta família na constituição da história mesma desta localidade e ajudam a compor, juntamente com a disposição para o trabalho, o imaginário da cidade de Blumenau.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, José Sierra. **El Obrero Soñado: ensayo sobre el paternalismo industrial (Asturias, 1860-1917)**. Closas – Orcoyen: Madrid, 1990.
- ANNUSECK, Ellen. Nos Bastidores da Festa: outras histórias, memórias e sociabilidades em um bairro operário de Blumenau (1940-1950). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – USFC, Florianópolis, 2005.
- BATISTA, Fabio Domingos. **A Casa de Madeira: um saber popular**. Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2011.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- _____. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BERRIEL, Andréa. **Tectônica e Poética das Casas de Tábuas**. Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil. Patrimônio Industrial e Memória Urbana em Blumenau/SC. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – UFSC, Florianópolis, 2009.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vila operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. Dormitórios e Vilas Operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro. In: **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BLUMENAU, Hermann. **A Colônia Alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil**. Org. Cristina Ferreira,, Trad. Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento e Instituto Blumenau 150 anos, 2002, ed. bilingue.
- BONDUKI, Nabil. Os Pioneiros da Habitação Social – cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: Unesp / Sesc, vol. 1, 2014
- CENTENÁRIO DE BLUMENAU 1850 -1950. Edição da Comissão de Festejos. Blumenau, 1950.
- CHOAY Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- CÓDIGO DE POSTURAS da Câmara Municipal da Villa de Blumenau, de 1883. In: **Revista Blumenau em Cadernos**. Tomo XXXVIII, nº4, abril de 1997, p. 34-44.
- CÓDIGO DE POSTURAS da Municipalidade de Blumenau, de 1905. In: **Revista Blumenau em Cadernos**. Tomo XLVII, nº 03/04, março / abril de 2006, p. 74-88.
- CÓDIGO DE POSTURAS do Município de Blumenau, de 1923. In: **Revista Blumenau em Cadernos**. Tomo 49, nº 2, março / abril de 2008, p. 79-109.
- CÓDIGO DE POSTURAS, de 1948. Blumenau: Oficinas da Fundação Casa Dr. Blumenau, 1992.
- CÓDIGO DE CONSTRUÇÕES, de 1939. Blumenau: Oficinas da Fundação Casa Dr. Blumenau, 1992.

CONDEPHAAT. **Caderno Vila Maria Zélia**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / IMESP, 2015.

CORONA & LEMOS. **Dicionário de Arquitetura**. São Paulo: Edart, 1972

CORREIA, Telma de Barros (org.). **Forma Urbana e Arquitetura de Vilas Operárias e Núcleos Residenciais em Empresas no Brasil**. Fapesp / Annablume: São Paulo, 2011.

_____. A Cidade-Jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953). In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.22, nº 1, p. 161-198, jan-jun, 2014.

_____. Cidade-Jardim: apropriações e adaptações do método em empreendimentos industriais. **Anais XV Encontro Nacional da ANPUR**, v.15, nº1, p. 1-16, Recife, 2013.

_____. Estado e Empresas na Criação e Gestão de Vilas Operárias e núcleos fabris: parcerias, cooperação e conflitos. **Anais X Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte, 2003.

_____. Moradia e Trabalho: o desmonte da cidade empresarial. **Anais VII Encontro Nacional da ANPUR**, Recife, 1997.

_____. Núcleo Fabril e Cidade Livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas, 1998.

_____. GOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. Brasil, suas Fábricas e Vilas Operárias. **Revista Pós**, nº 20, São Paulo, dez, 2006.

DAUFENBACH, Karine. A Modernidade em Hans Broos. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

DAVISON, T. Raffles. **Port Sunlight: a record ist artistic & pictorial aspect**. London: B. T. Batsford, 2916.

DIAS, José Roberto de Souza; TEIXEIRA, Vera Iten; SANCHES, Denise Paraná. **Santa Catarina: imigrantes e indústria**. São Paulo: Rios, 1987.

FIGUEIRA, Archicaldo. **Biografia dos Pioneiros**. S/d.

_____. **A Hering de Blumenau: um século 1880 – 1980**. São Paulo: Laborgraf, 1980.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FROTSCHER, Méri; VEDANA, Léa Maria. **Viagens pela Cidade: o transporte coletivo de Blumenau**. Florianópolis: Insular, 1999.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Furb, 1987.

HERING. 75 Anos da Indústria Têxtil Cia. Hering. **Revista Paulista de Indústria**, nº 34, 1955.

HOGGART, Richard. **As Utilizações da Cultura: aspectos da vida cultura da classe trabalhadora**. Tradução Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1973.

HOLLENWEGER, Rudolf. Como Era Visto o Vale do Garcia pelo prof. Rudolf Hollenweger. In: **Revista Blumenau em Cadernos**, tomo XXVI, nº2, fev, p. 36-38, 1985.

HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. São Paulo: Martin Claret, 2014

INFORMATIVO HERING. Publicação bimensal de circulação interna da Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering. Anos 1964, 1965, 1966, 1970, 1971, 1972 e 1973.

IPHAN. **O Patrimônio Cultural de Imigração em Santa Catarina**. Maria Regina Weissheimer (org), Dalmo Vieira Filho (texto). Brasília: Iphan, 2011.

_____. **Roteiros Nacionais de Imigração: Dossiê de Tombamento**, v. I e II. Brasília: Iphan, 2007.

JORNAL A NOTÍCIA, Joinville, 1930. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

JORNAL ATUALIDADES, Blumenau, 1946. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

JORNAL REPÚBLICA, Florianópolis, 11 de dezembro de 1932. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 11/04/2021.

JORNAL “NOSSA FOLHA”, 1947. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

JORNAL O ESTADO, Florianópolis, 10 de setembro de 1946. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

_____. Florianópolis, 12 de maio de 1955. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

_____. Florianópolis, 13 de maio de 1955. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

_____. Florianópolis, 22 de maio de 1955. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

_____. Florianópolis, 21 de junho de 1955. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

JORNAL CORREIO DO POVO, Jaraguá do Sul, 27 de Janeiro de 1952. Acervo Digital Biblioteca Nacional. Acesso em 08/03/2021.

KORMANN, Edith. Cinema em Blumenau. In: **Revista Blumenau em Cadernos**, tomo XXV, nº 2, 3 e 4, 1984.

_____. **Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985)**. Emede: Florianópolis, vol. 1, 1994.

_____. **Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985)**. Emede: Florianópolis, vol. 2, 1994.

_____. **Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985)**. Emede: Florianópolis, vol. 3, 1995.

LEI 718/1956. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.

LEI 2227/1977. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.

- LEI 2235/1977. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.
- LEI 2242/1977. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.
- LEI 2262/1977. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.
- LEI 2263/1977. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.
- LEI 3652/1989. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.
- LEI 1177/2018. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.
- LEI 1181/2018. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.
- MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, nº3, ano XXVII, p. 63-155, jul-set, 1965.
- MENEGUELLO, Cristina. **Da Ruína ao Edifício: neogótico, reinterpretação do passado na Inglaterra Vitoriana**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- MORETTI, Silvana M. Fábrica e Espaço Urbano: a influência da industrialização na formação dos bairros e no desenvolvimento da vida urbana em Blumenau. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – USFC, 2006.
- MUSEU HERING. **Museu Hering: conquista e possibilidades criativas**. Coord. Marília Xavier Cury. Fundação Hermann Hering: Blumenau, 2012.
- OLIVEIRA, Márcia T. S; SCHÖRNER, Ancelmo. Fábrica com Vila Operária: a dominação específica. In: **Revista Blumenau em Cadernos**, tomo XLVIII, jul-ago, p. 40-66, 2007.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos**. Salvador: EDUFBA / FAPESB, 2011, 2º ed.
- POETHING-HERING, Nanny. A Sociedade Teatral Frohsinn. In: **Centenário de Blumenau. Blumenau**, 1950, p.346-350.
- PLUM, Werner. **Relatos de Operários sobre os Primórdios do Mundo Moderno do Trabalho**. Bohn: GmbH, 1979.
- PROEJTO LEI 94/1955. Acervo Câmara Municipal de Blumenau.
- RELATÓRIO DE DIRETORIA Cia. Hering, 1934, 1936, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1963, 1964, 1966, 1967 e 1968. Acervo: Fundação Hermann Hering e Centro de Memória Ingo Hering.
- REGULAMENTO FUNDAÇÃO HERMANN HERING, 1942 e 1947. Acervo: Fundação Hermann Hering e Centro de Memória Ingo Hering.
- RYKWERT, **A Sedução do Lugar. A História e o Futuro da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da USP, 2012.
- _____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1983.

SCHMIDT-GERLACH Gilberto; *et al.* **Colônia Blumenau no sul do Brasil**. Trad. Pedro Jungmann. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, Tomo 2, 2019.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1999, 2ed.

SIEBERT, Claudia. A evolução urbana de Blumenau-SC: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSC, Florianópolis, 1999.

_____. Indústria e Estado: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSC, Florianópolis, 2006.

_____. Indústria e Espaço Urbano. In: **Anais X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Recife, 2008.

_____. Lotes Coloniais e Loteamentos: a influência da divisão da terra do período colonial sobre a estrutura fundiária e o sistema viário atuais de Blumenau. In: **Anais V Seminário História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas / PUC, 1998.

_____. A legislação urbanística de Blumenau: 1850 a 1997. **Dynamis - Revista Técnico-Científica**, Blumenau, v. 8, n. 30, p. 113-131, 2000.

SILVA, Jose Ferreira. História de Blumenau. Florianópolis: Edeme, 1972(?).

TEIXEIRA, Palmira Petratti. A Vila Maria Zélia: A fascinante história de um memorial ideológico das relações de trabalho na cidade de São Paulo. In: **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.) **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VIEIRA FILHO, Ady. **As Raízes da Industrialização: grupos empresariais catarinense, origem e evolução**. Florianópolis: Ed. do autor, 1986.

WILLER, Marcelo. Harmonia: uma utopia humana para o trabalho. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História – UFPR, Curitiba, 1997.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. **Arquitetura Popular de Imigração Alemã**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2005.

_____. **Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**. Est: Porto Alegre, 2004.